

**UNISINOS - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**

LARA NASI

**USOS DA INTERNET NA ATUAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE:
um estudo sobre o Fórum Social Mundial das Migrações**

SÃO LEOPOLDO

2012

LARA NASI

USOS DA INTERNET NA ATUAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE:

um estudo sobre o Fórum Social Mundial das Migrações

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na linha de pesquisa Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Cogo

SÃO LEOPOLDO

2012

LARA NASI

“USOS DA INTERNET NA ATUAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDE: UM ESTUDO SOBRE O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DAS MIGRAÇÕES”

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Aprovada em 21 de março de 2012

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Liliane Dutra Brignol – UNIFRA



Prof. Dra. Sofia Cavalcanti Zanforlin – UCB



Prof. Dra. Denise Maria Cogo – UNISINOS

Para ela

O motivo e a causa de tudo

Para ela que me fez conhecer a dor da saudade,

e antes disso a alegria de viver

Para a inesquecível vó Elsa,

um copinho de cerveja e este texto

AGRADECIMENTOS

A meus pais, pelo apoio irrestrito e por me ensinarem desde muito pequena que a luta por um mundo melhor era a mais necessária.

A minha irmã e meu cunhado, por acreditarem em mim e pelo apoio que se fez presente de tantas formas que é impossível numerá-las.

A minha orientadora, Denise Cogo, por me apresentar as migrações desde uma perspectiva da comunicação e por conduzir-me no caminho desta pesquisa.

À Capes, pelo apoio financeiro.

A Luiz Bassegio, Luciane Udovic, Paulo Illes, Patrícia Gainza e Ivonne Lugo, por me receberem - pessoalmente ou de forma mediada - em seu cotidiano e compartilhar, de maneira tão rica e sincera suas experiências na luta em defesa dos direitos dos migrantes.

Ao padre Joaquim Filippin, pela colaboração essencial na pesquisa documental.

À “melhor turma de todos os tempos”, que somou a esta trajetória grandes amizades e momentos memoráveis. Obrigada Bianca, Marina, Dadylla, Raquel, Márcia, Leslie, Malu, Felipe e Tabita por compartilharem esta vivência de forma tão intensa.

A Roberta e Eduardo, amigos, companheiros, e inspiradores desta trajetória no campo da comunicação.

A Ercília, mestre querida, que me permitiu acreditar na pesquisa como um caminho possível.

Aos amigos Júlia Martin, Arion, Júlia Rambo, Adriana, Fernando, Marília, Sara, Cecília, Aline, Guilherme, por me mostrarem que o apoio pode se materializar de diferentes formas: desde abraços apertados até a compreensão das ausências.

A todos os colegas de trabalho da Assessoria de Comunicação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, pela compreensão e parceria nesta caminhada

*Quando vim, se é que vim
de algum para outro lugar,
o mundo girava, alheio
à minha baça pessoa,
e no seu giro entrevi
que não se vai nem se volta
de sítio algum a nenhum.*

(Carlos Drummond de Andrade – A ilusão do migrante)

RESUMO

Esta dissertação busca compreender os usos da internet por organizações e redes de migrantes na articulação do Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM), de modo a compreender o papel das Tecnologias da Comunicação e da Informação para a construção de uma agenda comum entre atores sociais ligados a diferentes territorialidades. A partir da compreensão de que, no contexto deste Fórum, as redes de migrantes adotam uma postura contrária à globalização hegemônica e apresentam a pauta da cidadania universal, estruturamos o referencial teórico em três partes, que abordam, respectivamente, a construção da pauta da cidadania universal, as reconfigurações da ideia de território a partir da globalização e as possibilidades abertas a partir das tecnologias e da internet e ainda as migrações como movimento social. Para a investigação empírica sobre os usos da internet, o percurso metodológico é construído a partir da observação de sites que compõem o campo de estudo, pesquisa documental e entrevistas em profundidade com integrantes de redes que participam da proposição do FSMM. A análise busca reconstruir e compreender os usos da internet por estes atores e aponta para dois principais eixos: ao mesmo tempo em que se constitui como o espaço para a articulação das diferentes redes que fazem parte do Fórum, a internet é também um espaço de emissão para dar visibilidade à agenda dos migrantes e difundir discursos contra-hegemônicos.

Palavras-chave: Internet; Usos sociais; Cidadania universal, Multiterritorialidade; Migrações.

ABSTRACT

This research aims to understand the social uses of internet in the proposition of the World Social Forum on Migrations (WSFM), in order to understand the role information and communication technologies play to build a common agenda among social actors related to different territorialities. From the understanding that migrant networks of the Forum are against hegemonic globalization and propose the agenda of universal citizenship, we structure the theoretic discussion in three parts, which comprehends: 1) the construction of the global citizenship agenda, 2) other kinds of comprehension about the idea of territory in global societies and the new possibilities of technologies and internet, and 3) the migrations as a social movement. Methods for empirical investigation are built from the observation of websites, documental research and semi-structured interviews with migrants that take part on the organization of WSFM. The analysis tries to understand the uses of the internet made by these actors. Two categories emerge: at the same time internet becomes a space for the articulation of different networks, it is also conceived as a place for emission, in order to allow the visibility of the migrants' agenda and diffuse counterhegemonic discourses.

Keywords: Internet; Social uses of technology; Universal Citizenship; Multi-territoriality; Migration.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFESIP - Acting for Women in Distressing Situations
AISSMI - Association Internationale Scalabriniènne au Service des Migrants
ALAI – Agencia Latinoamericana de Información
ALER – Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica
CDHIC – Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante
CEAR – Comisión Española de Ayuda al Refugiado
CEPAS - Centre d'Etudes Pour l'Action Sociale
CIBAI-Migrações - Centro Italo-Brasileiro Americano de Apoio ao Imigrante
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
ESF – Espacio Sin Fronteras
EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional
FSM – Fórum Social Mundial
FSMM – Fórum Social Mundial das Migrações
MFA - Migrant Forum in Asia
NALACC - Alianza Nacional de Comunidades Latinoamericanas y Caribeñas
NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios/UFRJ
OIM - Organização Internacional para as Migrações
ONU - Organização das Nações Unidas
RAEM - Réseau Africain Sur L'Etude des Migrations
SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
TMR - Teoria de Mobilização de Recursos
TNMS - Teoria dos Novos Movimentos Sociais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DAS MIGRAÇÕES	15
2.1 Migrações e cidadania no contexto da globalização.....	18
2.2 A construção da pauta da cidadania planetária.....	24
3 CIDADÃOS DO MUNDO, ENTRE TERRITÓRIOS, TECNOLOGIAS E COMUNIDADES	29
3.1 Lugar, espaço e território: os migrantes e a multiterritorialidade.....	30
3.2 A ideia de comunidade no contexto da globalização.....	35
3.3 Redes, tecnologias e as possibilidades de comunicação.....	43
4 AS MIGRAÇÕES COMO MOVIMENTOS SOCIAIS	51
4.1 Mobilização de recursos a partir da identidade cultural.....	54
4.2 As migrações e o modelo de fórum social	59
5 PERCURSO METODOLÓGICO	62
5.1 Observação de uma das possibilidades de um campo de estudos multiterritorial: a internet	63
5.2 Entrevistas em profundidade e <i>en línea</i> com atores do FSMM.....	69
6 A CONSTRUÇÃO DE UM FÓRUM MULTITERRITORIAL A PARTIR DE USOS CONTRA-HEGEMÔNICOS DA INTERNET	74
6.1 Na voz dos atores, o nascimento do Fórum.....	77
6.2 Interações entre as redes de migrantes através da rede de computadores: os usos da internet no contexto do FSMM.....	81
6.2.1 <i>A construção de uma agenda global</i>	82
6.2.2 <i>Na busca pela visibilidade do tema, a construção de espaços de comunicação</i>	88
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	99
ÍNDICE DE ANEXOS	104

1 INTRODUÇÃO

Em 2005, a América Latina e o Caribe tinham cerca de 25 milhões de migrantes¹. A Organização das Nações Unidas (ONU), em 2009, estimava que no mundo mais de 160 milhões de pessoas viviam fora de seus países de origem², enquanto a Organização Internacional para as Migrações (OIM) acrescenta a esta soma os dados sobre refugiados e migrantes não regularizados juridicamente e contabiliza que em 2010 havia mais de 214 milhões de migrantes internacionais no mundo³.

A grande quantia de pessoas circulando entre os diferentes países e regiões remete a debates sobre as causas e motivações das migrações, bem como sobre a situação dos migrantes no mundo. Desde 2003, um fórum proposto por entidades e redes ligadas ao tema das migrações propõe-se como um espaço para a discussão da problemática, seguindo o modelo do Fórum Social Mundial, do qual é signatário. Trata-se do Fórum Social Mundial de Migrações (FSMM), que tem como objetivos discutir os problemas comuns aos migrantes nos mais diversos países e elaborar uma agenda comum de reivindicações.

A internet tem sido fundamental para a articulação das redes de migrantes envolvidas com este Fórum, seja para criar um espaço global de discussão, para organizar os encontros do FSMM que ocorrem a cada dois anos para articular a mobilização de migrantes de diferentes lugares, falantes de diferentes línguas, ou ainda para operacionalizar a viabilização dos espaços do Fórum. Compreendemos por espaço tanto os ambientes físicos quanto os digitais.

Refletir sobre os usos que as redes de migrantes fazem da internet para constituir esta plataforma que é o Fórum, é a proposta desta investigação, que começou a partir da inquietação de compreender como se articulam movimentos sociais de caráter global quando há tantas diferenças culturais, de linguagem e de identidade implicadas a partir das diferentes territorialidades.

O interesse por este tema surgiu ainda durante a graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, na Universidade Regional do

¹ <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=33449>

² <http://www.bbc.co.uk/portuguese/especial/migrantes/migrantes.shtml>

³ Dados disponíveis no relatório publicado pela Organización Internacional para las Migraciones (OIM): **Informe sobre las migraciones en el mundo 2010**: el futuro de la migración: creación de capacidades para el cambio OIM

Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Naquele período, inquietavam-se os discursos que anunciavam a falência das formas tradicionais de organização dos movimentos sociais. Abordei o tema em meu trabalho de conclusão de curso, em 2008, pensando na internet como uma das pistas de que estavam se configurando outras formas de ação social. O estudo de caso proposto foi a Avaaz.org, uma rede na internet que se propunha a realizar ativismo global online. A metodologia adotada foi a observação do site e de seu funcionamento.

O trabalho de pesquisa suscitou novas questões, que remetiam às relações entre as esferas pública e privada no âmbito de uma ação mediada. Como se configurava a ação coletiva naquele caso, quando a ação do indivíduo era o clique isolado, frente a seu computador? A Avaaz apresentava um modelo de ativismo de base informacional, em que os ativistas recebiam um e-mail para assinar uma petição, assinavam e eram incentivados a repassá-lo a seus contatos, também por e-mail. Então como se sentiam aqueles ativistas, a partir de uma atuação solitária?

Questões como estas, articuladas com a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para as novas modalidades de ação social, levaram à elaboração de um projeto de pesquisa para aprofundar o tema no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, na linha de pesquisa Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação, mantendo-se como estudo de caso a rede Avaaz.

Em uma aproximação ao campo de estudo em questão, percebeu-se que no modelo da Avaaz, eminentemente informacional, não havia espaço para interações entre os ativistas, nem mesmo na internet. Essa ausência de interações parecia repercutir na ausência de afinidades políticas e ideológicas entre os ativistas e a própria rede Avaaz, o que se constatou a partir das narrativas obtidas no micro-estudo de recepção. Concluímos que a rede, ao priorizar o número de ativistas em detrimento das interações entre estes, impossibilitava a construção de identidades coletivas a partir da ação e negava uma das dimensões centrais da cidadania, relatada por Dagnino (1992), que é a ênfase na constituição de sujeitos sociais ativos, capazes de converter-se em agentes políticos, em busca de seus direitos e da coletividade.

Passei então a lançar o olhar para organizações com atuação on-line, em que houvesse espaços de interação entre os ativistas e afinidades políticas entre estes. Considerando a perspectiva de Scherer-Warren (2005), de que em territórios

virtuais as adesões se dão por afinidades políticas, culturais e ideológicas, e só ganham sustentabilidade quando vinculadas a tradições locais, passamos a observar movimentos que articulavam o on-line com o off-line.

A mobilização para a construção de uma cidadania universal, envolvendo pessoas atreladas a diferentes territorialidades, e, portanto, com diferenças culturais e linguísticas, mas com uma pauta comum e um posicionamento político convergente - contrário à globalização hegemônica e ao neoliberalismo - foi o que despertou o interesse em pesquisar o Fórum Social Mundial das Migrações. Esta escolha me levou a outros territórios até então desconhecidos, como o das migrações, ao mesmo tempo em que me fez buscar aprofundar os conhecimentos em outras áreas do conhecimento, como a geografia, na tentativa de compreender o conceito de multiterritorialidade. Todos estes movimentos da pesquisa se fizeram fundamentais para construir a abordagem comunicacional deste estudo, que são os usos da internet pelos migrantes para a construção de uma agenda global.

O objetivo da pesquisa, portanto, é analisar os usos da internet por organizações e redes de migrantes na articulação de um fórum transcontinental, que é o FSMM. O enfoque na internet vai além da ideia de uma ferramenta que torna o movimento possível; a análise busca dar conta das apropriações e usos da rede feitas pelos movimentos e da articulação possível entre comunicação, cidadania e multiterritorialidade.

A dissertação foi organizada em três capítulos de referencial teórico, além de um capítulo metodológico e um de análise. O primeiro capítulo teórico apresenta o Fórum Social Mundial das Migrações, a partir na narrativa dos livros de memória dos encontros do Fórum e de dados coletados em entrevistas, documentos e na internet. O Fórum é apresentado no âmbito dos movimentos migratórios em geral. Assim, são resgatados aspectos relacionados às características das migrações contemporâneas, às causas das migrações, a suas implicações, bem como às reordenações do fenômeno migratório a partir da globalização. A cidadania assume uma importância particularmente importante, dado que é uma demanda atemporal daqueles que migram e que buscam a garantia de direitos. A pesquisa teórica busca reconstituir a construção da pauta da cidadania planetária, tão relacionada à principal reivindicação dos migrantes no FSMM.

As transformações nas sociedades contemporâneas, com a introdução e desenvolvimento de diversas tecnologias de informação e comunicação, que

aceleraram o processo de globalização, intensificando os fluxos de capitais entre os países, são discutidos no capítulo 3. A ênfase do capítulo recai sobre a questão territorial em um contexto em que o desenvolvimento das redes tecnológicas e de comunicação traz a impressão de que as distâncias geográficas reduziram, bem como na reconfiguração da ideia de comunidade em um mundo globalizado, o que traz novos desafios para a convivência entre os indivíduos.

A organização dos migrantes em torno de uma pauta comum, a cidadania universal, leva à discussão sobre os movimentos sociais e às próprias migrações como movimento, apresentada no capítulo 4. As teorias tradicionais dos movimentos sociais, de mobilização de recursos e dos novos movimentos sociais são articuladas de maneira entrelaçada para explicar a especificidade de um movimento plural como o que compõe o Fórum Social Mundial das Migrações.

Os usos da internet pelos movimentos de migrantes serão observados como prática mediática e cultural, a partir da perspectiva dos Estudos de Recepção latino-americanos, que se inserem no contexto mais amplo dos Estudos Culturais. Embora a nomenclatura dos Estudos de Recepção possa sugerir apenas um pólo possível do processo de comunicação, a saber, a audiência; seguimos a proposição de deslocamento introduzida por Jesús Martín-Barbero. Para, além da recepção, o autor reforça a necessidade de se atentar para as “apropriações” dos meios que fazem os receptores, tornando-se em muitos momentos também *produtores* (2008).

O percurso metodológico, portanto, leva em conta a produção destes atores, e a forma para dialogar com esta produção na pesquisa é a (re)construção de percursos e interações em rede entre organizações de migrantes envolvidas com o Fórum. Esta reconstrução é feita a partir das narrativas dos integrantes de algumas das redes que propõem o Fórum, de pesquisa em documentos, como os livros de memória do FSMM e atas de reuniões, além da observação de sites das redes proponentes do Fórum, já que não há um site próprio do FSMM.

A análise, descrita no capítulo 6, aponta dois principais eixos de utilização da internet para a proposição do Fórum Social Mundial das Migrações: ao mesmo tempo em que se constitui como o espaço para a articulação das diferentes redes que fazem parte do Fórum, a internet é também um espaço de emissão para dar visibilidade à agenda dos migrantes e difundir discursos contra-hegemônicos

2 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS E O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DAS MIGRAÇÕES

A enorme quantidade de pessoas em circulação por diferentes países, sem a garantia de direitos fundamentais, como o acesso a saúde, educação, moradia etc., passou a se tornar pauta de movimentos sociais preocupados com questões de direitos humanos e cidadania. No âmbito do Fórum Social Mundial (FSM), evento que reúne desde 2001 diferentes iniciativas da sociedade civil sob a palavra de ordem *Um outro mundo é possível*, o debate sobre as migrações tomou fôlego como uma pauta coletiva. Em 2002 e 2003 oficinas sobre migrações foram apresentadas no FSMM por organizações ligadas à igreja católica e a universidades, entre outras entidades.

Em 2005, de maneira paralela à programação do V Fórum Social Mundial, foi apresentado em Porto Alegre (Rio Grande do Sul) o I Fórum Social das Migrações, com o tema: *Migrações: travessias na desordem mundial*. O evento foi organizado pelas entidades que desde 2002 propunham o tema das migrações como pauta nas oficinas do Fórum Social Mundial. De acordo com dados divulgados pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) de São Paulo no livro de registro da primeira edição, mais de 600 pessoas de 37 diferentes países participaram do Fórum Social das Migrações. Realizado entre os dias 23 e 25 de janeiro de 2005, o evento teve 11 seminários que, de acordo com os organizadores “tentaram explicitar os complexos contextos vividos pelos migrantes” (SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES, 2005, p. 4).

A motivação para a proposição do fórum é apresentada no plural: a grande quantidade de migrantes no mundo que, mesmo indesejados pelas populações dos países ricos, geram riquezas, não apenas para o país de destino, mas também para o de origem e a dependência dos familiares da ajuda econômica enviada pelos que migram. Apesar da geração de riquezas e do montante significativo de capital em circulação enviado pelos migrantes, as organizações proponentes do Fórum destacam que há aumento da xenofobia, discriminação, legislação restritiva e construção de muros em todo o mundo para separar os povos e bloquear movimentos migratórios. A maioria dos migrantes no mundo não recebe qualquer

proteção ou assistência internacional e têm muitos dos direitos básicos vetados, como saúde e educação (SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES, 2005).

Com a apresentação dos motivos para a discussão sobre o tema das migrações no contexto de um Fórum, os organizadores propõem uma ética e uma cidadania universais, que se tratam de propostas em construção e que levam em conta a solidariedade.

Dada a importância das migrações, como fenômeno inerente à trajetória humana, é imprescindível estabelecer balizas éticas que regulem a solução das complexas questões levantadas pelas migrações. Discute-se, hoje, o conceito de 'cidadania universal', ainda em processo de definição, mas que se mostra cada vez mais imprescindível (SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES, 2005, p. 9)

Assume-se, portanto, que a cidadania universal não é ainda um conceito estabelecido, mas este se torna uma bandeira fundamental por parecer constituir-se como a única forma de reivindicação de direitos sem atrelamento a territorialidades específicas.

O fenômeno migratório aponta para a necessidade de repensar o mundo não mais baseado na competitividade, mas na solidariedade; não mais na concentração, mas na repartição; não no fechamento das fronteiras, mas na cidadania universal, enfim, num mundo baseado não no consumo desenfreado, mas numa sociedade sustentável, em que haja lugar e vida digna para todos (2005, p. 14).

Há destaque também para o caráter atual da discriminação com relação às migrações. "Sempre houve migrantes ao longo da história. Mas eles nunca tiveram tantas restrições nem sofreram tantas discriminações como hoje" (2005, p. 13), afirmam os organizadores do livro de memórias da I edição do Fórum. No livro são apresentadas também as motivações para tanta discriminação e desigualdade econômica e social. "Quanto mais a riqueza estiver concentrada e maiores os privilégios a defender, mais se teme a presença dos migrantes, que chegam atraídos pela riqueza existente, que se tem medo de repartir" (2005, p. 13).

Onze diferentes seminários discutiram a proposição da cidadania universal durante a realização do primeiro Fórum, em 2005, a partir de diferentes eixos, como identidade e diversidade cultural, situação dos indocumentados, direitos etc. No ano seguinte, em 2006, o Fórum teve uma nova edição, realizada na cidade de Rivas, na Espanha, já não mais paralelamente ao FSM. Os encontros do Fórum passaram

então a ser bianuais e, em 2008, foi realizada a terceira edição, também em Rivas. Em 2010 o encontro do Fórum aconteceu em Quito, no Equador e em 2012 será em Manila, nas Filipinas. A cada edição, o Fórum tem aumentado o número de participantes e agregou a palavra Mundial ao nome, passando a denominar-se Fórum Social Mundial de Migrações (FSMM).

No livro da IV edição do encontro, realizado em Quito, em 2010, com mais de 1.500 participantes, há o registro de que os principais feitos consistem em poder dizer que

O IV FSMM não apenas permitiu compartilhar e estabelecer um conhecimento comum sobre a situação de desigualdade provocada pela globalização neoliberal, como também permitiu a consolidação de uma plataforma política de ação para a luta dos trabalhadores em todo o mundo (2011, p. 11, tradução nossa)⁴.

O FSMM postula-se como um evento de migrantes, que, questionando a globalização hegemônica, apresenta uma plataforma política bastante ampla, não apenas para os grupos que migram, mas para os trabalhadores de forma geral. Este caráter aberto do Fórum, articulado por diferentes redes e organizações, encontra sua origem no modelo do Fórum Social Mundial (FSM).

O Fórum Social Mundial de Migrações, evento que se vale da ideia de uma cidadania universal como pauta utópica, é proposto no momento em que as migrações são alvo de discriminação, restrições legislativas que ferem a ideia de direitos humanos e encontram movimentos que tentam barrar os fluxos migratórios. Os coletivos e redes proponentes do FSMM buscam encontrar respostas para as alterações nos padrões das migrações nos anos recentes, resultado da intensificação da globalização.

Nesta busca por respostas, conseguem articular diversas organizações de migrantes de diferentes lugares do mundo, em torno de um debate comum, a despeito das diferenças encontradas na vivência em cada um dos países e das realidades migratórias em questão. Organizam o Fórum mesmo sendo falantes de

⁴ Para tornar mais fluida a leitura do texto, adotamos a tradução livre das citações de bibliográficas em outros idiomas, mantendo a citação na língua original em nota de rodapé: "El IV FSMM no solo ha permitido intercambiar y establecer un conocimiento común sobre la situación de desigualdad que provoca la globalización neoliberal, sino también consolidar una plataforma política de acción en la lucha de los trabajadores en todo el mundo (2011, p. 11)".

diferentes idiomas, compartilhando referenciais culturais e identitários distintos, e tendo diferentes posições acerca das próprias migrações e das pautas de reivindicação. É no anseio de investigar como é possível a organização de um movimento transcultural e transfronteiriço, como é o caso dos movimentos de migrantes, que elegemos o Fórum como objeto empírico para a realização desta pesquisa, tentando compreender o papel das tecnologias da comunicação e da informação para esta atuação em redes transnacionais em torno de uma agenda comum. Os integrantes das redes que compõem o Fórum valem-se de ferramentas da internet para a realização de reuniões, para a definição de pautas, proposição de manifestos e para buscar dar visibilidade ao tema das migrações e ao próprio Fórum. São estes usos que investigamos nesta pesquisa, mas, para isto, iniciamos este percurso abordando o cenário das migrações contemporâneas.

2.1 MIGRAÇÕES E CIDADANIA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

A palavra migrações remete-nos inevitavelmente – e etimologicamente - a movimento. No *Dicionário do pensamento social do século XX* (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996), migração é descrita como “os movimentos de povos de um lugar para outro” e qualificada como “um fenômeno extremamente antigo”, que “pontua a história humana” (p. 466).

O fenômeno migratório, entretanto, ganha novos contornos na contemporaneidade. Para Zapata-Barrero, estamos em uma época de grande turbulência, de conflitos e dúvidas sobre nossos próprios marcos de referência políticos. As mudanças, de acordo com o autor, são tão rápidas que confrontam os pesquisadores sociais com novos cenários e perspectivas. “Todas as épocas tiveram suas grandes transformações sociais, políticas e culturais. Hoje este motor tem um nome: imigração” (2002). O autor concorda que o tema já era foco de debate, mas pontua que antes estava centrado na gestão administrativa das migrações. Refere-se então a um giro na questão, passando a discussão a não mais centrar-se em uma relação virtual entre uma entidade abstrata, a “sociedade de acolhida”, e os imigrantes, mas entre as instituições públicas e os migrantes. A gestão do espaço público é que passa a ser, na perspectiva do autor, o principal do debate.

A causa para este giro na compreensão das migrações está relacionada, para Stephen Castles, com a globalização. Ele defende que existem poderosos fatores inerentes a este processo minando as formas tradicionais que gestionam os fluxos migratórios:

A integração global cria pressões democráticas, econômicas, políticas, culturais e sociais fortes para a imigração, e inclusive incorpora zonas remotas a circuitos de mobilidade de grande distância. Os estados tentam fazer frente a esta tendência reforçando seus controles fronteiriços, mediante um esforço tanto nacional quanto multinacional. No entanto, é cada vez mais difícil diferenciar as formas de mobilidade que se consideram essenciais para o comércio e os investimentos internacionais das que se consideram indesejáveis (2002, p. 34, tradução nossa).⁵

Para Castles (2005), a globalização alterou também os padrões de migrações, baseados até então em modelos tradicionais, das migrações de assentamento e das migrações temporárias. Essa modificação seria resultado dos fluxos mais frequentes e multidirecionais de pessoas, ideais e símbolos culturais, em função do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e de transportes. Pois se, por um lado, a globalização é um fenômeno econômico, sob a forma de fluxos de capital, bens e serviços, ela não pode ocorrer sem que existem, em contrapartida, fluxos paralelos de ideias, produtos culturais e pessoas (CASTLES, 2005, p. 49). O resultado deste processo é a transformação das práticas materiais e culturais associadas às migrações e a formação de comunidades transnacionais.

As transformações observadas nos padrões migratórios e as mudanças que são levadas a cabo pela globalização remetem à discussão sobre as causas da mobilidade humana por entre os estados-nação. Para Castles, as migrações seriam motivadas por questões demográficas, como as disparidades entre economias estagnadas e com altas taxas de fertilidade, em contraste a países com economias em crescimento, mas com declínio da fertilidade. Outro motivo apontado pelo autor são as expectativas individuais de busca por melhores salários e oportunidades

⁵ “La integración global crea presiones democráticas, económicas, políticas, culturales y sociales fuertes para la inmigración, e incluso incorpora zonas remotas a circuitos de movilidad de larga distancia. Los estados intentan contrarrestar esta tendencia reforzando sus controles fronterizos mediante un esfuerzo tanto nacional como multinacional. Sin embargo, cada vez es más difícil diferenciar las formas de movilidad que se consideran esenciales para el comercio y las inversiones internacionales de las que se consideran indeseables (2002, p. 34)”.

econômicas nos países de destino das migrações. Uma nova economia das migrações, com elementos coletivos na decisão de migrar, em que pesam a sobrevivência familiar e comunitária, também é considerada por Castles como uma das causas das migrações, assim como as abordagens histórico-institucionais, que enfatizam o papel de instituições como empresas e o Estado nas migrações (no recrutamento de mão de obra, por exemplo), bem como as abordagens sociológicas, como as que dão importância ao capital cultural e social que se pode adquirir com a migração.

Não são, contudo, apenas fatores situados no âmbito econômico que motivam migrações. Para Zanforlin (2011) seria impossível definir uma única razão como motivadora do fenômeno da mobilidade. O próprio Castles (2005) afirma, mesmo ao pontuar os motivos econômicos, que “uma explicação cabal das migrações contemporâneas teria de englobar todas estas explicações – e outras ainda – e mostrar de que modo os diferentes aspectos interagem num processo dinâmico” (2005, p. 57), afirma.

Para Denise Cogo (2010), é necessário reconhecer que a heterogeneidade das experiências migratórias transnacionais já não possibilita associar a experiência sociocultural das migrações a motivações essencialmente econômicas e nem compreender, de maneira estática, que há um ponto de chegada e um ponto de partida fixos. Sem desconsiderar desigualdades e processos de dominação, a autora defende que as experiências migratórias sejam compreendidas a partir dos diferentes aspectos das subjetividades dos migrantes.

Em estudo com migrantes em Barcelona e Porto Alegre organizado por Cogo, Gutiérrez e Huertas (2008), as autoras identificaram motivações cognitivas, éticas, estéticas, profissionais, acadêmicas etc. para as migrações. A pluralidade de motivos e desejos para migrar reforça a caracterização do processo migratório como um fenômeno coletivo, mas ao mesmo tempo uma experiência singular e multidimensional de cada indivíduo que migra (op. cit).

Com diferentes motivos e sentidos para migrar, seguem-se construindo rotas de migrações que enfrentam tentativas nacionais e internacionais de paralisar os fluxos que não interessam às lógicas hegemônicas de reprodução do sistema econômico. Ao mesmo tempo em que se constróem muros e outros tipos de barreiras físicas, a globalização reduz as barreiras de comunicação e, como resultado, a taxa de crescimento das migrações segue acelerando-se (CASTLES,

2005). “Parece improvável que as tentativas para deter radicalmente as migrações possam ter sucesso, face às poderosas forças que produzem os fluxos” (CASTLES, 2005, p. 57).

Dentre a pluralidade dos fluxos, um fator parece ser comum à maioria dos migrantes: ao mesmo tempo em que precisam construir e vivenciar novas relações em uma territorialidade diferente da que estavam habituados, também os habitantes dos países que os recebem são obrigados a construir outras relações a partir da alteridade. Mas a experiência social e cultural solicitada pelas sociedades receptoras nem sempre tem como resultado um ambiente de acolhida ao migrante.

Rainer Bauböck (2002) nos convida a refletir sobre os motivos pelos quais a inclusão formal de migrantes nas sociedades é mais precária que a de outros grupos excluídos em outros momentos, como os trabalhadores e as mulheres. Uma das razões por ele apontada é que a cidadania, o direito a ter direito que reivindicam os migrantes, não se trata apenas de um dos princípios universais do liberalismo e da democracia, mas também de pertença a um governo particular. Os migrantes são essencialmente diferentes de outros grupos, como aqueles excluídos por questões relacionadas a classe, gênero, raça ou religião, porque são percebidos como pertencentes a um outro governo, com lealdade a outra soberania.

A heterogeneidade, a diferença de língua, etnia, hábitos, costumes dos migrantes, é que causa o estranhamento, em sociedades pretensamente homogêneas. Cogo (2006), inspirada em autores como David Goldberg e Octavio Ianni afirma que a heterogeneidade pode ser definidora da condição humana, e não a homogeneidade, como muitas políticas antimigratórias propõem. Enquanto alguns migrantes identificam-se mais com uma sociedade do que outra, a maioria, conforme a autora, parece desenvolver várias identidades, relacionando-se simultaneamente com mais de uma nação. “Essa complexa teia de relações interculturais repercute na conformação dos processos identitários a partir da constituição, pelos migrantes, de múltiplas e fluidas identidades fundamentadas ao mesmo tempo nas sociedades de origem e nas ‘adotivas’” (COGO, 2006, p. 12).

Os conflitos e dinâmicas interculturais intensificados pela presença migratória dariam lugar, para Cogo, a um “rico e conflitivo diálogo a três vozes”, a saber, a sociedade que pensa em si como homogênea, as vozes internas da diversidade e a figura do outro, o estrangeiro, como afirma a partir da expressão de Todorov. Essas dinâmicas seriam reveladoras das reconfigurações que atravessam

o que considera como os dois principais fundamentos da trajetória das sociedades ocidentais: a “convivência com o(s) Outro(s) cada vez menos homogêneo(s) e a aceitação da mestiçagem enquanto requisitos essenciais para o debate sobre a interculturalidade ou sobre as possibilidades de uma comunicação intercultural no contexto das sociedades contemporâneas” (COGO, 2006, p. 21).

Os migrantes são tratados, contudo, nas palavras de Zapata-Barrero (2002), como “vítimas do azar do nascimento” em muitas nações receptoras, o que, de acordo com o autor, nos leva a refletir sobre a democracia, percebendo que o processo histórico revela que a aquisição de direitos nunca se deu por benevolência dos estados, mas que é resultado de lutas e reivindicações. A cidadania, pontua, é assunto político, uma das mais importantes políticas públicas distributivas. “Devemos ter claro que, ao distribuir cidadania, se está distribuindo um privilégio: os benefícios da democracia”⁶(2002, p. 24, tradução nossa).

No processo histórico, considera que os movimentos de migrantes são similares aos movimentos que caracterizaram o século XIX e XX, cujos temas de protestos eram parecidos: direitos, acesso à vida pública. Mas se foram superadas questões como aquelas relativas à propriedade e ao sexo, na perspectiva do autor, outro critério ficou em aberto: “neste sentido, o momento histórico que estamos presenciando está colocando em questão este critério, da nacionalidade”⁷ (p. 24, tradução nossa).

Com o critério da nacionalidade ainda como um entrave a direitos, Abelardo Morales Gamboa (2008) fala da “inabilitação” das pessoas migrantes como cidadãos, que se soma a outras práticas de exclusão de uma vida socialmente digna (falta de trabalho digno, de acesso à saúde, educação, moradia, atrelados ao crescimento da xenofobia). Por isso o autor fala em “descidadanização”⁸, referindo-se à perda de um estado de integração do indivíduo dentro do sistema, bem como à impossibilidade de acesso a um estado de justiça e pertencimento, o que considera que são as dimensões centrais de uma nova cidadania.

Para fazer frente a esta soma de privações, as diferentes formas de organização de migrantes em redes identitárias, muitas vezes virtuais, vem se

⁶ “Debemos tener claro que, al distribuir la ciudadanía, se está distribuyendo un privilegio: los beneficios de la democracia”

⁷ “En este sentido, el momento histórico que presenciamos está poniendo en duda este criterio de la nacionalidad”

⁸ “Desciudadanización”

constituindo como “movimentos de contraposição às lógicas de exclusão cidadã instauradas no marco da atual ordem econômica e política global”, afirma Cogo (2011, p.84). Essas redes fazem uso do comunicacional e midiático para consolidarem-se.

A experiência de comunicação cidadã demonstra novas formas de organização em busca da cidadania, partindo-se das redes sociais e de movimentos migratórios, a partir das tecnologias de comunicação, as mesmas tecnologias que dão novos contornos às próprias migrações, como vem sendo discutido neste texto.

A emergência destas outras modalidades de cidadania, como a intercultural e a cosmopolita, para Cogo (2010) sugere que há um reordenamento na percepção da própria cidadania, antes mais relacionada a questões civis, políticas, sociais e econômicas, e que passaram a parecer insuficientes, pois são circunscritas ao âmbito dos estados-nação, e, portanto, impossibilitadas de ser bem-sucedidas diante de um quadro de transnacionalismo.

A cidadania e a comunicação cidadã, conclui a autora, a partir de Hopenhayn, “se constituem como experiências em que o jurídico e o institucional se combinam com a vivência de práticas cotidianas constituídas por dinâmicas que implicam em movimento e ação de sujeitos individuais e coletivos” (2010, p. 89). Para isso sugere que se adote a ideia de cidadania ativa, que coloca em relação o Estado e a sociedade na disputa e negociação de recursos e direitos, afastando-se da ideia de uma cidadania atribuída e distribuída pelos Estados.

A cidadania é a principal pauta defendida pelos migrantes e principal eixo de articulação entre as diferentes redes proponentes do Fórum Social Mundial das Migrações. É defendida geralmente na compreensão de cidadania universal, conceito ainda em formação e sob o qual nem os próprios integrantes do Fórum têm pleno entendimento, em função da relação entre a soberania nacional e a concessão de direitos no âmbito do estado-nação, por um lado, e a circulação de pessoas, por outro, que coloca em questão a produção de leis e a garantia de direitos a partir de fronteiras bem estabelecidas geograficamente.

2.2 A CONSTRUÇÃO DA PAUTA DA CIDADANIA PLANETÁRIA

Sendo a cidadania universal a principal reivindicação do Fórum Social Mundial das Migrações, resgatamos o contexto do surgimento dessa pauta na – e pela – sociedade civil. Para isso, partimos da discussão sobre a construção de agendas e manifestos comuns entre redes de movimentos sociais.

Esta construção de agendas, para Scherer-Warren (1999), no livro *Cidadania Sem Fronteiras*, se dá em um contexto de globalização hegemônica que a autora identifica a partir de quatro cenários: a) homogeneização da cultura, tendo no consumismo um dos principais fatores da homogeneização; b) fragmentação da vida societária; c) reações fundamentalistas e d) hibridação cultural e identitária, ou sincretismo, simbiose, transculturação. Este último cenário configura-se como possibilidade para um intercâmbio ecumênico entre várias culturas, podendo constituir um contraponto ao fundamentalismo e à homogeneização das massas. Ele realiza-se mediante o encontro de culturas locais e identidades específicas, que podem ser traduzidas em representações simbólicas de alcance mais global, em que atores de movimentos sociais transnacionais e ONGs tornam-se mediadores relevantes. Este processo implicaria a promoção de uma solidariedade cosmopolita, o que representaria o aparecimento, pela primeira vez na história, de valores universais (1999, p. 13).

A ação política transnacional, que se quer contra-hegemônica e transfronteiriça, na perspectiva de Sousa Santos, emerge não por conta de governos ou como reflexo de políticas governamentais, mas por conta de iniciativas da própria sociedade civil. Mas é possível que povos com profundas diferenças culturais, localizados em diferentes partes do mundo, sejam capazes de se organizar em torno de temas consensuais frente aos desafios impostos pela globalização hegemônica? Compreendemos que estamos diante desta possibilidade quando se propõem eventos como o Fórum Social Mundial das Migrações ou mesmo o Fórum Social Mundial (FSM). Para Scherer-Warren (2009b), o FSM, “bem como outros fóruns e redes transnacionais de organizações têm sido espaços privilegiados para a articulação das lutas por direitos humanos em suas várias dimensões sociais” (p. 10). Essas manifestações, assim como as agendas unificadas contra invasões militares, ou até mesmo a organização de petições na internet motivadas por

questões ecológicas, de combate à fome ou de guerra e paz, e ainda quando uma luta localizada recebe apoio mundial, parecem confirmar a pista de que a sociedade civil é o âmbito privilegiado para estas ações.

Scherer-Warren (1999) empreende uma discussão teórica sobre o conceito de sociedade civil, destacando que ao longo da história, este é definido ora como a esfera de constituição da política (e do Estado), ora como a capacidade de autodeterminação da esfera econômica (ou seja, do mercado), ou ainda como potencialidade do mundo da cultura e das ideologias na constituição de uma hegemonia política. Seria, de toda forma, nas associações que se formam na vida civil que residiria a garantia de civilidade, frente ao risco de se retornar à barbárie. No contexto atual, Scherer-Warren destaca duas tendências principais para a sociedade civil: em uma relação dual relativa ao Estado (e desenvolvendo-se à margem das relações de poder), e em uma relação tripartite entrelaçada com Estado e mercado, sendo a sociedade civil um terceiro setor em contraste com os dois citados, englobando atividades sem fins lucrativos e não governamentais, o que incluiria as Organizações não Governamentais que atuam em questões de cidadania, democracia e justiça social. O papel da sociedade civil neste tensionamento entre mercado e Estado é descrito pela autora:

Se a esfera do mercado tende a orientar-se por uma racionalidade instrumental que visa o lucro, segundo a lógica da acumulação, e se a esfera do Estado se engaja numa racionalidade instrumental de luta pelo poder político, objetivando a hegemonia e o controle dos mecanismos de dominação, é na esfera da sociedade civil que se encontraria a possibilidade da construção de uma racionalidade ética, comunicativa, que se orienta para o bem comum, pela *res publica* (pelo interesse comum, comunitário, de justiça social) (SCHERER-WARREN, 1999, p. 42).

Assim, a sociedade civil seria o espaço social onde nascem e se organizam associações voluntárias, movimentos sociais ou populares, ONGs, entidades filantrópicas etc. Na perspectiva de Adela Cortina (2005), trata-se de um aspecto contrastante: justamente a sociedade civil, que pareceria alheia à ideia de cidadania por se referir a laços não políticos, é que passa a apresentar-se como “a melhor escola de civilidade”. São nos grupos da sociedade civil que as pessoas aprendem a participar e a se interessar pelas questões públicas, pois o âmbito político em geral não lhes está acessível (2005, p. 29).

A questão que levantamos então é: e como poderíamos pensar em uma sociedade civil em escala planetária? Evidentemente, a criação de redes entre ONGs e movimentos sociais é uma das pistas, mas é preciso pensar nas dificuldades que se colocam para a convivência quando se está diante de inúmeras diferenças culturais.

Cortina discorre sobre os problemas que as sociedades enfrentam para organizar a convivência, sendo constituídas por grupos com diferentes visões de mundo. Em sociedades moralmente pluralistas, como se pretendem as sociedades democráticas, se equacionam os valores que todas as doutrinas compartilham (e que compõem os mínimos de justiça) e aqueles que são fundamentais para cada doutrina em específico e não compartilhados com os demais (os máximos de felicidade de acordo com cada doutrina). A cidadania, neste caso, seria a chave da convivência, constituindo-se como um conceito mediador, por integrar exigências de justiça e, ao mesmo tempo, fazer referência aos que são membros de cada comunidade. Por isso, une a racionalidade da justiça com o sentimento de pertença. Para Cortina, um conceito pleno de cidadania integra “um status legal (um conjunto de direitos), um status moral (um conjunto de responsabilidades) e também uma identidade, pela qual uma pessoa se sabe e se sente pertencente a uma sociedade” (CORTINA, 2005, p.139).

Quando empreendemos a discussão sobre cidadania transnacional, não poderemos deixar de pensar na identidade nesta mesma condição, extrapolando a ideia de identidade nacional. García Canclini, quando retoma a discussão sobre hibridação lançada no livro *Culturas Híbridas*, em um artigo publicado em 2003, alerta que já não basta dizer que não há identidades caracterizadas essencialmente como autossuficientes e ahistóricas, e entendê-las como as maneiras em que as comunidades se imaginam e constroem relatos sobre sua origem. “Em um mundo tão fluidamente interconectado, as sedimentações identitárias organizadas em conjuntos históricos mais ou menos estáveis (etnias, nações, classes), se reestruturam em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais” (2003, s/p, tradução nossa)⁹.

⁹ “En un mundo tan fluidamente interconectado, las sedimentaciones identitarias organizadas en conjuntos históricos más o menos estables (etnias, naciones, clases) se reestructuran en medio de conjuntos interétnicos, transclasistas y transnacionales”.

Ainda que García Canclini (2008) considere que há uma fragmentação dos movimentos sociais em múltiplas agendas e exigências, em processos difíceis de se totalizar, apresenta a comunicação de redes massivas como uma das respostas, não apenas para a organização de redes de movimentos, mas para amplificar reivindicações, e assim, talvez, superar a fragmentação. Afirma que o poder dos movimentos sociais

crece se atuam nas redes massivas: não apenas a presença urbana de uma manifestação de cem ou duzentas mil pessoas, porém – mais ainda – sua capacidade de interferir no funcionamento habitual de uma cidade e encontrar eco, por isso mesmo, nos meios eletrônicos de informação. Então, às vezes, o sentido do urbano se restitui, e o massivo deixa de ser um sistema vertical de difusão para transformar-se em expressão amplificada de poderes locais, complementação de fragmentos (2008, p. 288).

Denise Cogo (2010) também enfatiza a comunicação mediática como um espaço estratégico de cidadania e a contextualiza no âmbito das redes de migrantes, que fazem uso de meios alternativos de comunicação - incluindo-se a internet - para a construção de memórias transnacionais das migrações contemporâneas, em contraposição àquelas criadas pelos meios de comunicação hegemônicos. A cidadania que aqui está em questão é a cidadania intercultural, que a autora considera como aquela “passível de ser construída a partir de um diálogo capaz de produzir um “lugar” ou uma “ética” que permita a combinação multidimensional entre aspectos mais ou menos universais e/ou particulares das identidades culturais” (2010, p. 83). Em outras palavras, a autora afirma que não se trata de uma cidadania que se vincula unicamente à satisfação dos direitos que levam à igualdade, mas também aos relacionados à diferença, compreendendo ambos como componentes da democracia.

A comunicação assim é o lugar de partida para a construção de novas possibilidades de cidadania em uma perspectiva transcultural e transfronteiriça. Mas para compreendermos o uso das ferramentas de comunicação neste contexto, é preciso ampliarmos nosso olhar para além das fronteiras nacionais. Se a comunicação hoje permite inúmeras possibilidades de comunicação e de fluxo com os mais diversos lugares, não podemos deixar de atentar para o fato de que, embora fluidas, as fronteiras existem, e há implicações que se desdobram a partir da espacialidade. Quando se fala em cidadania sem fronteiras, propomos a discussão

ainda necessária sobre as fronteiras dos países globalizados e a ideia de comunidade.

3 CIDADÃOS DO MUNDO, ENTRE TERRITÓRIOS, TECNOLOGIAS E COMUNIDADES

Falar em migrações implica, necessariamente, em falar de movimento. Indivíduos que vão para outros lugares, buscam novos territórios, em um movimento que tem como condição *sine qua non* deixar lugares outros para trás (ainda que apenas territorialmente, já que simbolicamente é possível, principalmente no contexto das novas tecnologias de comunicação, manter-se sempre conectado com o lugar de onde se partiu). Nessas idas e vindas, acumulam-se territorialidades, num processo que, de acordo com a descrição de Haesbaert (2010), a partir de sua própria experiência pessoal, amarra dor e alegria. Não ignoramos que as migrações constituam uma prática tão antiga quanto a história da humanidade (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996), mas compreendemos, por outro lado, que a aceleração dos fluxos de trocas de informações entre os diferentes países com a capacidade técnica crescente das tecnologias de comunicação e de informação, bem como do desenvolvimento dos meios de transportes nos últimos anos, facilitam a mobilidade dos indivíduos.

Esta mobilidade, entretanto, não está disponível – ou ao menos não facilmente - para todos. Ao mesmo tempo em que a globalização se quer planetária, como pontua Hall (2001), ela não é global, porque não afeta igualmente todos os lugares, tem efeitos contraditórios e produz resultados desiguais no mundo todo. “Continua sendo um sistema de desigualdades e instabilidades cada vez mais profundas, sobre o qual nenhuma potência (...) possui o controle absoluto” (56). Nas palavras de Taibo (2007), quando vista sob o ponto de vista econômico, trata-se de um processo marcado pela especulação, concentração de riqueza, desaparecimento de controles políticos e ratificação de velhas desigualdades e exclusões. Por isso, a aceleração dos fluxos não tem como resultado direto a ampliação da mobilidade, de modo igualitário, para todos os indivíduos do globo terrestre.

Se não há a possibilidade de mover-se fisicamente entre os países, por outro lado, por mais desigual que a globalização se apresente, muitas das mudanças instituídas na comunicação a partir deste contexto fazem-se sentir-se mesmo naqueles países que convivem com as maiores desigualdades. Não é apenas uma diversidade de novos aparelhos com conexão à internet (muitas vezes móveis e com

caráter quase futurista) o que a indústria da informação oferece, mas uma coexistência e tentativa de conformação de uma linguagem entre os novos e os já existentes meios de comunicação. Como afirma Orozco Gómez (2006, p. 83) “muitas mudanças que estamos evidenciando, no âmbito da comunicação, não se devem ao potencial tecnológico recente, mas à extensa presença das mídias nascidas na modernidade”.

Considerando-se o papel entrelaçado das chamadas velhas e novas mídias, podemos entender o papel de destaque que as tecnologias de comunicação protagonizam neste cenário globalizado, com implicações importantes para os sujeitos. Estamos diante de um processo em que estão intrincadas, de maneira quase indissociável, comunicação, globalização e identidade. Elhajji explica que a estrutura técnica e organizacional que sustenta o processo de globalização caracteriza-se “pela reformulação e rearticulação das instâncias de produção de sentido da contemporaneidade em torno dos meios de produção controle e distribuição da informação” (2010, p. 12). A comunicação e as TICs criam uma nova base material para o desenvolvimento das atividades humanas, que acaba, para Elhajji colocando a “sua própria lógica à maioria dos processos sociais e condicionando, de maneira fundamental e inédita, todos os níveis da sociedade contemporânea” (op. cit, p. 12).

Pensar nas migrações e nos movimentos de migrantes articulados na internet nos obriga a refletir sobre diferentes temas, que aparecem sempre imbricados e cujos limites entre eles não são claros. Globalização e a reordenação dos territórios, comunicação e a lógica das redes, referenciais identitários entre o tensionamento de uma sociedade global e da vida em pequenas comunidades são alguns deles.

3.1 LUGAR, ESPAÇO E TERRITÓRIO: OS MIGRANTES E A MULTITERRITORIALIDADE

Migrantes, movimento, mobilidade. Essas palavras-chave que remetem aos movimentos migratórios nos levam a refletir também sobre os espaços implicados neste movimento. Mais do que isso, a compreender a que estamos nos referindo quando falamos em território, espaço e lugar. Para Fragoso, Recuero e Barth (2010), estas são palavras que se complementam. Conforme as autoras, “espaço” trata-se

de uma referência a “acepções genéricas”, a que citam, como exemplo, “espaço geográfico”, “espaço físico” etc. Já “lugar” teria uma caracterização identitária mais claramente situada, enquanto território é compreendido pelas autoras “a partir de desdobramentos da construção identitária relativa a um lugar, que resultam em sentimentos de posse ou pertença” (p.2). Este sentimento de pertença, ainda de acordo com as autoras, é acompanhado de regras que caracterizam a apropriação do lugar por aqueles que o dominam e que podem impedir o acesso de outras pessoas e grupos, dentro do que compreendemos serem as fronteiras que limitam este “lugar”.

Assim, por mais que não se tratem de sinônimos, espaço, lugar e território não podem ser compreendidos de forma dissociada, já que a “materialidade dos espaços se organiza em lugares caracterizados geograficamente (por seus limites, não necessariamente materiais) e simbolicamente (por sua identidade e historicidade)” (op. cit, p. 2). Desta forma as relações estabelecidas pelas pessoas com os lugares conduziria à territorialidade, que pode ser traduzida em sentimento de pertença relativo ao lugar.

Se a globalização tem como principal efeito a superação dos planos territoriais espaciais, temos portanto, obrigatoriamente, novas relações das pessoas com os lugares, o que podemos compreender que levaria ao estabelecimento de outras relações de pertencimento. Para Elhajji o que se vê é o surgimento de modalidades culturais e referenciais identitários com extensões transnacionais. “Ainda que não seja regra absoluta, no contexto global, as composições identitárias tendem a se reformular e se afirmar numa perspectiva propriamente transnacional” (2010, p. 14), sem que deixemos de considerar a esfera do local.

Encontramo-nos, por isso, diante de um cenário em que o território passa a ser compreendido muitas vezes como multiterritorializado e em que as vivências e a construção identitária se dão não apenas a partir das relações com a comunidade ligada a um lugar bem definido no contexto geográfico. Para esta vivência transnacional não é necessário, como se poderia pensar, que os indivíduos tenham a possibilidade de viajar e locomover-se por vários e diferentes lugares. A própria experiência mediada pelas tecnologias de informação e comunicação permite que se experimente ambientes de interação sem um lugar físico como materialidade e que, paradoxalmente, colocam o indivíduo “conectado” em contato com pessoas com diferentes marcas de lugar e permitem que se vivencie o contato com o outro,

independente da distância em que este outro esteja. Na perspectiva de Ortiz (2000), “somos todos cidadãos do mundo, mas não no antigo sentido, de cosmopolita, de viagem. Cidadãos mundiais, mesmo quando não nos deslocamos, o que significa dizer que o mundo chegou até nós, penetrou nosso cotidiano” (p.8).

Para alguns autores, experiências como esta são concebidas e descritas no marco da “desterritorialização”. Já para Haesbaert, desterritorialização significaria o fim dos territórios, o que considera paradoxal porque, como explica, o próprio conceito de sociedade implica sua espacialização e não haveria como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade, sem inseri-los em um contexto geográfico territorial (2010, p. 20).

Na crítica que faz da ideia de desterritorialização, Haesbaert elenca alguns fatores que considera básicos na discussão: para o autor, geralmente não há uma definição clara de território nos debates sobre desterritorialização; o termo aparece como algo dado, com sua historicidade ignorada. Além disso, a desterritorialização é vista pelo autor como um processo genérico e uniforme, não vinculado à sua contraparte, a reterritorialização.

Milton Santos (2008) fala também sobre desterritorialização na nova ordem global, em um contexto bem definido: “no sentido de que separa o centro da ação, e a sede da ação” (p. 170). Aprofundando a discussão, Santos afirma que o espaço desta nova ordem globalizada é movediço e inconstante, e que a ordem local é que reterritorializa, “porque reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas, e formas geográficas” (op. cit.). Por isso o que chama de “cotidiano imediato” seria fundamental para a união de todos os dados, locais e globais. É, nas palavras de Santos, “a garantia de comunicação”. Para ele, “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (2008, p. 170).

Compreendemos que é seguindo esta lógica de pensamento que Haesbaert propõe que, no lugar de desterritorialização, se fale em multiterritorialidade, que ele compreende como a movimentação das pessoas (locomovendo-se fisicamente) e também – e principalmente - as possibilidades abertas pelas tecnologias da informação, ao permitirem que as pessoas mantenham contato com indivíduos e comunidades ligados a realidades territoriais não apenas diferentes, mas por vezes muito distantes geograficamente. Essas redes permitem que os indivíduos, através da comunicação, compartilhem diferentes culturas, ainda que a quilômetros ou

milhas de distância, sem ter a necessidade de frequentar pessoalmente/fisicamente os espaços geográficos em que vivem os atores com os quais há interação. Entendemos que, neste tipo de relação, entrelaçam-se a razão global e a razão local de que fala Santos (2008), quando a experiência mediada (e que podemos entender como desterritorializada desde sua perspectiva), reterritorializa-se no espaço local de cada um dos indivíduos conectados.

Se, por um lado, a possibilidade de experimentar diferentes territórios pode parecer sedutora por nos permitir a possibilidade de reconstruir nosso território a partir das outras vivências (sejam elas mediadas pelas tecnologias ou não), é necessário, contudo, lembrar que estas possibilidades não estão disponíveis para a maioria dos indivíduos, colocando-os em um outro tipo de relação com o território:

As exclusões aviltantes ou as inclusões extremamente precárias a que as relações capitalistas relegaram a maior parte da humanidade faz com que muitos, no lugar de partilharem territórios múltiplos, vaguem em busca de um, o mais elementar território da sobrevivência cotidiana (HAESBAERT, 2010, p. 17)

Sem-tetos, sem-terras e outros grupos minoritários são citados pelo autor como exemplo dos que não têm lugar nesta “des-ordem” de aglomerados urbanos, que muitas vezes mais separa do que une. Podemos compreender que a busca por um território que permita a condição mínima de sobrevivência é o que move muitos dos migrantes e também refugiados, em busca de abrigo e condições mínimas de sobrevivência em outras regiões, outros países, outros continentes, vendo-se impedidos de voltar à sua terra de origem. Não se trata de uma experiência necessariamente voluntária de busca de outros territórios. Por isso Haesbaert enfatiza que o ideário da multiterritorialidade só se realiza quando há a territorialidade mínima do abrigo e aconchego, considerados “condição indispensável para, ao mesmo tempo, estimular a individualidade e promover o convívio solidário das multiplicidades” (2010, p. 17).

As exclusões, cujos resultados são não apenas nas migrações motivadas por causas econômicas e políticas, mas também as condições desiguais entre os países marcadas pela intensificação dos processos globalizantes (HALL, 2001; TAIBO, 2007), são explicadas por Milton Santos no contexto das redes. O autor considera que o espaço global é formado por redes desiguais, de características diferentes,

que se emaranham. Mas só os atores hegemônicos “se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios” (p. 150).

A globalização é considerada pelo autor como uma nova fase da história humana, pela “amplificação em ‘sistema-mundo’ de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos” (2008, p. 145). Em uma perspectiva histórica, explica que a globalização implica na diminuição do número de sistemas técnicos, decorrente de um movimento de unificação acelerado pelo capitalismo. Antes do sistema econômico globalizado, na “aurora da história”, havia tantos sistemas técnicos quantos eram os lugares, explica. Agora, a base material da mundialização é a predominância de um único sistema técnico (op. cit.).

Essa instantaneidade que faz com que se compartilhem as técnicas de produção torna também possível a tomada de conhecimento imediata entre os acontecimentos simultâneos. Na base desta relação unitária entre lugares e acontecimentos, para Santos, está a ciência e a tecnologia da informação. Elas “estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais” (SANTOS, 2008, p. 148). O autor considera, além disso, que a informação não apenas está presente nas coisas, como é necessária à ação realizada sobre as coisas. O que nos leva a refletir sobre a importância dos fluxos de informação e comunicação não apenas para as estratégias hegemônicas de mundialização, mas também para os usos em contraposição e resistência às lógicas hegemônicas globalizadas, como, por exemplo, o uso da internet feito por movimentos e redes de migrantes para criar um fórum global, que tem como pauta a cidadania global para as pessoas em diferentes partes do mundo, caso para o qual se lança o olhar neste estudo.

O espaço para o dissenso parece ser reforçado quando Santos afirma que a

Importância do movimento e o relativo desaparecimento das distâncias (para os condutores dos fluxos dominantes) permitiram a alguns acreditar na homogeneização do espaço. Na verdade, porém, o espaço torna-se mais diversificado e heterogêneo e, à divisão tradicional em regiões acrescenta-se uma outra, produzida pelos vetores da modernidade e da regulação (SANTOS, Milton, 2008, p. 150).

Utilizando uma metáfora relacionada ao tempo, Santos enfatiza a ideia da diversidade explicando que, do mesmo modo que não existe um tempo global, único, também não há um espaço global, mas apenas espaços de globalização,

mundializados e reunidos por redes. Essas redes são mistas, por incluírem materialidade e ação. Por serem globais, as redes transportam o universal ao local. Mas também são locais e instituem outras relações àquelas que se querem mundializadas. É justamente este o nó que se entrelaça na atuação de movimentos de migrantes, sempre entre o local e o global.

Embora se proponham em muitos momentos contrários à globalização, esses movimentos não são necessariamente contrários a uma lógica mundializada de trocas simbólicas; são contrários às lógicas capitalistas da globalização hegemônica. Da mesma forma que as forças dominantes fazem uso das tecnologias de informação e de transportes para acelerar o fluxo das trocas de bens materiais entre os países, os movimentos contra-hegemônicos fazem uso dos mesmos meios e, portanto, da mesma base material utilizada pelos processos globalizantes hegemônicos (a partir de diferentes possibilidades de acesso), para contrapor este processo.

Por meio das redes de atores transnacionais, possibilitadas ou incrementadas pelas TICs, vê-se o crescimento de movimentos pela cidadania e pela igualdade. Mas quando o ambiente em que se articulam essas redes é em boa medida atrelado a nenhum lugar em específico e a muitos lugares em particular, logo, não apenas os referenciais identitários ligados ao território modificam-se, mas também a própria ideia do que se entende por comunidade. Para refletirmos sobre a compreensão de comunidade na contemporaneidade, levando-se em conta o contexto da multiterritorialidade, partimos das contribuições de Touraine e de Anderson, entre outros autores.

3.2 A IDEIA DE COMUNIDADE NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

As múltiplas “camadas” de territorialidades acumuladas pelos indivíduos na experiência da mobilidade das migrações, ou nas experiências de incursões por outras culturas a partir de contextos on-line, reordenam as lógicas de construção identitária e do que se entende por comunidade. Iguais e diferentes, de variados lugares, interagem de diferentes formas, e a pergunta lançada por Touraine parece ainda pertinente: poderemos viver juntos?. A resposta imediata do autor é que “já vivemos juntos, mas não pertencemos à mesma sociedade” (1998, p. 8). A mundialização que permite que se assistam aos mesmos programas de televisão,

com o consumo das mesmas bebidas e uso das mesmas roupas em vários países e que permite que as pessoas se comuniquem entre esses diferentes países usando a mesma língua, é que faz com que o Touraine compreenda que já estamos vivendo juntos. A organização em torno de pautas comuns, internacionais, o aquecimento global ou a AIDS, também seriam sinais desta “confraternização” mundial.

A principal explicação para este contexto é a utilização das tecnologias, que estão em todos os lugares e, por isso, de acordo com Touraine (1998), são de lugar nenhum, de nenhuma sociedade específica. “É próprio dos elementos globalizados – quer se trate de bens de consumo, de bens de comunicação, de tecnologia ou de fluxos financeiros, não estarem ligados a nenhuma organização social particular” (p.9). Mas sua utilização e a produção de conhecimentos sobre estes elementos variam.

Boaventura de Sousa Santos (2009) defende que toda experiência social produz e reproduz conhecimentos, que compreendemos que inserem a pluralidade em meio a este sistema técnico “unificado”. Com diferentes conhecimentos, pressupõem-se uma ou várias epistemologias, entendidas como toda noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que é tido como conhecimento válido. Este conhecimento válido é inexistente sem a presença de práticas e atores sociais, por isso Sousa Santos enfatiza que diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias.

A proposta de Sousa Santos é que se vá além da epistemologia do colonialismo capitalista - contextualizando que o colonialismo político é uma forma de dominação que não apenas envolve a negação da independência dos povos ou nações subjugados, mas que continua sendo exercido como forma de imposição de um tipo de saber. Por isso fala em “epistemologias do Sul”, compreendidas como um conjunto de

Intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão [do colonialismo], valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes (2009, p. 13).

No âmbito desta ecologia de saberes, Sousa Santos refere-se ainda à sociologia das emergências, que consiste “numa amplificação simbólica de sinais, pistas e tendências latentes que, embora dispersas, embrionárias e fragmentadas,

apontam para novas constelações de sentido tanto no que respeita à compreensão como à transformação do mundo” (2009, p. 43). Essa sociologia é que possibilitaria o cosmopolitismo subalterno, outro conceito de Santos, para explicar a atuação de movimentos e iniciativas contrários à globalização hegemônica, organizados em redes, que se baseiam no princípio da igualdade e do reconhecimento da emergência para contrapor-se à globalização neoliberal.

Esse cosmopolitismo implica na redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos (SOUSA SANTOS, 2009, p. 43) e insere-se no campo da resistência epistemológica que demanda, como explica o autor, a produção de um pensamento “alternativo de alternativas”, para além da simples geração de alternativas no campo hegemônico. Para a produção deste pensamento, este cosmopolitismo tem feito uso não apenas das redes de movimentos, mas também uso das redes técnicas de comunicação e informação, utilizadas de forma muito plural.

Se as redes tecnológicas permitem apropriações, inclusive para a produção de conhecimento em contraposição à globalização neoliberal (que se diz que é um processo acelerado justamente por essas redes), elas são, antes disso, objeto de indagações no meio científico já há bastante tempo, em sua relação com os territórios e as comunidades, quando ainda eram rudimentares se comparadas aos padrões tecnológicos recentes.

Touraine (1998) credita o surgimento de redes ao fim dos conjuntos territoriais. “Vivemos juntos apenas à medida que fazemos os mesmos gestos e utilizamos os mesmos objetos, mas sem sermos capazes de nos comunicar além da troca dos signos da modernidade” (p.10). Este contexto é o que propiciaria que se desfaçam os conjuntos “ao mesmo tempo políticos e territoriais, sociais e culturais, que chamávamos de sociedades, civilizações ou simplesmente de países” (op. cit.)

Viver juntos, onde não há mais sociedades, ao menos não mais da forma com que se reconhecia, torna-se, naturalmente, tarefa mais complexa. Trata-se de uma contradição: vivemos juntos ao mesmo tempo em que não vivemos juntos. Touraine explica esta contradição defendendo que, para vivermos realmente juntos neste novo contexto é necessária a perda da identidade. Por outro lado, diagnostica que se presencia também um retorno das comunidades, que trazem consigo, em sentido inverso, um apelo à homogeneidade, à pureza e à unidade e, portanto, a uma identidade ligada ao lugar, à comunidade. Por isso insere mais uma variável na

questão central do debate sobre viver juntos, iguais e diferentes: como poderemos viver juntos se nosso mundo está dividido pelo menos em dois continentes, cada vez mais distantes um do outro: o das comunidades que se defendem contra a penetração de indivíduos, de ideias e de costumes que vêm do exterior, e aquele sobre cujas condutas pessoais ou coletivas a globalização tem um fraco controle? (1998, p. 12).

Embora a resposta de Touraine seja a dessocialização da cultura de massa, enquanto responsável por mergulhar os indivíduos na globalização ao mesmo tempo em que lhes impele a defender uma identidade, buscando apoio em grupos primários, podemos falar também na articulação da igualdade e da diferença, como resposta para vivermos juntos, em comunidades. Para Sousa Santos (2008), as relações no contexto da globalização demonstram a emergência de um “fascismo social”, que se torna evidente quando grandes setores da população são mantidos no exterior, expulsos de qualquer tipo de contratos sociais, como é o caso de muitos migrantes. Para superar este tipo de fascismo, presente nas relações sociais, defende a construção de um novo padrão de relações locais, nacionais e transnacionais, baseadas na igualdade e na diferença. “Temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (2008, p. 199), explica, compreendendo a igualdade como a redistribuição de recursos e direitos, e a diferença como reconhecimento.

Para isso afirma que é preciso mais do que instituições, mas uma nova política transnacional, inscrita em novas formas de sociabilidade e de subjetividade (SOUSA SANTOS, 2008), o que nos leva a questionar o conceito de comunidade, quando as relações entre as instituições e pessoas, as comunicações, extrapolam a todo o tempo as fronteiras dos Estados e do que poderíamos compreender como comunidade.

Para Benedict Anderson, comunidades estão extremamente relacionadas à ideia de nação e de nacionalismo. Se estamos assistindo ao “fim da era do nacionalismo”, contudo, há uma ausência de explicações na literatura, pontua o autor, pela dificuldade de se analisar este cenário. A dificuldade não é apenas a esta era de fim do nacionalismo, mas de tudo que o envolve: “em contraste à imensa influência que o nacionalismo exerceu no mundo moderno, teorias plausíveis sobre

o tema são visivelmente modestas”¹⁰ (1991, p.3, tradução nossa). Propõe então oferecer sugestões mais satisfatórias para explicar o nacionalismo, e parte da opinião de que tanto a teoria marxista quanto a liberal necessitam de uma revisão urgente. Seu ponto de partida é que nacionalidade, nacionalismo e outras palavras derivadas, são artefatos culturais de um tipo particular (1991, p. 4).

Anderson argumenta que a criação destes artefatos a partir do fim do século XVIII foi a destilação espontânea de uma complexa travessia de forças históricas discretas, mas que, uma vez criadas, tornaram-se modulares, capazes de ser “transplantadas” para uma grande variedade de terrenos sociais, para fundir-se com uma grande variedade de constelações políticas e ideológicas correspondentes (1991, p.4).

Oferece então uma definição de trabalho para o termo nação, a partir de um “espírito antropológico”: é uma comunidade política imaginada – e imaginada de maneira limitada e soberana (1991, p.6). Esta comunidade seria imaginada porque mesmo os membros das menores nações nunca sabem sobre todos os seus membros, mas ainda assim, sem possibilidade de encontrar a todos, na mente de cada um reside uma imagem de comunhão. Citando Gellner, Anderson diz que o nacionalismo não é o acordar de uma nação para a autoconsciência: o nacionalismo inventa nações onde elas não existem. No lugar de invenção, Anderson propõe imaginação, criação. “De fato, todas as comunidades maiores que aldeias em que há contato face a face (e talvez até estas), são imaginadas. As comunidades devem ser distinguidas não pela sua falsidade/genuinidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (1991, p. 6, tradução nossa).¹¹

Anderson explica ainda que a nação é limitada em função de suas fronteiras, ainda que estas sejam elásticas, pois nenhuma nação se imagina com dimensões aplicáveis à toda humanidade. E é também imaginada como uma comunidade porque a nação é sempre concebida como uma camaradagem profunda e horizontal, que faz com que muitos homens estejam dispostos a dar a vida por esses limites imaginários.

¹⁰ “In contrast to the immense influence that nationalism has exerted on the modern world, plausible theory about it is conspicuously meager”.

¹¹ “In fact, all communities larger than primordial villages of face-to-face contact (and perhaps even these) are imagined. Communities are to be distinguished, not by their falsity/genuineness, but by the style in which they are imagined”.

Mas os referenciais identitários transnacionais, entretanto, dão uma nova dinâmica à ideia, se não de comunidades, de grupos de referência. Para Touraine (1998), com a “era do fim do nacionalismo”, nossas comunidades aos poucos se fundem em uma vasta sociedade mundial. Appadurai, em texto escrito em 1996, afirma que estamos diante de uma ordem global caracterizada pelo surgimento de um grande número de forças que limitam, corroem ou violam o funcionamento da soberania nacional no campo da economia, do direito e do pertencimento político. Para o autor isso não significa que tenha acabado a época dos estados-nação, mas implica no fim do período em que o sistema de estados-nação era o único elemento em jogo no que concerne ao governo internacional e à política transnacional

Neste contexto, para Appadurai, a imaginação¹² tem um papel fundamental. O autor destaca que a partir de uma compreensão do funcionamento global dos meios de comunicação, a imaginação torna-se uma parte crítica da vida coletiva social e cotidiana. Com as mudanças introduzidas pela globalização, as comunidades em todo o mundo criaram novos recursos para o funcionamento da imaginação em todos os níveis da ordem social. É através dela que os indivíduos se disciplinam aos controles do estado, mas ao mesmo tempo, é a imaginação também o que permite que se configurem novas formas de oposição ao poder hegemônico e novas ideias para a vida coletiva (APPADURAI, 1996, s/p.).

É especialmente quando a imaginação, enquanto força social, funciona para além das fronteiras nacionais que se inicia o que Appadurai chama de desenvolvimento de formas sociais sensíveis à mobilidade depredadora do capital. A nomeação de “sociedade civil internacional”, para o autor, não dá conta da mobilidade e maleabilidade das formas criativas de vida social. Ele destaca as migrações massivas e a mediação eletrônica neste movimento, como criadores de um novo campo de força para as relações sociais em um contexto global.

Pensar em imaginação, para além da compreensão de Appadurai, remete-nos também a pensar em representação, processo no qual, segundo Hall, a identidade está profundamente envolvida. “A moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas”

¹² Para Appadurai, imaginação é uma faculdade que intervém na vida cotidiana das pessoas normais de várias maneiras: que permite que a emigração seja considerada remédio para a violência de Estado, ou o que faz com que se busquem compensações sociais e o desenho novas formas de associações cívicas e colaborações, para além das fronteiras nacionais.

(2005, p. 71). Num contexto em que os estados nacionais perdem autonomia e soberania, em que há, portanto, superação dos planos territoriais espaciais, as identidades certamente passam a ser localizadas e representadas a partir de novos elementos, em uma perspectiva transnacional.

A resposta à articulação da comunidade local com as identidades transnacionais, para Touraine, reside no sujeito: “num mundo em mudança permanente e incontrolável, o único ponto de apoio é o esforço do indivíduo para transformar experiências vividas em construção de si como ator” (1998, p. 23). E é a este esforço que ele chama de sujeito. “O sujeito não tem outro conteúdo que a criação dele mesmo” (op. cit.).

O apelo ao sujeito é que Touraine apresenta como pista para a dissociação da economia e da cultura, compreendendo-o como combinação de uma identidade pessoal e de uma cultura particular, com a participação num mundo racionalizado e como afirmação de sua liberdade e sua responsabilidade. “Só esta aproximação permite explicar como poderemos viver juntos, iguais e diferentes” (1998, p. 25).

O sujeito emerge como resposta no contexto da desmodernização, processo marcado pela dissociação entre economia e cultura e entre trocas e identidades. É a ruptura de laços que unem a liberdade pessoal e a eficácia coletiva (TOURAINÉ, 1998, p. 36).

O recurso contra a desmodernização não é a saudade da ordem social ou comunitária desaparecida; é a aceitação da ruptura dessa síntese antiga que era o homo politicus e a busca de uma nova construção da modernidade. O fundamento desta não pode mais ser a lei e deve ser buscado no desejo de cada indivíduo de combinar na sua vida pessoal a participação no universo técnico (e econômico) e a mobilização duma identidade cultural (e pessoal), sempre defasada em relação à racionalidade instrumental. É através da crise da desmodernização que descobrimos o necessário apelo ao sujeito pessoal (TOURAINÉ, 1998, p. 62).

Assim, se já teríamos aprendido a pensar em nossa história em termos políticos, econômicos e à luz das relações sociais e de produção, o desafio proposto por Touraine (1998) é analisá-la e construí-la em termos culturais. Mas agora as oposições são - não mais entre o capitalistas e trabalhadores -, entre uma informação globalizada e comunidades definidas mais em termos culturais do que econômicos ou sociais (p. 65). As comunidades, podemos supor, assim se definem

culturalmente inclusive em função das possibilidades das redes multiterritoriais, que surgem justamente no contexto da globalização e a partir das possibilidades de imaginação e de identificação dos sujeitos.

3.3 REDES, TECNOLOGIAS E AS POSSIBILIDADES DE COMUNICAÇÃO

Se estamos diante de um cenário global em que os países são governados por regras internacionais (Touraine, 1998), isso não se trata necessariamente de uma novidade (HALL, 2001). Apoiado em autores como Anthony Giddens e David Held e Wallerstein, Hall afirma que os estados-nação nunca foram tão soberanos ou autônomos quanto pretendiam, pois o capitalismo foi desde o início um elemento não dos estados, mas sim de caráter mundial. Isso significa que estariam enraizadas na modernidade tanto a tendência à globalização quanto a tendência à autonomia dos estados. (HALL, 2001).

A partir dos anos 70 do século passado, quando este processo acelerou-se e o alcance e o ritmo da integração global aumentaram enormemente, chegamos ao tão conhecido cenário da globalização contemporânea (HALL, 2001, p. 69). Paradoxalmente, este cenário interconecta as economias desenvolvidas, mas cria inúmeras barreiras, simbólicas e materiais, para a mobilidade de trabalhadores migrantes e refugiados, a exemplo da construção de muros, como o da Palestina na fronteira com Israel, o do México, na Fronteira dos Estados Unidos e das políticas de repressão à imigração em vários países europeus.

Neste contexto, a organização econômica e social dos países precisa ser compatível com as exigências do sistema econômico internacional e, enquanto as antigas normas sociais e as instituições se enfraquecem, cresce o espaço para a vida privada e as organizações voluntárias (TOURAINÉ, 1998). O problema desemboca na discussão sobre cidadania e democracia. Touraine questiona: “como se poderia ainda falar de cidadania e de democracia representativa enquanto os eleitos olham para o mercado mundial e os eleitores para sua vida privada?” (p. 14).

Este é o questionamento encarado também, ainda que reformulado, pelos movimentos sociais de caráter global, contexto em que se inserem as redes de migrantes articuladas no Fórum Social Mundial das Migrações. A questão, contudo, não é exclusiva dos migrantes: coletivos e movimentos políticos preocupados também com direitos humanos, distribuição de renda, questões ambientais etc.,

precisam também elaborar táticas de atuação no tensionamento entre o global e o local. Os problemas a que estes movimentos estão voltados nunca foram restritos a um único estado. Mas enquanto não há um estatuto jurídico claro para as organizações internacionais que se pretendem reguladoras do mundo, como Fundo Monetário Internacional, G8, Organização das Nações Unidas etc., é ao estado nacional que se voltam os movimentos, ainda que para questões que transcendem o local.

Um dos “lugares” de destaque para a consolidação – e em muitos casos até para a atuação – destes movimentos é a internet. Mas ela não está sozinha no conjunto de tecnologias que transformam a atuação política no cenário contemporâneo. Para Touraine (1998), os meios de comunicação em geral ocupam um lugar de destaque em nossas vidas. Ele reforça a importância da televisão (em um texto escrito muito antes da internet tomar as proporções de interação que conhecemos hoje), que teria ocupado um lugar central em nossas vidas por colocar em relação o vivenciado na vida privada com a realidade mais global, e denuncia que este tipo de relação direta elimina as mediações entre o indivíduo e a humanidade e colabora para um movimento geral de “dessocialização”.

É necessário, contudo, atualizar esta discussão, considerando-se o papel que se atribuiu à internet e às tecnologias de comunicação, para a apropriação das tecnologias pelos próprios indivíduos e atores sociais. Se a televisão contribuiria para uma “dessocialização”, podemos pensar que os usos das tecnologias para o empoderamento dos atores sociais e criação de seus próprios espaços de emissão, contribuiriam para um processo na direção contrária daquele referido por Touraine.

A história das tecnologias é uma história de usos hegemônicos e contra-hegemônicos, de reapropriações e de ressignificações. Receptores dos meios de comunicação tradicionais encontram-se, com a internet e outras tecnologias, frente à possibilidade de tornarem-se também emissores. Trata-se de uma mudança na concepção da comunicação de que fala Martín-Barbero (2008, p. 16, tradução nossa), “onde não há emissor nem receptor, em muitos sentidos, qualquer emissor é receptor e qualquer receptor tem a possibilidade de ser emissor”¹³, e que muda radicalmente o que entendemos por comunicação.

¹³ “Donde no hay emisor ni receptor, en muchos sentidos, cualquier emisor es a la vez receptor y cualquier receptor tiene la posibilidad de ser emisor”.

Para Martín-Barbero o que está em jogo é uma noção de comunicação ancorada nos conceitos de rede e de interface, que nos obriga a refletir não mais em termos de recepção, mas de apropriação e empoderamento dos sujeitos através das possibilidades abertas pelas novas tecnologias (2008). Evidentemente, esse empoderamento só é possível com acesso e domínio à técnica, e tem suas limitações. As condições de emissão são desiguais.

De toda forma, para que possamos falar em usos da internet de maneira contra-hegemônica, parece interessante fazer um breve retorno a um passado não tão distante. Por isso retornamos a 1858, ano em que, como relata David de Ugarte (2007), foi instalado um cabo transatlântico entre Europa e Estados Unidos. Nessa época, evidentemente, só existia a mídia impressa e a comunicação mundial - sem a existência de meios de comunicação entre os diferentes países - carecia de estímulos para ter uma existência concreta. A instalação do cabo no Oceano Atlântico começou a mudar as perspectivas da comunicação. Ele passou a permitir que Estados Unidos, França e Inglaterra estabelecessem uma linha de comunicação via telégrafo. E o telégrafo deu origem às agências de notícias, que passaram, por sua vez, a mudar a lógica da comunicação entre os países. Nas palavras de Ugarte: “O nascimento das agências de notícias (Associated Press e Reuters), filhas diretas do telégrafo, contribuiu para colocar na ‘ordem do dia’ o debate público entre as três potências” (UGARTE, 2007, p. 30, tradução nossa)¹⁴. Para além do debate público, o autor defende que as agências passaram também, de alguma forma, a desenvolver um papel fundamental para o estabelecimento das democracias e difusão da informação, incorporando notícias nacionais e globais na imprensa local, num momento em que crescia a alfabetização a partir da ação educativa do movimento sindical e associativo (op. cit).

É neste contexto que se pode entender a afirmação do autor, de que “a tecnologia, em especial a de comunicações, gera as condições de possibilidade de mudanças na estrutura do poder”¹⁵ (op. cit., p. 29, tradução nossa). Isso porque, ainda de acordo com Ugarte, o imperialismo só conseguiu se estabelecer quando a tecnologia de transportes e comunicação permitiu que uma rede econômica se estabelecesse. Mas, também a partir da difusão de informações, com as agências

¹⁴ “El nacimiento de las agencias de noticias (Associated Press y Reuters), hijas directas del telégrafo, contribuyó además a casar el «orden del día» del debate público entre las tres potencias”.

¹⁵ “la tecnología, en especial la de comunicaciones, genera las condiciones de posibilidad de los cambios en la estructura de poder”

de notícias e com o uso do telégrafo, é que se estabeleceram também redes mundiais de trocas dos setores populares.

Ao incorporar à imprensa popular (e não apenas à “burguesa”, inacessível para a maioria das pessoas tanto por seus custos quanto por sua linguagem), assuntos nacionais e internacionais, até então reduto das chancelarias e da elite, a política de exterior e “de Estado” passou a formar parte daquilo sobre o que qualquer cidadão, independente de sua classe social, poderia ter uma opinião (...). A informação e a opinião englobavam agora o conjunto da cidadania (op. cit, p. 30, tradução nossa).¹⁶

Assim foi que o telégrafo tornou-se o instrumento que permitiu que se pensasse em ações sindicais conjuntas entre a França e a Inglaterra, como também possibilitou a troca de contatos que desencadeou na criação da Primeira Internacional (UGARTE, 2007). Isso quer dizer que as tecnologias de comunicação permitiam que processos protagonizados pela burguesia europeia transcorressem, como foi o caso do Imperialismo; mas, por outro lado, processos protagonizados pelos trabalhadores também eram impulsionados por essas tecnologias, como foi o caso do internacionalismo proletário, o que nos leva a pensar que as tecnologias de comunicação sempre constituíram um campo de disputa ideológica, bem antes da introdução da internet.

E levou bastante tempo para que a internet se consolidasse como possibilidade de comunicação viável para movimentos sociais. O próprio telégrafo apresentado como instrumento que permitiu ações sindicais conjuntas por Ugarte (2007) levou um tempo considerável para desenvolver-se como rede de comunicação, de acordo com relato de Castells (1999). O autor conta que, testado entre 1790 e 1799, o telégrafo passou a ser utilizado em 1837, mas só conseguiu desenvolver-se em uma rede de comunicação, conectando o mundo em larga escala, quando pôde contar com a difusão da eletricidade.

A eletricidade mudou não apenas as perspectivas de comunicação com o telégrafo. No contexto de revolução industrial, seu uso difundido, a partir dos anos 1870, “mudou os transportes, telégrafos, iluminação e, não menos importante, o

¹⁶ “Al incorporar la prensa popular (y no sólo la «burguesa », inaccesible para la mayoría de las personas tanto por sus costes como por su lenguaje), asuntos nacionales e internacionales, hasta entonces reducto de las cancillerías y la elite, la política exterior y «de Estado» pasó a formar parte de aquello sobre lo que cualquier ciudadano medio, independientemente de su clase social, tenía una opinión (...). La información y la opinión abarcaban ahora al conjunto de la ciudadanía”.

trabalho nas fábricas mediante e difusão de energia na forma de motores elétricos” (1999, p. 75).

Para falar sobre o desenvolvimento das tecnologias de informação e a importância que assumem nas sociedades, Castells resgata os desenvolvimentos anteriores e necessários para a emergência dessas tecnologias. “Não devemos subestimar a importância da revolução das tecnologias de informação”, adverte o autor, que explica que se trata de um evento histórico, no mínimo, da mesma importância da Revolução Industrial no século XVIII, por induzir a um “padrão de descontinuidade nas bases materiais da economia, sociedade e cultura” (p. 68). Castells retoma então aspectos da revolução industrial, que divide em duas etapas: uma marcada pela substituição das ferramentas pelas máquinas, e a segunda - que considera mais importante - com o desenvolvimento da eletricidade, o motor de combustão interna, e início das tecnologias de comunicação, com a difusão do telégrafo e invenção do telefone.

Foram, de fato, “revoluções” no sentido de que um grande aumento repentino e inesperado de aplicações tecnológicas transformou os processos de produção e distribuição, criou uma enxurrada de novos produtos e mudou de maneira decisiva a localização das riquezas e do poder no mundo, que, de repente, ficaram ao alcance dos países e elites capazes de comandar o novo sistema tecnológico. O lado escuro dessa aventura tecnológica é que ela estava irremediavelmente ligada a ambições imperialistas e conflitos interimperialistas (1999, p.71).

Castells atribui a estas revoluções (referindo-se às duas etapas que considera para a Revolução Industrial) a ascensão do Ocidente a partir da segunda metade do século XVIII. As descobertas que levaram à transformação nos processos de produção e distribuição aconteceram, de acordo com o autor, em agrupamentos. “Sejam quais forem as condições que determinaram esses agrupamentos, a principal lição que permanece é que a inovação tecnológica não é uma ocorrência isolada” (p. 73). Para que ela aconteça, Castells lista condições como conhecimento, ambiente institucional e industrial, disponibilidade de talentos e mentalidade econômica para que o investimento tenha retorno. Além disso, uma das condições fundamentais para a inovação tecnológica é a presença de usuários para usar e aprender a lidar com os novos aparatos. Castells pontua, a respeito dessa condição para a inovação, que as elites aprendem “fazendo”, o que lhes possibilita modificar

as aplicações da tecnologia, enquanto a maior parte das pessoas aprende “usando”, o que lhes faz permanecer dentro dos limites do “pacote da tecnologia”. Essa constatação parece conservar as condições desiguais de produção de tecnologias ao se considerar o que o autor infere a partir de registros históricos: quanto mais próxima a relação entre os locais de inovação, produção e utilização das tecnologias, mais rápida será a transformação das sociedades e mais possibilidade haverá de futuras inovações. Isso pode explicar, em parte, a dificuldade dos países do sul em produzir tecnologias e inovações, dependentes das tecnologias do norte.

Um impulsionador importante de tecnologias voltadas à computação foi a Segunda Guerra Mundial. Durante este período, de conflito entre os países considerados potências mundiais, surgiu o primeiro computador programável e o transistor, fonte da microeletrônica, e considerado por Castells o “verdadeiro cerne da revolução da tecnologia da informação no século XX” (1999, p. 76).

Na década de 1970 é que as tecnologias da informação difundiram-se amplamente. O autor reconstitui seu desenvolvimento em três campos interrelacionados: a microeletrônica, os computadores e as telecomunicações, para chegar à conclusão de que, desde meados da década de 1980 os microcomputadores não podem ser concebidos isoladamente: eles passam a atuar em redes, com mobilidade cada vez maior, com base em computadores portáteis. Nos tempos atuais, a portabilidade dos computadores não parece uma grande novidade, mas ao se considerar que o primeiro computador para uso geral, o ENIAC, em 1946, pesava mais de 30 toneladas e ocupava a área de um ginásio esportivo (CASTELLS, 1999), o desenvolvimento dos semicondutores parece ter sido, de fato, fundamental para a compactação de dados. Nos anos 1990, o processamento e armazenamento de dados foi centralizado em um sistema compartilhado e interativo de computadores em rede (op. cit.).

Observar a atuação de movimentos sociais em rede, a partir da internet, parece, desde nosso olhar, um operar desde a lógica do próprio sistema de computadores, que só funciona e é operacional devido ao processamento em redes de computadores. Essas mesmas redes permitem também que as pessoas façam uso dessas tecnologias de forma compartilhada. Podemos dialogar com os escritos de Castells, quando afirma que o processo atual de transformação tecnológica expande-se exponencialmente “em razão de sua capacidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a

informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida” (1999, p.68). Talvez seja por isso que considera que uma das principais características das revoluções tecnológicas é a penetrabilidade, o que quer dizer que ela contempla todos os domínios da atividade humana. Para além disso, considera que as tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas, mas processos a serem desenvolvidos, o que possibilita que os usuários possam assumir o controle da tecnologia, como no caso da internet. “Há uma relação muito próxima entre os processos sociais de criação e manipulação de símbolos (a cultura da sociedade) e a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços (as forças produtivas)” (1999, p.69). É desta reflexão que chega à conclusão de que pela primeira vez na história, a partir das tecnologias da informação, a mente humana passa a ser não apenas um elemento no sistema produtivo, mas também uma força direta da produção.

Fragoso, Recuero e Amaral (2011) explicam que a internet pode ser compreendida como cultura ou como artefato cultural. Como cultura, pontuam as autoras, inspiradas em Hine, ela pode acabar sendo entendida como um espaço social delimitado, que contém a si mesmo e que independe do off-line. Assim, consideram a sugestão de Hine para que se pense no plural, em “culturas da internet”, o que remete à abordagem da rede como artefato cultural. Essa perspectiva “observa a inserção da tecnologia na vida cotidiana” (FRAGOSO et. al., 2011, p. 42), por isso, favorece a uma compreensão da rede em que há interação entre o on-line e o off-line, sendo a internet percebida como um elemento da cultura e não algo à parte. “A ideia de artefato cultural compreende que existem diferentes significados culturais em diferentes contextos de uso. O objeto internet não é único, mas sim multifacetado e passível de apropriações” (op. cit.).

É esta abordagem também que adotamos neste trabalho, pois permite que se pense nos usos da internet, proposta deste trabalho, no contexto do Fórum Social Mundial das Migrações e na apropriação das tecnologias. Além disso, compreendemos que se trata a rede de um produto da intervenção e das interações humanas sobre a materialidade tecnológica, na perspectiva de Cogo e Brignol (2011, p. 79).

Sendo produto das interações humanas, devemos lembrar o que pontua Castells (1999), sobre os usos privilegiados dessas tecnologias pelas elites. No mesmo sentido, lembra Néstor García Canclini (2008), que há uma assimetria entre produção e uso das tecnologias entre os países centrais e os dependentes, e entre

consumidores de diferentes classes. Mas, ao mesmo tempo, não se pode desconsiderar, também de acordo com García Canclini, que há setores sociais com capitais culturais e disposições para apropriar-se das tecnologias, com diferentes sentidos. A questão que o autor propõe é entender como a dinâmica própria do desenvolvimento tecnológico remodela a sociedade, coincide com movimentos sociais ou os contradiz. E afirma que “os sentidos das tecnologias se constroem conforme os modos pelos quais se institucionalizam e se socializam” (2008, p. 308).

Para Cogo (2010) o processo de mudança social está relacionado às possibilidades de experimentação abertas pelo desenvolvimento das tecnologias da comunicação. Isso se as considerarmos como espaços relevantes de construção e circulação de imaginários e de agendas relacionadas às disputas de cidadania nos âmbitos socioeconômico, político e cultural. Assumir a importância das transformações nas comunicações não pressupõe, para Cogo, adesão ao determinismo tecnológico. Trata-se do reconhecimento das tecnologias da comunicação em condições sociais e históricas concretas, num caráter relacional, a partir da ação dos sujeitos.

Como afirmam Galloway e Thacker (2007), a rede parece ter emergido como uma forma de descrever a natureza do controle, tanto quanto a resistência a ele. É a estas possibilidades de uso, de resistência a partir da rede, a que lançamos o olhar neste estudo, compreendendo a internet como um artefato cultural, passível de apropriação dos indivíduos, um elemento cultural, que se dá na relação entre o on-line e o off-line. Se poderíamos pensar no espaço das tecnologias como um espaço desterritorializado, preferimos pensar que se trata de um “lugar” que permite que se acumulem territorialidades. Antes de simplificar, talvez isso dificulte nossa análise: estamos lançando o olhar para um grupo de indivíduos atravessados por várias marcas de lugar: sua articulação por meio da tecnologia neste lugar, da ordem das tecnologias, é um fator que nos desafia a compreender como se formam as relações de pertencimento, não mais restritas a um lugar ou a uma comunidade. A comunidade, se sempre foi imaginada (ANDERSON, 1991; APPADURAI, 1996), tinha como uma de suas características as fronteiras. E quais são as fronteiras na multiterritorialidade? Não estamos admitindo o fim dos estados-nação, mas pensando nas fronteiras para os indivíduos que acumulam tantas camadas de territorialidade.

Para Cogo (2002) essa complexa teia de relações sociais repercute na conformação dos processos identitários a partir da vivência, no caso dos migrantes, “de múltiplas e fluídas identidades fundamentadas ao mesmo tempo nas sociedades de origem e nas ‘adotivas’” (2002, p. 3), relacionando-se simultaneamente a mais de uma nação e mantendo diferentes identidades raciais, nacionais e étnicas. A estas possibilidades de identificação, somamos aquelas abertas pelas TICs.

4 AS MIGRAÇÕES COMO MOVIMENTOS SOCIAIS

No âmbito das profundas e significativas transformações culturais e sociais a partir da forma como estamos compreendendo a multiterritorialidade (que coloca em questão frequentemente o global com o local), partimos do pressuposto de que se alteram profundamente nossas percepções sobre o tempo e o espaço e nossas formas de atuar com o ambiente e com nós mesmos. Este cenário não significaria admitir uma cultura global, de uniformidade cultural, mas estaria muito mais relacionada a referências espaciais e temporais de crescente complexidade (GADEA, 2004, P. 11). Esse novo nível de complexidade traz novos desafios para a análise sobre as ações coletivas de nosso tempo.

De acordo com Ana Isabel Cabo (2008), inspirada em autores como Melucci, na atuação dos movimentos sociais é necessário definir o “nós” e o “outro”, num sistema de relações e representações a partir da alteridade, para que o ator coletivo possa diferenciar-se e ao mesmo tempo ser reconhecido. Porém, como pontua a autora, a definição do outro não parece uma tarefa fácil em nosso tempo. “Com a globalização da vida social, o ‘outro’ não pode ser visto como uma entidade fixa” (CABO, 2008, p. 40), porque a composição de identidades opera a partir de diferentes lugares, tempos, agentes, referentes etc. Se a multiterritorialidade coloca em questão a forma como se constitui o “outro”, suscita também a questão sobre o “nós”: como se torna coletivo o coletivo?, questiona Cabo, comparando os novos movimentos com os movimentos tradicionais, associados a um contexto geográfico delimitado, como o movimento operário de outrora, em que a identificação “era facilitada pela proximidade dos locais de trabalho” (2008, p. 41). Quando estamos diante de movimentos que não podem mais ser referidos a uma determinada condição social – e territorial, acrescentaríamos – específica, a situação torna-se diferente e mais complexa, pontua Cabo. “Num contexto em que a expansão dos *media* só veio ajudar a uma desterritorialização, é a identidade que define o coletivo. O coletivo só se torna coletivo quando tem como referência a identidade” (2008, p. 41).

Para Gadea (2004), a identidade particular de um ator coletivo surgiria a partir da interpretação de mundo que realiza, compreendendo que as ações coletivas tendem a definir-se, fundamentalmente, como modelos de sociabilidade.

“As próprias finalidades da ação coletiva tendem a surgir *a posteriori* dos ‘tipos de sociabilidade’ experimentados, da dinâmica de ação empreendida e da interação com o seu entorno”¹⁷ (2004, p. 12, tradução nossa). E os tipos de sociabilidade experimentados pelos movimentos sociais no contexto da multiterritorialidade e do uso das tecnologias da informação e da comunicação diferem substancialmente daqueles associados apenas a um território determinado.

A primeira experiência descrita na literatura acadêmica sobre ação coletiva que lança mão do uso das TICs é a dos indígenas do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), em Chiapas, no México, a partir de 1994. De acordo com Pimenta e Ravelo (2008), os indígenas zapatistas enviavam comunicados a jornais e rádios para informar sobre o levante por direitos básicos para os indígenas, que acabou denunciando as contradições do capitalismo no México. Os comunicados foram replicados por sites de movimentos de movimentos sociais, e formou-se uma rede de solidariedade mundial em torno do EZLN.

Gadea dedica-se a analisar como se organiza este movimento e para isto, propõe um reconceitualização das categorias de análises vinculadas à teoria das ações coletivas e movimentos sociais, para destacar justamente as continuidades e diferenças dos atuais fenômenos coletivos, com os de algumas décadas atrás.

A partir da experiência destes indígenas do sudeste mexicano, que revivem a memória de Emiliano Zapata, declaram guerra ao governo do então presidente Carlos Salinas de Gortari e reivindicam terra e liberdade, Gadea questiona como é possível interpretar esta ação, que cobra mais de 500 anos de exclusão, quando é tão diferente da experiência da esquerda na América Latina. Observa então a articulação dos indígenas entre a secular consciência de opressão e injustiça com uma reivindicação de sua identidade indígena, com radicais questionamentos às concepções e práticas políticas discriminatórias do estado mexicano.

É possível compreender que o neozapatismo projeta suas demandas e adquire identidade a partir de uma aparente “ambiguidade”. As reivindicações por modernização política, econômica e cultural, voltadas à nação mexicana, não podem ser dissociadas da constante reafirmação de

¹⁷ “Las propias finalidades de la acción colectiva tienden a surgir a posteriori de los ‘tipos de sociabilidad’ experimentados, de la dinámica de acción emprendida y de la interacción con su entorno”.

sua identidade, das exigências de conhecimento político e cultural da particularidade indígena (2004, p. 15, tradução nossa).¹⁸

Esta tensão, que pode parecer irresolúvel, nos dá pistas sobre como a identidade cumpre um papel central na constituição dos movimentos, papel este nem sempre dissociado da constituição do movimento como ator estratégico no meio político. Esta imbricação entre o que propõe as escolas americana e europeia dos movimentos sociais, respectivamente a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) não é exclusividade do movimento dos zapatistas, mas diz muito sobre movimentos que têm como matriz referenciais identitários, como é o caso do estudo em questão, relacionado com as formas de atuação dos migrantes a partir da internet. Os zapatistas, pioneiros nas novas possibilidades de uso das TICs para a ação coletiva, suscitam também o pensar sobre a constituição da própria ação, para além das possibilidades e meios de atuação (envolvam eles a internet ou não) quando têm como cerne e princípio um referencial duplo: questões identitárias e reivindicações de recursos básicos, independente da etnia, nacionalidade, origem. Por isso propomos uma reflexão sobre a ação coletiva, centrando-nos na Teoria de Mobilização de Recursos e na Teoria dos Novos Movimentos Sociais, e em suas possíveis correlações.

4.1 MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS A PARTIR DA IDENTIDADE CULTURAL

Na era dos contatos mediados, do ativismo realizado por um clique e das comunicações por internet, poderíamos estar vivendo em um cenário social “vazio”, marcado pelo individualismo. Mas para Gadea (2004) o que se observa é uma passagem de um “eu individual” para um “eu relacional”. A partir do desgaste de ideais modernos, como a razão, o futuro, o progresso e a emancipação, bem como das instituições, e a constatação de um isolamento individual nas nossas sociedades tecnologicamente avançadas, o autor fala, contudo, que se observa o surgimento de um outro tipo de solidariedade: um princípio relacional, “pelo qual o indivíduo é

¹⁸ “Es posible comprender que el neozapatismo proyecta sus demandas y adquiere identidad a partir de una aparente “ambigüedad”. Los reclamos por modernización política, económica y cultural a la nación mexicana, no pueden ser disociados de la constante reafirmación de su identidad, de las exigencias de reconocimiento político y cultural de la particularidad indígena”.

experiência em função do vínculo que estabelece, em função do grupo ao qual se integra. O indivíduo, longe de estar em isolamento, busca a si mesmo num espaço comunitário, descobrindo-se num ambiente de comunhão” (2004, p. 22)¹⁹.

Gadea dialoga com a desmodernização a que se refere Touraine (1998), definida pela dissociação entre economia e culturas e pela sua degradação, momento em que já não é mais possível crer na modernidade. Essa crise da modernidade levou à formação de uma corrente pós-modernista, e, por outro lado, passou a obrigar-nos a buscar um princípio não institucional de reconstrução da modernidade (1998, p. 61). Esse recurso contra a desmodernização passa a ser então buscado no desejo de cada sujeito de combinar na sua vida pessoal a participação no universo técnico e a mobilização de uma identidade cultural; em outras palavras, leva ao necessário apelo ao sujeito pessoal (p. 62).

Para Gadea (2004) o que se vivencia precisamente é o retorno da comunidade, que se manifesta como parte de certos impulsos emancipatórios de protesto concretos, estruturadores de eventuais ações coletivas. Desta forma, o comunitário “expressa-se como um paradigma sociopolítico e organizacional de grande importância em nossos dias, um ponto de referência que surge da experiência de vida a partir da modernidade-global” (GADEA, 2004, p. 23)²⁰.

Mas se o campo político apresenta novidades, também está ocupado pelos representantes dos movimentos sociais tradicionais, partidos e sindicatos. E por isso, não há a existência de sujeitos predeterminados da ação social, mas posições de sujeito, já que a própria definição de sujeito é interativa, resultado da interação entre o “eu” e a “sociedade”, e a sociedade é um cenário aberto, um jogo de múltiplas combinações e diferenças (GADEA, 2004). A identidade e a homogeneidade dos atores, portanto, não passaria de ilusão, já que se formam na ação. E o que então definiria a ação, quando propõe-se como coletiva?

Para Machado (2007), a ação dos movimentos sociais é difícil de ser compreendida, e ainda mais de ser explicada, em função de sua diversidade e complexidade. Ele apresenta autores contemporâneos que abordam a questão, como Tarrow (1999), que afirma que o campo dos movimentos sociais é um dos

¹⁹ “Por lo que el individuo es experiencia en función del vínculo que establece, en función del grupo al cual se integra. El individuo, lejos de estar en el aislamiento, se busca en un espacio comunitario, enterándose en un ambiente de comunión”.

²⁰ “se expresa como un paradigma sociopolítico y organizacional de gran importancia en nuestros días, un punto de referencia surgido de la experiencia de vida que nos plantea la modernidad-global”.

mais indefiníveis que existem. Já para o sociólogo francês Erick Neveu (2002), introduzir uma explicação erudita do conceito de movimento social pode ser uma possibilidade de complicar o que já se entende a partir da experiência. Essa compreensão seria, genericamente, tomada por um grupo de indivíduos que pertencem a uma mesma categoria social e que têm uma reivindicação em comum. A ideia de movimento social seria então, no sentido comum, associada a um conjunto de formas de protesto e vinculada a um vocabulário de acontecimentos e modos de atuar.

Neveu dá atenção à noção de “ação coletiva”, que pode ser compreendida a partir da defesa de um interesse material ou de uma causa. Essas formas, em favor de uma causa, são as que compreende que são designadas como movimento social. E o critério fundamental que usa para definir movimento social é a identificação de um adversário. Se os coletivos sociais se mobilizam a favor de alguma pauta, como a defesa de aumentos salarial, em exemplo usado pelo autor, essa atividade só pode desenvolver-se “contra” um adversário determinado, que nesse caso é o patrão (2010).

No caso dos migrantes, o “adversário” não parece tão preciso porque, sendo um movimento plural e fluido, os motivos das migrações divergem, assim como as próprias dificuldades vivenciadas pelos migrantes, conforme o local em que se situam. Muitas vezes os governos que impõem políticas restritivas às migrações podem se constituir como um adversário. Em outros casos, situações que geram guerras e obrigam os indivíduos a migrar ou a refugiarem-se em outra nação, podem ser consideradas o fator a ser combatido. Ou ainda a materialização, por parte de governos, das políticas restritivas às migrações, com a construção de barreiras físicas, como muros, que não apenas tentam impedir a mobilidade das pessoas, como impedem o contato físico entre os que migraram e os que ficaram no local de origem. A discriminação e a xenofobia também podem fazer com que grupos da sociedade do país de acolhida sejam definidos como os adversários. Dentre tantas diferenças, este movimento plural busca encontrar pautas comuns para uma atuação global conjunta, e é neste contexto que surge a pauta da cidadania universal, como aplicável a todos os migrantes e trabalhadores. Portanto, se fosse possível falar em um único adversário, de acordo com o critério fundamental de Neveu para a definição de um movimento social, no caso dos migrantes organizados no FSMM, este adversário parece definir-se como a globalização hegemônica

neoliberal, que gera as situações de exclusão, de privação de direitos humanos para os migrantes e impõe restrições para a circulação das pessoas.

Cabo (2008) retoma as definições da escola americana e da escola europeia, herdeiras das reflexões sobre os movimentos de 1968 e apresenta então a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Na TMR, conforme a autora, os movimentos sociais devem ser compreendidos no contexto de um modelo conflitual da ação coletiva, que preconiza que os conflitos devem ser resolvidos através de relações de poder institucionalizadas, em função dos recursos, organização e oportunidades da ação coletiva. O sucesso da ação depende do reconhecimento do grupo, e o Estado é a arena política que os movimentos buscam disputar. “O enfoque é sobretudo no ‘como’ dos movimentos, sendo as suas condições de funcionamento o que preocupa esta corrente” (CABO, 2008, p. 43).

Já a TNMS, em oposição à TMR, estaria centrada sobretudo na definição do “porquê” da existência dos movimentos. A identidade coletiva portanto, explica Cabo, estaria no centro da análise. “Para a TNMS, a luta já não se desenrolaria em nome dos direitos dos trabalhadores, mas em torno do direito das pessoas em escolher e controlar suas próprias vidas” (2008, p. 44).

Ao propor uma síntese das duas correntes, Cabo compreende que, ao passo que a TMR está preocupada acima de tudo com a forma através da qual os movimentos sociais modificam o processo político, a TNMS vê esse tipo de atividade como inerente a um partido político ou a um grupo de interesse público. “Para a TNMS, os movimentos sociais estão acima de tudo envolvidos na cultura, na *self-transformation* e na quebra de limites do sistema social” (p. 46). Por isso elege a TNMS como quadro conceitual para falar na atuação dos movimentos antiglobalização.

Contudo, antes de escolher por uma ou outra abordagem, compreendemos, com Gadea (2004), que não podemos olhar isoladamente para uma outra expressão. O autor enfatiza na escola europeia (TNMS) a noção de identidade do movimento e o estudo das precondições estruturais da mobilização. Já na teoria da mobilização de recursos, americana, a prioridade é dada à noção de estratégia e à análise de como se organiza e se desenvolve a mobilização social e seu acionar político estratégico. Esta vertente trata da diversidade de recursos materiais e humanos utilizados pelos organizadores na constituição de um movimento.

Ao propormos como objeto de estudo um fórum de migrantes, que se articula a partir de diferentes contextos territoriais, utilizando a internet como forma tática de comunicação, não podemos tratar isoladamente apenas um dos aspectos, o “como”, ou o “porquê”; temos uma motivação identitária de fundamental importância, que se reconhece a partir da situação do migrante, e uma dimensão igualmente importante sobre a organização destes indivíduos como movimento a partir do contexto da internet. As duas abordagens, portanto, são fundamentais para este trabalho e são vistas de forma intimamente relacionada.

Como questiona Gadea (2004), sob que critérios é possível separar nas ações coletivas seus componentes estratégicos e táticos do conjunto de elementos simbólicos e expressivos que se conjugam, na luta concreta, para dar coesão ao grupo e sentido à experiência dos participantes? (p. 45). Compreende o autor que um movimento social se caracteriza por sua capacidade de levar adiante uma luta em torno de questões fundamentais, de maneira que a ação estratégica seja compatível com a noção de identidade. Ambos os paradigmas confluem no conceito de redes sociais.

É justamente como redes sociais que transcendem organizações delimitadas e que conectam sujeitos individuais e atores coletivos em torno de uma identidade e identificação comuns que Scherer-Warren (2009) compreende os movimentos sociais. Para a autora, os movimentos podem ser melhor explicados na sociedade contemporânea a partir desta perspectiva de redes sociais e organizacionais, e para isso propõe o conceito de *redes de movimentos sociais*. Essa proposta considera a interação em redes como algo constitutivo dos movimentos sociais. A autora então diferencia, entre as organizações da sociedade civil, as *de base ou associativismo localizado*, as *de articulação e mediação política* e as *de mobilização na esfera pública*. As primeiras diriam respeito a associações comunitárias, de base local, como associações de bairro, assentamentos etc. Já as organizações de articulação e mediação política contemplam fóruns de representantes de organizações de base, associações nacionais de ONGs, redes etc. que fazem uso da internet para a comunicação, mas que também realizam encontros presenciais mais circunstanciais. As mobilizações na esfera pública dão conta do objeto que tratamos neste estudo: marchas, manifestações no espaço público local, regional, ou nacional (e no caso do FSMM, também transnacional). Essas manifestações articulam-se em torno da defesa da cidadania ou em prol de direitos ameaçados ou a serem conquistados.

Scherer-Warren cita como exemplos atividades do Grito dos Excluídos, Marchas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Marcha Mundial das Mulheres, Parada do Orgulho Gay, entre outras manifestações que aparecem na esfera pública. Ela destaca que as organizações em rede se abrem para a articulação da diversidade, mas com limite relacionado às posturas ideológicas ou políticos.

A articulação entre os três níveis organizacionais por ela citados é que conformariam a redes de movimentos sociais. Uma rede, nesta acepção, pressuporia a identificação de sujeitos coletivos em torno de projetos em comum, capazes de definir o inimigo a ser combatido. Esse processo aconteceria a partir da contínua formação política entre os níveis de articulação citados. “A ideia de *rede de movimento social* é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo, portanto, as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos” (2009b, p. 7).

Nessas redes, os intercâmbios solidarísticos são mais do que formas de organização coletivas centralizadas, e por isso diferem dos movimentos sociais. Muitas vezes tratam-se de redes de comunidades virtuais identitárias.

Aproximando esta ideia de redes do universo da pesquisa em questão, resgatamos Sousa Santos (2008) quando afirma que “o aumento exponencial das interações transfronteiriças – de migrantes, estudantes, refugiados, bem como de executivos e turistas, tem vindo a gerar novas formas de mestiçagem, de antropofagia e de transculturação em todo o mundo” (p. 195). E é em meio a estas novas relações interculturais que os processos hegemônicos de exclusão começam a ser enfrentados por diferentes formas de resistência. O autor cita as iniciativas populares de organizações locais articuladas com redes de solidariedade internacional a reagir contra a exclusão social, abrindo espaços para a participação democrática, para a construção da comunidade e para alternativas a formas dominantes de conhecimento, a exemplo da sociologia das emergências e das epistemologias do Sul. Considera que se trata, este movimento, de ativismo transfronteiriço e vê no Fórum Social Mundial sua maior expressão. “Este novo ativismo transfronteiriço constitui um paradigma emergente, o paradigma da globalização contra-hegemônica. A credibilidade deste paradigma ainda está por estabelecer e a sua sustentabilidade é uma questão em aberto” (2008, p. 196).

Sousa Santos avalia que as redes estão sendo bem sucedidas na identificação de novas questões e em sua introdução nas agendas políticas nacional

e internacional, mas ainda não em mudanças efetivas na retórica dos decisores políticos e na transformação das instituições, no que diz respeito ao impacto em políticas concretas (2008, p. 196). Deixa a questão em aberto, afirmando que “resta saber o quão bem sucedidos serão, e quanto tempo levarão a sê-lo” (op. cit.).

O Fórum Social Mundial de Migrações, inserido no âmbito do Fórum Social Mundial, é um dos exemplos de redes propositivas, com uma agenda comum e a proposição de manifestos. O objetivo deste estudo não é avaliar se trata-se de um movimento bem sucedido ou não na implementação de políticas, já que, de acordo com os próprios migrantes entrevistados para a pesquisa, por enquanto, se está diante de uma bandeira utópica. O movimento não difere, portanto, da proposta do próprio FSM, de propor na unidade de diferentes movimentos a bandeira comum, ainda que utópica, de *um outro mundo possível* e permitir a utopia em um mundo que já não acredita mais nela.

4.2 AS MIGRAÇÕES E O MODELO DE FÓRUM SOCIAL

As migrações, para Cogo (2010) assumem uma perspectiva solidarística que parece não corresponder à clássica definição de movimentos sociais. A ênfase é na atuação justamente em redes, mas que conformam práticas dispersas, com agendas e projetos próprios, mais abertos a parcerias, intercâmbios e cooperações com outros sujeitos com os quais há afinidade étnica ou política.

Essas práticas dispersas podem aproximar-se com o que García Canclini (2008) refere como fragmentação dos movimentos, focando nas múltiplas exigências destes, que considera que são ampliadas pelo crescimento de reivindicações culturais e relativas à qualidade de vida. Surge então um espectro diversificado de órgãos porta-vozes: movimentos urbanos, étnicos, juvenis, feministas, de consumidores, ecológicos etc. “A mobilização social, do mesmo modo que a estrutura da cidade, fragmenta-se em processos cada vez mais difíceis de totalizar”, afirma (GARCÍA CANCLINI, 2008, p. 288).

Para Sousa Santos, a proposição de vários novos manifestos reunindo os diferentes movimentos seria uma forma de propor soluções em conjunto, entre diferentes movimentos progressistas (2008, p. 116). Grimson e Pereyra (2008), ao estudar as novas formas de mobilização na Argentina no contexto de globalização, afirmam também que cada vez mais as organizações e movimentos se sentem

impulsionados a produzir propostas, numa mudança de postura com relação à denúncia – unicamente – do que acham injusto. “Em algum sentido, a difusão da organização de fóruns, seminários, contra-cúpulas, vincula-se a esta dimensão: é necessário trabalhar e produzir propostas, não apenas organizar manifestações” (p. 44, tradução nossa)²¹, afirmam.

Por outro lado, apesar de apresentar propostas, estas iniciativas indicam, para os autores, perda de legitimidade das formas de ação mais típicas dos movimentos sociais e contribuem para sua institucionalização. Os fóruns e reuniões propositivas passam a ser mais importantes que as manifestações. É aí que Grimson e Pereyra vêem uma passagem de movimentos para redes, com pequenos grupos trabalhando para desenvolver projetos de desenvolvimento, e se apoiando cada vez na internet para criar agrupamentos (op. cit).

Já Boaventura de Sousa Santos, quando escreve especificamente sobre o Fórum Social Mundial (2005), o compreende como um dos pilares do movimento global que questiona a globalização neoliberal.

Ao pôr em questão o destino histórico que a globalização neoliberal proclamava simbolizar, o movimento de protesto e a formulação de alternativas então geradas apresentaram-se, desde o início, como um tipo de globalização alternativa e contra-hegemônica, baseada na articulação entre lutas locais, nacionais e globais conduzidas por movimentos sociais e organizações não-governamentais, unidos pela convicção de que um outro mundo é possível (2005, p. 9)

O Fórum Social Mundial, para Sousa Santos, tornou-se a melhor expressão da globalização contra-hegemônica emergente. Mas à questão sobre o que é o Fórum - do qual é signatário também o Fórum Social Mundial das Migrações - não emergem respostas fáceis. Santos refere que é mais fácil referir-se ao que o Fórum não é: não é mera sucessão de eventos (embora dramatize reuniões formais), não é conferência acadêmica (embora tenha contributos de muitos investigadores), não é partido ou internacional de partidos (embora participem dele militantes de muitos partidos de todo o mundo), não é movimento social (apesar de se autodesignar como “o movimento dos movimentos”). Seguindo-se à descrição do que o Fórum não é, ele não assume ideologia claramente definida no que rejeita ou no que defende (p. 12), e as lutas que encontram expressão no FSM não se ajustam

²¹ “En algún sentido, la difusión de la organización de foros, seminarios y contra-cumbres se vincula con esta dimensión: es necesario trabajar y producir propuestas, no sólo organizar manifestaciones”.

adequadamente à ideia de reforma ou revolução, as tradicionais vias de transformação social da modernidade. “Ora, o que é novo no FSM é o fato de ser inclusivo, no que diz respeito quer à sua escala, quer à sua temática. O que é novo é o todo que ele constitui, não as partes que o compõem” (2005, p.12).

Esta não é a única novidade com relação ao Fórum apresentada pelo sociólogo. Trata-se de um movimento diferente porque pretende realizar a utopia em um mundo desprovido dela. Esta vontade utópica, explica Santos, exprime-se no lema do Fórum, “um outro mundo é possível”. E se questionarmos que outro mundo possível é este, a resposta de Santos é que “aquilo em que se aposta não é tanto um mundo utópico, mas um mundo que permita as utopias”, o que explica a natureza vaga ou aberta das alternativas propostas. Santos contextualiza que esta proposição é feita em um momento em que a “utopia antiutópica” do neoliberalismo é esmagadoramente dominante. “Num contexto em que a utopia conservadora prevalece em absoluto, é mais importante afirmar a possibilidade de alternativas do que defini-las. A dimensão utópica do FSM consiste em afirmar a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica” (2005, p.16). A negação do presente no lugar de pautas específicas na definição do futuro é considerada pelo autor o mais importante fator de coesão do FSM.

Ainda que a discussão apresentada por Santos seja especificamente relacionada ao Fórum Social Mundial, o Fórum que integra o objeto desta pesquisa (Fórum Social Mundial das Migrações), surge no contexto do FSM, por organizações que fazem parte do Fórum “maior”, como a ele se refere um dos entrevistados desta pesquisa. As reflexões sobre o outro mundo possível proposto pelo FSM parecem tomar uma forma mais específica no caso do Fórum Social Mundial das Migrações, que apresenta, desde a segunda edição do encontro, o lema constante: *Povos em movimento por uma cidadania universal*. Ainda que caracterizada de forma mais específica, a proposição do FSMM é também bastante ampla: cidadania universal pode ser compreendida de muitas formas e pode funcionar como utopia para a organização de movimentos e atores sociais que reivindicam condições iguais para os migrantes, em qualquer parte do mundo, na contramão das exclusões da globalização hegemônica.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

A construção metodológica desta pesquisa assume uma abordagem qualitativa e que busca dar ênfase aos relatos sobre a construção do Fórum Social Mundial de Migrações a partir da vivência dos atores que fizeram parte deste processo. Assim, ao atentar-se para o conhecimento produzido pelas organizações de migrantes no contexto do FSMM, segue-se a proposta de Sousa Santos (2009), de valorizar as epistemologias construídas em contraposição ao colonialismo capitalista.

A proposta foi reconstruir, a partir da narrativa dos atores, a história do FSMM, observando-se o entrelaçamento de agendas de diferentes movimentos, com bases de atuação distintas. Para isso, lançamos mão da observação das materialidades da internet, de entrevistas em profundidade com atores do Fórum e de pesquisa documental, que incluiu livros de memória de algumas edições do Fórum e atas com o registro de reuniões para a preparação do primeiro encontro. A metodologia foi adotada no sentido de compreender os usos da internet pelas redes de migrantes para a proposição do Fórum e por isso foi dada prioridade à realização de entrevistas com sujeitos integrantes destas redes.

A aproximação com o campo do estudo iniciou com a observação de sites relacionados ao Fórum Social Mundial das Migrações. Entendemos que a internet é um campo de observação em potencial, já que as articulações entre os distintos movimentos que organizam o Fórum acontece *através da* e *na* internet. Contudo, não é o único campo, já que para compreender os sentidos do Fórum faz-se necessária uma aproximação com os atores destes movimentos. A internet foi o ponto de partida para a localização destes atores.

Estalella e Ardévol (2010) referem-se aos diferentes enfoques etnográficos relacionados à internet como “etnografias de internet”. E, revisitando estudos etnográficos, apreendem, a partir de proposição de Annette Makham, que há duas possibilidades de aproximação adotadas por investigadores sociais: em uma delas a internet é vista como um campo de estudo, e em outra, como um instrumento de investigação. No primeiro caso, trata-se de um espaço onde se encontram documentadas uma diversidade de fenômenos sociais, dos quais os etnógrafos aproximam-se para obter o material empírico para as investigações, e no segundo,

produzem dados empíricos fazendo uso das tecnologias da internet, como por exemplo, aplicação de questionários, realização de entrevistas.

A proposição deste trabalho, embora não se trate de um estudo etnográfico, era, em um primeiro momento, situar-se no primeiro caso referido pelas autoras: pensando a internet como campo de estudo, a partir do qual teríamos acesso a dados relacionados ao objeto, o Fórum Social Mundial de Migrações. Porém, como pontuam Estatella e Ardévol (2010), muitas vezes a internet, mesmo quando se propõe como campo de estudo, passa a converter-se em seu método (ou instrumento) de investigação. “Uma dupla articulação que lembra a dimensão dual do visual na antropologia, que se constitui ao mesmo tempo em objeto e método da antropologia visual” (p. 11, tradução nossa)²². É o que acontece também com este trabalho, que tem atores localizados em diferentes territorialidades e que, para poder levar em conta suas representações e construções sobre o Fórum, foi fundamental lançar mão dos recursos da internet até mesmo para a realização de entrevistas on-line. Para se chegar aos atores sociais, o primeiro passo fundamental foi a observação da internet, e é deste momento que iniciamos o relato do percurso metodológico.

5.1 OBSERVAÇÃO DE UMA DAS POSSIBILIDADES DE UM CAMPO DE ESTUDOS MULTITERRITORIAL: A INTERNET

A observação da internet enquanto campo de estudo iniciou com a constatação de algumas dificuldades. A primeira delas é que, embora o Fórum Social Mundial das Migrações trate-se de um evento com um grande número de participantes (mais de dois mil nas últimas edições), com representantes de quase uma centena de países, e que se articula a partir de movimentos que fazem uso da internet, não há um site do próprio Fórum. Quando acontecem os encontros do FSMM (a cada dois anos), o site entra no ar, alguns meses antes, sob coordenação da secretaria técnica do evento, composta por organizações do país que sedia a edição do Fórum a cada realização. O site disponibiliza informações sobre encontro, como diferentes modalidades de inscrições, programação, localização do local onde acontece o encontro, notícias sobre o Fórum e artigos que explicam a proposição do

²² “Una doble articulación que recuerda a la dimensión dual de lo visual en la antropología constituido al mismo tiempo en objeto y método de la antropología visual”

encontro. Mas, logo após o término do encontro, o site sai do ar para retornar a ser disponibilizado apenas quando houver a escolha de uma nova secretaria técnica para o próximo encontro.

Durante a maior parte do período de realização desta pesquisa, não houve site ativo do FSMM. Apenas na segunda quinzena de fevereiro de 2012, na etapa de conclusão desta pesquisa, o site da V edição do encontro, que será em Manila, nas Filipinas, entrou no ar²³. A metodologia de observação começou a ser construída, portanto, a partir de sites que mencionavam o Fórum Social Mundial das Migrações e a escolha metodológica deu prioridade à busca de compreensão dos sentidos do Fórum para aqueles que atuam na sua proposição, já que uma pesquisa de recepção sobre o site do Fórum, por exemplo, não seria possível, em função de sua indisponibilidade na internet.

Uma das observações resultantes das entrevistas – e indicativa da construção de um tipo de conhecimento que se contrapõe ao hegemônico – é que, enquanto o inglês se postula como língua mundial, no contexto do FSMM, o espanhol figura como a língua mais utilizada. Os integrantes das organizações brasileiras integrantes do Fórum entrevistados utilizam o espanhol na maior parte das circunstâncias relativas ao FSMM e, na internet, é a língua predominante no que diz respeito às informações e publicações sobre o Fórum. Essa informação reflete a composição do Comitê Internacional: das 16 redes que o integram, ao menos oito utilizam o espanhol como língua principal.

Este comitê define as linhas de atuação dos movimentos, pensa nas pautas e proposições, e é composto por redes e organizações de diferentes continentes, englobando países da América do Sul e do Norte, europeus, africanos e asiáticos, além de contar com a presença de redes temáticas que atuam em diversos países e continentes.

A interação entre as redes para a articulação do Fórum se dá, em muitos momentos, através da internet, com a discussão em uma lista fechada e conferências realizadas por Skype²⁴, o que já evidencia um dos usos da internet para a proposição e articulação do FSMM, de maneira transcontinental.

²³ Disponível no endereço <http://www.wsfm2012.org/>

²⁴ Programa de chat e ligações por VoiP (Voice over Internet Protocol), que permite a realização de chamadas telefônicas, vídeo chamadas e conferências sem custos pela internet.

Considerando este “espaço”, observamos os sites das 16 organizações que integram o Comitê Internacional, o que resulta na tabela a seguir.

Tabela 1 – Descrição dos sites de organizações integrantes do Comitê Internacional do FSMM

Continente	Organização	Site e tipo de conteúdo	Frequência da atualização ²⁵	Interativo ²⁶	Link para redes sociais ²⁷	Referência ao FSMM	Link para outras redes (quantia)
Américas	Serviço Pastoral dos Migrantes (Brasil)	http://spmigrantes.wordpress.com/ (com publicação de artigos de opinião e matérias jornalísticas sobre migrações)	Semanal (média de 2x por semana)	Sim, em formato de blog com possibilidade de comentários	Não	Sim	Não
	Grito de los Excluídos (América Latina)	http://www.gritodelosexcluidos.org/ (site com artigos sobre temas da política latinoamericana em geral)	Semanal	Não	Twitter e Facebook	Sim (com link para site – inativo – do FSMM)	Sim (13 organizações)
	Alianza Nacional de comunidades latinoamericanas y caribeñas (NALACC) (EUA)	http://www.nalacc.org/ (notícias sobre a própria rede e eventuais notícias sobre migrações)	Pouco atualizado (sem atualizações há mais de 5 meses)	Não	Facebook e Youtube	Não	Sim, 70 associações de migrantes
	Plataforma Interamericana de Derechos Humanos y Desarrollo	http://www.pidhdd.org/v2/ (principalmente declarações, da própria rede, ou em conjunto com outras, relacionadas aos direitos humanos)	Mais de 4 vezes por semana	Sim, com possibilidade de compartilhamento para diversas redes sociais	Facebook e Twitter	Sim	Sim, 6 (2 grupos de trabalho e 4 alianças)
	Espacio Sin Fronteras (América Latina)	http://espaciosinfronteras.wordpress.com/ (com notícias e artigos sobre migrações)	Sem atualizações desde 2009. Há outro endereço de site, porém indisponível	Sim, com possibilidade de comentar	Não	Sim	9 organizações

²⁶ O critério mínimo que se utilizou para interatividade foi a possibilidade de o receptor poder enviar algum tipo de conteúdo.

²⁷ A exemplo de Facebook e Twitter, sites que permitem interação entre os usuários.

Europa	Association Internationale Scalabrinienne au Service des Migrants – AISSMI (Bélgica)	http://www.scalabriniiane.org/aissmi Site com conteúdo autorreferencial, apenas sobre a rede	Não há campo para atualizações (conceito de web 1.0)	Não	Não	não	Não
	Migreurop (França);	http://www.migreurop.org/ (site com notícias e acordos migratórios)	Semanal (média de 2x por semana)	não	não	não	Não
	CEAR (Espanha)	http://www.cear.es/ Notícias sobre migrações, refugiados e direitos humanos, e sobre a própria CEAR	Há mais de 2 meses sem atualizações	Não (há no site a possibilidade de comentários, porém desativada)	Não	Sim (com link para uma nota sobre o FSMM)	Não
África	Plataforma Migrantes Maroc Y Comitê de Seguimineto de La Conferencia Euroafricana de ONGS sobre migraciones (Marrocos)	Não foi localizado site.	-	-	-	-	-
	Réseau Africain Sur L'Etude des Migrations – RAEM (Senegal)	Não foi localizado site	-	-	-	-	-
	Centre d'Etudes Pour l'Action Sociale (CEPAS). (Congo)	http://www.cepas-rdc.org/ (textos de opinião, chamadas para seminários e eventos, notícias relacionadas ao Congo e à África)	Última atualização há mais de 6 meses	não	Facebook, Twitter	não	Não
Asia	Migrant Forum Asia (MFA) (Filipinas);	http://www.mfasia.org/ (matérias sobre campanhas, declarações e documentos relativos a migrações e directos humanos)	Frequência média (mais de 3 atualizações por mês)	não	não	não	Sim, 3 sites de redes
	Social Communication Centre AJIAL (Organización Palestina en Beirut).	Não foi localizado site	-	-	-	-	-
Redes temáticas	Red Migración y Desarrollo (México)	http://www.migracionydesarrollo.org/ Notícias com agenda de eventos sobre migração	Pouco atualizado (1 ou 2 x ao mês)	não	não	Sim	Sim, 39 organizações

	Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER)	http://www.aler.org/ Conteúdo jornalístico relacionado a pautas da América Latina	diária	Sim	Twitter e Facebook	Não	Não
	Acting for Women in Distressing Situations (AFESIP)	http://www.afesip.org/ (com conteúdo de apoio a mulheres em situação vulnerável)	Pouca atualização. Na há campo específico para notícias	não	Facebook e Twitter	Não	Não

De uma forma geral, percebemos que as redes integrantes do FSMM não produzem ou distribuem muito conteúdo relacionado ao FSMM em períodos distanciados cronologicamente da realização de encontros do Fórum. Por isso, a observação dos sites, ainda que fundamental para que pudéssemos perceber as relações instituídas entre os atores e as tecnologias, não foi suficiente para compreender a proposição do Fórum e a articulação entre os diferentes atores e redes. Um dos indícios sugeridos pela observação é que boa parte das redes conecta-se com outras organizações, não apenas aquelas relacionadas ao FSMM, mas também com outras que atuam em pautas relacionadas, dentre as quais figuram principalmente a temática das migrações e dos direitos humanos.

Ainda que muitos sites não utilizem recursos já disponíveis a custo relativamente baixo (a exemplo da possibilidade de interatividade para o receptor, ou adesão a redes sociais, como Twitter e Facebook), e não tenham uma produção muito frequente de conteúdo (com exceção da agência de notícias de rádio, ALER), percebe-se que os sites conformam-se, na maioria dos casos, como “lugares” em que é possível pautar o tema das migrações, seja repercutindo informações ou, principalmente, produzindo conteúdo que serve como contraponto aos discursos da mídia hegemônica. É possível ver também um crescente uso de ferramentas como Twitter e Facebook²⁸, que permitem interações com diversos usuários da internet, mesmo em casos em que nos próprios sites não há interações, o que pode indicar a falta de capital social para dominar estas tecnologias, ao mesmo tempo em que se compreende que é um processo que está em realização, dinâmico e em constante transformação.

Para compreendermos essas relações entre as redes, e os usos da internet no contexto do fórum e a própria historicidade do evento, realizamos entrevistas em profundidade com atores sociais que participam das redes proponentes do FSMM.

5.2 ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE E *EN LÍNEA* COM ATORES DO FSMM

A observação dos conteúdos que circulam na internet relativos ao Fórum e a pesquisa documental, com a leitura de produções impressas, como os livros de memória das edições do FSMM e atas de reuniões para sua preparação, deram

²⁸ Sites que permitem a interlocução com outros atores com perfil nestes sites.

pistas para os movimentos-chave na organização do FSMM. A primeira delas foi o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) de São Paulo, entidade que assina o livro publicado após o primeiro Fórum Social das Migrações²⁹. Tentamos contato, a partir do site *Facebook*, com Paulo Illes, que era integrante do SPM quando da realização do I Fórum e atualmente é um dos dirigentes do Espacio Sin Fronteras³⁰. O contato com Illes, atualmente diretor executivo do Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), resultou na realização de uma entrevista com ele na sede do CDHIC, em São Paulo, em outubro de 2011 e também no contato com Luiz Bassegio, referido por Illes como “a própria história do Fórum”, e dirigente do Grito dos Excluídos Continental.

Com Bassegio, foi realizada a primeira entrevista da pesquisa, por telefone, em maio de 2011, seguida de uma entrevista na cidade de Coqueiro Baixo, interior do Rio Grande Sul, na sede do Grito dos Excluídos – e também residência da família de Luiz – com ele e sua esposa, Luciane Udovic, que é também dirigente do Grito dos Excluídos, em junho de 2011.

Com os relatos nos documentos e nas entrevistas sobre a realização do I Fórum em Porto Alegre, no Centro Italo-Brasileiro Americano de Apoio ao Imigrante (CIBAI-Migrações), buscamos contatar as pessoas que participaram da organização do encontro em 2005. Dos contatos com o padre Joaquim Filippin, tivemos acesso a documentos como livros de memória do CIBAI e atas relativas à organização do I Fórum, embora não tenha sido possível realizar nenhuma entrevista.

Buscamos contatar também pessoas que fazem parte da organização do Fórum a partir de outros contextos territoriais, para além do Brasil, já que o evento é transcontinental. A partir de contatos da professora Denise Cogo, orientadora da dissertação e também integrante da rede Espacio Sin Fronteras (ESF) enquanto pesquisadora sobre o tema das migrações, foi possível entrar em contato com Ivonne Lugo e Patrícia Gainza, ambas participantes do Fórum, integrantes do ESF, e militantes e pesquisadoras das migrações no Paraguai e no Uruguai, respectivamente.

²⁹ Quando da primeira edição do evento, o Fórum não tinha a palavra “mundial” em seu nome, denominando-se Fórum Social das Migrações. A partir do segundo encontro, em Rivas, a palavra mundial passou a ser utilizada.

³⁰ Rede formada em 2008, durante o II Foro Ibero-Americano sobre Migración y Desarrollo, no Equador, por organizações de migrantes

As entrevistas com elas foram feitas de forma mediada³¹, tomando-se a internet como instrumento de investigação, na perspectiva de Estatella e Ardévol (2010). Com ambas foram agendadas entrevistas por Skype que, por permitir conversa por voz e vídeo, se aproximaria mais das condições de uma entrevista presencial. Porém, quando da realização da entrevista com Ivonne Lugo, dificuldades técnicas impediram a realização da entrevista por Skype, sem que conseguíssemos nos comunicar. Para fazer face ao problema, a entrevista então foi realizada de forma escrita, mas em tempo real, com o uso de chat, conforme sugerido pela própria entrevistada.

Já com Patrícia Gainza, a entrevista foi realizada por Skype, em uma chamada de voz, que se aproxima de uma ligação telefônica. A entrevista teve duração de 55 minutos e algumas interrupções, como chamadas na campainha na casa de Patrícia e a chegada de uma visita.

Dadas as condições de realização das entrevistas mediadas, consideramos a observação feita por Ardévol et al. (2003), de que um meio nunca é transparente. As autoras relatam que a experiência de etnografia virtualizada em chats demonstra que entrevistas on-line podem ter resultados muito diferentes de entrevistas orais semi-estruturadas. Por isso propõem que seja levado em consideração que o meio técnico, ou a interface, não são apenas meios que possibilitam ações sociais, mas neles também estão inscritas as formas de estruturar e entender a sociabilidade do próprio meio. Além disso, conforme Ardévol et. al. (op. cit.), a escrita e a oralidade diferenciam-se muito, tendo a primeira a possibilidade de ser mais reflexiva enquanto a segunda é mais ágil.

Mesmo no caso em que a entrevista foi realizada por Skype, a partir da oralidade, notaram-se diferenças significativas com relação àquelas entrevistas realizadas de forma interpessoal. Essas diferenças podem estar associadas a questões como o ambiente e o meio técnico utilizado, que podem impossibilitar que tanto entrevistado quanto entrevistador estejam focados completamente na entrevista, ou à vontade o suficiente para uma situação de conversa. Situações corriqueiras, como o latido de um cachorro, ou o acionar de uma campainha, conseguem desconstruir, ainda que por segundos, a situação criada para a entrevista, que é bastante frágil, influenciando, portanto, em sua fluidez.

³¹ Por isso nos referimos, no título desta seção, a entrevistas *en línea*, que é como se refere ao termo on-line em espanhol.

Certamente, as condições das entrevistas repercutiram também nos dados coletados a partir das diferentes experiências. No caso dos integrantes do Grito dos Excluídos e do Espacio Sin Fronteras no Brasil, as narrativas foram longas, ricas em detalhes, permitindo abordar o tema com profundidade. No caso da entrevista por Skype, a condição mediada possibilitou uma troca importante de experiências da entrevistada, por um período significativo de tempo (cerca de uma hora), mas, não da mesma forma que nas entrevistas presenciais, em função da já discutida materialidade do meio, que impedia, pelo menos a mim, como entrevistadora, de ficar à vontade como estaria em uma situação face a face. Já a entrevista realizada por chat foi a mais difícil de conduzir, sem poder ver ou ouvir a entrevistada, num esforço recíproco de nos entendermos apesar das diferenças da língua, por escrito em tempo real.

Elegemos entrevistar participantes de redes que compõem o Comitê Internacional do Fórum, conforme caracterizados na tabela 2, por compreender que são estes os atores que participam das articulações para viabilização do Fórum pela internet, sendo capazes, portanto, de resgatar a história e os tensionamentos no âmbito da proposição do Fórum, bem como caracterizar os usos da internet para a proposição do FSMM. Embora tenhamos obtidos relatos de integrantes apenas de duas das 16 redes que compõem o Fórum, foi adotada como tática para localizar atores o envio de e-mails para todas as redes e organizações com atuação no Comitê, aos quais recebemos apenas uma resposta, indicando a impossibilidade de participação na pesquisa. O resultado desta busca por e-mail demonstra novamente a fragilidade da internet como materialidade para a construção de relações pesquisador/entrevistado.

Tabela 2 – Descrição dos atores entrevistados³²

Nome	Organização	Cargo	Rede	Tipo de entrevista	Local
Ivonne Lugo	Espacio Civil	Diretora executiva	Espacio Sin Fronteras	On-line, por chat	Assunción Paraguai
Luciane Udovic	Grito dos Excluídos	Integrante da Secretaria Continental da	Grito de Los Excluídos Continental	Presencial	Coqueiro Baixo (RS) Brasil

³² O uso dos nomes dos entrevistados foi autorizado por eles.

		organização			
Luiz Bassegio	Grito dos Excluídos	Integrante da Secretaria Continental da organização	Grito de Los Excluídos Continental	Por telefone e presencial	Coqueiro Baixo (RS) Brasil
Patrícia Gainza	Departamento de Perspectivas Transversales	Coordenadora	Espacio Sin Fronteras	On-line, por Skype	Montevideo Uruguai
Paulo Illes	CDHIC	Diretor executivo	Espacio Sin Fronteras	Presencial	São Paulo Brasil

* O Departamento de Perspectivas Transversales faz parte do Ministerio de Desarrollo Social do Uruguai. Embora não se trate de uma organização da sociedade civil, foi mencionado no quadro para localizar o local principal de atuação da entrevistada. Ela é também socióloga e pesquisadora e já militou em diversas organizações ligadas às migrações.

A análise que se empreende sobre o FSMM leva em conta tanto os relatos destes atores sociais, quanto as dinâmicas percebidas na observação do campo no espaço “on-line”. Somam-se à observação documentos produzidos no âmbito do Fórum e em seus bastidores, como cartas e documentos, livros de memória e atas relacionadas à organização do primeiro encontro do Fórum.

6 A CONSTRUÇÃO DE UM FÓRUM MULTITERRITORIAL A PARTIR DE USOS CONTRA-HEGEMÔNICOS DA INTERNET

Para a construção de uma análise sobre os usos da internet por redes de migrantes no contexto do Fórum Social Mundial das Migrações, buscamos referências em atores que abordam os usos das possibilidades de comunicação em uma perspectiva tática e de empoderamento dos sujeitos, a exemplo de De Certeau (1994), e Martín-Barbero (2008). É a partir desta compreensão, de um uso contra-hegemônico, voltado para uma lógica de organização dos migrantes para a atuação conjunta, que lançamos o olhar para a narrativa dos integrantes das redes entrevistados e para os documentos produzidos no âmbito do Fórum.

Quando pensamos na utilização da internet para práticas de resistência ao capitalismo hegemônico neoliberal, estamos diante da utilização de ferramentas que, ao mesmo tempo em que atuam a serviço do capital, são utilizadas em resistência e construção de alternativas a ele. A discussão nos leva à definição de tática a partir de Michel de Certeau (1994). Em contraposição à estratégia, concebida como um “lugar” que pode servir de base para a determinação de uma relação com algo exterior, a tática é considerada pelo historiador como a ação calculada, determinada pela ausência de um “lugar” próprio. “A tática não tem outro lugar senão o do outro (...), é movimento dentro do campo de visão do inimigo” (1994, p. 100).

Certeau fala de tática e estratégia no âmbito do consumo dos bens culturais e dos usos que os indivíduos fazem destes, muitas vezes desafiando a ordem imposta. Ele descreve essa possibilidade de ação como a criação de um jogo de espaço a partir das maneiras de utilizar a ordem do lugar ou da língua. “Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele [o sujeito] aí instaura uma pluralidade e criatividade” (p. 93). Nega, assim, a ideia de consumidor como “puro receptor”, que apenas recebe imagens dos meios de comunicação e propõe a produção de sentidos a partir dos bens recebidos, questionando o que o receptor “fabrica” com as imagens da televisão por exemplo.

Sem estar em um “lugar” que permita que se adote a estratégia, o receptor tem como tática a apropriação que faz dos bens simbólicos que se queriam hegemônicos. E essa apropriação vai além dos sentidos imaginados e sentidos pelos indivíduos: no caso deste estudo ela materializa-se muitas vezes no campo amplo de possibilidades da internet, por exemplo.

Mas a internet e as possibilidades tecnológicas, obviamente, não podem ser vistas como transparentes. Se as considerarmos como um campo de disputa, não podemos perder de vista que se trata de uma disputa desigual. Jesus Martín-Barbero (2008) afirma que se antes a tecnologia aparecia sempre como um instrumento puro, aparato ou máquina, hoje está cada vez mais preenchendo-se de densidade simbólica e cultural. Porém, considera que o contrário tem acontecido com a política, cujos sentidos são esvaziados. Afirma que muitas vezes alguma rede na internet nos faz sentir mais juntos do que muitas das mensagens dos políticos. Apresentando este quadro, propõe um desafio: “Na atualidade, teríamos que formular perguntas sobre o sentido dos processos de comunicação e cultura nos quais está em jogo a construção coletiva do sentido³³” (2008, p. 5), e considera que o que vale ser investigado é aquilo que nos dá esperanças de mudar a sociedade. A cultura parece ser fundamental de acordo com a perspectiva do autor e relaciona-se intrinsecamente com a comunicação. Martín-Barbero compreende que toda comunicação é transformadora, e implica sempre um risco, porque sempre existe conflito. Se há conflito na comunicação entre pessoas, muito mais haverá entre culturas, porque a comunicação é uma dimensão constitutiva da vida cultural. Para além do risco, a transformação é necessária: quando deixam de se comunicar, as culturas morrem, explica. Além disso, sem transformação, não há identidade que valha. “A identidade não é uma essência, é um relato. A identidade é narrativa, está cheia de histórias e as histórias, obviamente, se contam ao *outro*, nunca a *si mesmo*. Para que o conto tenha graça, é necessário contá-lo a outra cultura³⁴”. (2008, p. 14).

Pressupomos que esta relação entre as culturas defendida pelo autor propicia a formação de identidades culturais até certo sentido cosmopolitas e solidarísticas, constituindo-se a partir da diferença, da compreensão do outro e do diferente. E esta relação acontece no contexto de uma comunicação que supera o modelo mecânico de uma mensagem transmitida por um emissor a um receptor estático e que, portanto, muda radicalmente a forma como se compreendia o processo comunicativo, pois coloca o emissor sempre na posição também de

³³ “En La actualidad tendríamos que ponernos a formular preguntas sobre el sentido de los procesos de comunicación y de cultura en los que juega, como ya se ha dicho, La construcción colectiva del sentido”.

³⁴ “La identidad no es una esencia, es un relato. La identidad es narrativa, está hecha de historias, y las historias, obviamente, se cuentan al *otro*, nunca se cuentan a *uno mismo*. Para que el cuento tenga gracia hay que contárselo a otra cultura”.

receptor e vice-versa, o que faz com que o receptor, até então visto como estático, tenha a possibilidade de tornar-se emissor (MARTÍN-BARBERO, 2008,p. 16).

Se poderíamos pensar que a proposição é apenas retórica ou utópica, em função da concentração dos meios de comunicação em nossas sociedades, a principal resposta empírica para a transformação dos receptores em emissores é a comunicação comunitária, com a utilização de meios de comunicação alternativos, como rádios-poste, jornais de bairros e de comunidades. A introdução da internet muda profundamente o que entendemos por comunicação alternativa, por permitir uma amplificação destas emissões não hegemônicas:

O que está em jogo é uma noção de comunicação muito mais ancorada no conceito de rede e de interface; de uma conexão que possibilita não apenas uma transformação interna, mas uma voz mais potente na hora de falar e projetar-se para o país ou para o mundo e que está tendo repercussões sobre a concepção do político nestes lugares (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 17)³⁵.

Por isso é que, na perspectiva de Martín-Barbero, a internet nos obriga a refletir não mais em termos de recepção, mas de apropriação e empoderamento, que dão a perspectiva aos jovens, às mulheres, aos velhos, a diversos setores excluídos, de contar suas próprias histórias, fazer sua música, com possibilidade de enviá-la ao mundo todo. (2008, p. 17).

E é justamente em termos de apropriação e empoderamento que compreendemos a proposição do Fórum Social Mundial de Migrações. E vamos para além disso, pois o Fórum é uma reunião de organizações que já atuam em rede em outros sentidos: em relação com outras organizações, e utilizando-se muitas vezes da rede de computadores, onde configuram novas redes de movimentos. É desta forma então que entendemos o FSMM: a possibilidade de, com a internet, ampliar suas possibilidades de atuação e alianças, levar a pauta e a agenda dos migrantes às comunidades mais remotas e ao mesmo tempo ao governo dos países considerados mais importantes, com uma dupla articulação, organizativa e de visibilidade.

³⁵ “Lo que está en juego es una noción de comunicación mucho más anclada en el concepto de red y de interfaz; de una conexión que posibilita, no sólo una transformación interna, sino una voz más potente a la hora de hablar y de proyectarse hacia el país o el mundo y que, a la vez, ya está teniendo repercusiones sobre la concepción misma de lo político en esos lugares”.

A essas duas questões, a partir da leitura de Cogo (2004), somamos a esfera cultural. A autora compreende as mídias como matrizes configuradoras das identidades culturais em que, além de atribuírem visibilidade às ações de outros campos sociais e instituições, “propõem e asseguram modos próprios de existência e estruturação de realidades pertinentes a estes campos” (2004, p. 42). Por isso as modalidades de ação e de intervenção de atores e movimentos sociais na sociedade têm se construído cada vez mais tensionadas pelas lógicas de visibilidade dos meios de comunicação, que passam a ser apropriadas e reelaboradas pelos receptores, que transformam a esfera das mídias em um espaço simbólico de conflitos, disputas e negociações. A disputa coloca em jogo também as particularidades culturais e as identidades como resultado da ação dos indivíduos, grupos e movimentos sociais. Tratam-se, explica a autora, de experiências de cidadania marcadas pela efemeridade, instabilidade e desterritorialização, pautadas e organizadas pelo pertencimento a múltiplas identidades e redes sociais, que interagem no espaço público, especialmente midiático. São produzidos assim novos modos de expressão cidadã, que “resultam de competências e habilidades para apropriação e usos dos recursos comunicacionais e midiáticos, como os digitais, não raramente desenvolvidos à margem da educação formal” (2004, p.48).

Levando em consideração esta perspectiva, a análise busca observar os usos da internet feitos no contexto do Fórum Social Mundial das Migrações, que se propõe a construir um tipo de cidadania bem específica e ao mesmo tempo bastante ampla, a cidadania universal. Mas para isso procuramos resgatar, a partir das narrativas dos atores, da pesquisa documental e da observação das materialidades da internet, a historicidade do Fórum, as relações entre os atores e organizações, com o intuito de compreendermos de maneira mais clara como se dão estes usos que não se restringem à técnica, mas são também configuradores de identidades culturais.

6.1 NA VOZ DOS ATORES, O NASCIMENTO DO FÓRUM

No primeiro parágrafo da introdução do livro de memórias do primeiro encontro do Fórum Social Mundial das Migrações, fica evidente sua relação com o Fórum Social Mundial e com a igreja. Assinado pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) e com a autoria da introdução de Luiz Bassegio, o livro inicia explicitando a

relação da organização com o FSM: “O Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) participa do Fórum Social Mundial desde seu surgimento” (2005, p. 7). A narrativa segue explicando que durante o II FSM, em 2002, foi proposto um seminário sobre globalização, migração e exclusão, resultado de parceria entre o SPM, outras entidades ligadas à igreja e grupos de estudos. Em 2003, no ano seguinte, as mesmas entidades promoveram uma oficina no FSM, intitulada *Novas formas de discriminação e alternativas de resistências dos migrantes*. De acordo com o livro, foi com o objetivo de aprofundar o debate sobre as migrações que o SPM propôs a realização do Fórum Social das Migrações, em 2005, às vésperas do V Fórum Social Mundial (2005, p. 7).

As entidades que participaram da proposição do Fórum em parceria com o SPM são nomeadas no livro: o Movimento dos Sem-Terra, os grupos de estudos NIEM/RJ e DG/USP e diversas entidades ligadas à igreja, como a Comissão Pastoral da Terra, o Centro de Estudos Migratórios, a Cáritas Brasileira, a Cáritas Espanhola, o Setor Pastoral Social da CNBB, além do Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência aos Imigrantes e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades).

Na apresentação do livro, assinada por Dom Luiz Demétrio Valentini, é justificada a proposição do evento junto ao FSM: “O acerto do I Fórum consistiu não só em abordar a vasta temática das migrações, como também colocar essa temática no contexto do Fórum Social Mundial, realizado logo em seguida ao I Fórum Social Mundial das Migrações” (SPM, 2005, p. 5).

Além dos registros do livro, a memória dos atores também reconstitui a proposição do fórum.

Um dia na pastoral em São Paulo começamos a pensar uma história: mas por que não fazer um fórum social mundial das migrações? (...) Nós tínhamos o Grito [dos Excluídos] né, e eu era o secretário do Serviço Pastoral dos Migrantes, em São Paulo, e daí chamamos uma reunião lá na pastoral e chamamos a Pastoral da Terra, a Pastoral da Mulher Marginalizada (...) a rede social, MST, Via Campesina, e fizemos uma reunião na pastoral. Na época nós éramos o que: 12, 15 pessoas e começamos porque todos aqueles contatos que a gente tinha, do Grito, do Grito internacional, começamos a soltar e aí coisa vai (L.B.)

Luiz Bassegio, como afirma no depoimento, era secretário do SPM à época da proposição do Fórum e esclarece que já nesta época era também do Grito dos Excluídos e as duas secretarias funcionavam conjuntamente. A proposição do I Fórum, de acordo com Bassegio, foi uma proposição conjunta do Grito e do SPM.

Embora também ligado à Igreja, o Grito dos Excluídos se define como uma manifestação popular com origem no Setor Pastoral Social da CNBB, mas com forte ligação a movimentos sociais, entidades e organizações³⁶.

A realização do I Fórum teve como espaço a Igreja da Pompeia, em Porto Alegre. No livro de memória dos 50 anos de atuação do Centro Italo-Brasileiro Americano de Apoio ao Migrante (CIBAI-Migrações) na Paróquia da Pompeia, há menção ao Fórum:

Em meados de 2004 o CIBAI juntou-se ao SPM para a realização do I Fórum Social das Migrações, que aconteceu em janeiro de 2005, em Porto Alegre. O SPM coordenou o conteúdo do evento, ficando ao CIBAI a responsabilidade da organização do espaço físico e as ações logísticas prévias (ZAMBERLAN et. al., 2010, p. 82)

As atas das reuniões realizadas em 2004 para a organização do Fórum no ano seguinte deixam clara esta divisão de tarefas. A avaliação do evento, pelo Setor de Migrações da Regional Sul 3 da CNBB (Anexo A) dá conta de que o evento deixou claros os princípios da universalidade do fenômeno das migrações e conseguiu reunir a “nata” do pensamento latino-americano sobre o tema, com a presença de europeus da Espanha e Alemanha. A avaliação é positiva, dado que na visão dos organizadores o Fórum conseguiu mexer com o imaginário dos participantes e teve seminários bem organizados. Alguns pontos negativos também foram observados, como o pouco espaço na imprensa local e a ênfase demasiada na questão da exclusão. Da avaliação também surgiram diretrizes para o segundo encontro do Fórum, indicando que cada país deveria realizar o seu fórum, a partir das teses e temas levantados no primeiro encontro, de acordo com sua realidade nacional e regional. Outra proposição era de que fosse mantido um site de intercâmbio e alimentação de informação e de pesquisas.

A realização das edições seguintes à primeira demonstraram percorrer caminhos até certo ponto diferentes dos indicados pela CNBB. Não houve fóruns localizados, assim como não foi mantido o site do Fórum ativo. O FSMM foi institucionalizando de outras formas seu modo de funcionamento. A exemplo do Fórum Social Mundial, foi constituído um Comitê Internacional. Constituem este comitê 16 redes internacionais (tabela 1) que tratam a temática das migrações, como o Grito de los Excluídos Continental e o Espacio Sin Fronteras, entre diversas

³⁶ Conforme informações disponíveis no site: <http://www.gritodosexcluidos.org/historia/#1>

outras redes, muitas sem nenhum tipo de relação com a igreja, envolvendo movimentos sociais e associações. Embora a iniciativa tenha partido de entidades religiosas, outras organizações ganharam peso com a tecitura da dinâmica de funcionamento do Fórum.

A partir da narrativa dos entrevistados ficou evidente a tensão entre os movimentos sociais e a igreja na condução do Fórum. Em um dos relatos se afirma que uma das discussões constantes no Comitê Internacional é definir onde colocar o “acento”: se nos migrantes e nas organizações de migrantes, ou sobre as organizações que trabalham com migrantes, como é o caso das entidades religiosas. Em outra narrativa decorrente de entrevista há o reconhecimento da importância do trabalho religioso com relação às migrações, junto à defesa de que é necessário extrapolar esta esfera para dar um passo à frente, articulando as pautas dos migrantes por uma pauta maior, apontada como a distribuição de renda e a perspectiva da migração como direito.

Em alguns momentos a igreja é criticada pelos entrevistados pela abordagem assistencialista com os migrantes, por preocupar-se mais com o fornecimento de cesta básica, busca de moradia e regularização de documentos do que com atitudes que promovam a tomada de consciência com relação à situação de migrante. Por outro lado, é vista também como uma referência no trabalho com migrações, principalmente fora do país.

São diversas as vertentes religiosas que participam do Fórum: scalabrinianos, jesuítas, franciscanos. Se há diferenças, como aquela relacionada à representatividade na participação do Fórum, há também várias aproximações. A explicação é que as organizações atuam a partir de uma lógica de convergência, que é justamente o que torna o fórum possível em meio a tanta diversidade e formas diferentes de abordar a temática das migrações.

As diferenças não acontecem apenas entre organizações ligadas ou não à igreja: há organizações que participam de espaços governamentais, enquanto outras são contrárias a esta postura. Há também a participação de redes que se conformam como clubes de migrantes, financiados por empresas multinacionais, a exemplo do NALACC. “Todo esse jogo de interesse, de poder, de disputa, se reflete dentro do Comitê Internacional do FSMM. Tanto que a gente fala que o FSMM é o quê? Ele é um espaço de convergência”, explica uma das pessoas entrevistadas.

Por isso, ao mesmo tempo em que há distanciamentos e dissonâncias para diversas questões, muitas vezes há uma aproximação entre as redes para determinados temas, o que permite a construção de uma agenda comum para a proposição do Fórum.

É compreendendo este espaço do FSMM como a construção de um consenso possível a partir da diferença que buscamos compreender os usos que as redes fazem da internet para pautar, desde 2005, a cidadania universal de forma sistemática para os migrantes ligados a diversas territorialidades.

6.2 INTERAÇÕES ENTRE AS REDES DE MIGRANTES ATRAVÉS DA REDE DE COMPUTADORES: OS USOS DA INTERNET NO CONTEXTO DO FSMM

Para construirmos um relato sobre os usos da internet pelo FSMM, começamos do contexto mais geral, falando do próprio Fórum, para depois lançarmos o olhar de forma mais particular a algumas das redes que o compõem.

Embora um dos indicativos ao final do I Fórum tenha sido a manutenção de um site para o intercâmbio de informações, isso não aconteceu. O site só é disponibilizado antes de cada encontro do Fórum. Nas entrevistas percebemos que isto acontece porque a responsabilidade sobre o site é da secretaria técnica do encontro em questão. Não se trata, portanto, de um único site, mas de diferentes páginas a cada vez que um encontro do Fórum é realizado.

A realização do FSMM não é uma tarefa apenas da secretaria técnica; pelo contrário, é no Comitê Internacional que se articulam as pautas e que se constroem, coletivamente, entre as redes, a proposição de cada encontro. Mas a parte operacional, que no primeiro Fórum ficou a cargo do CIBAI-Migrações, é repassada à secretaria técnica, que é sempre assumida por uma ou mais organizações situadas no país que sediará o encontro. No site do V Fórum³⁷ (Figura 1), que será em Manila, nas Filipinas, e que foi disponibilizado na internet no dia 15 de fevereiro de 2012, há uma descrição formal da secretaria técnica, caracterizada como um secretariado que implementa as recomendações e decisões do Comitê Internacional na condução e preparação do FSMM. É responsável pela comunicação diária, atualização do site, inscrição dos participantes e das atividades autogestionadas,

³⁷ <http://wsfm2012.org/about-us/secretariat>

bem como pela arrecadação de fundos para o Fórum. A organização que assumiu a secretaria técnica do quinto encontro é a rede Migrant Forum in Asia (MFA), que integra o Comitê Internacional do FSMM.

Este “protocolo” de organização do Fórum, com tarefas bem definidas para a organização que assume a secretaria, nos leva a um questionamento anterior: como as 16 redes internacionais que compõem o Comitê Internacional entram em consenso com relação às pautas do Fórum, definem a cidade em que ocorrerá, e os principais temas do encontro. Ao questionar “como”, não estamos levando em consideração as diferenças políticas das organizações, já discutidas neste texto, mas atentando para o aspecto organizativo destas redes, situadas em diversos e distantes países, falantes de diferentes línguas.

As entrevistas abordaram estas questões e uma resposta comum quase sempre esteve presente: a internet é fundamental para a organização do Fórum. Os usos da internet foram citados em diferentes momentos das entrevistas e esta caracterização como “fundamental” parece passível de ser desdobrada em duas diferentes categorias: a) a organização do Fórum, com a articulação dos diferentes movimentos, realização de reuniões e proposição de pautas; b) a busca de visibilidade à agenda e à pauta dos migrantes, de forma a diferenciar-se da forma como são caracterizados pela imprensa em geral. Estes usos são descritos e discutidos a seguir.

6.2.1 A construção de uma agenda global

Quando foi proposto pela primeira vez, em 2005, o Fórum foi organizado por entidades brasileiras e contou com a participação de organizações de outros países da América Latina e alguns europeus. Já para a segunda edição ampliou significativamente o número de representantes de países de outros continentes, quando foi realizado na Espanha. Mas a maior parte das organizações que fazem parte do Comitê Internacional tem como referência de atuação os países da América. De acordo com uma das entrevistadas, Luciane Udovic, isso se explica porque há uma tradição maior de construção de propostas e de lutas pelo tema em nosso continente. “Aqui na América Latina você está sempre em contato; daqui do Brasil você articula facilmente com Quito, por exemplo. Quando o Fórum foi em Quito foi praticamente como se fizesse aqui dentro de casa” (L. U.)

Se há esta facilidade de articulação entre as redes da América Latina, de acordo com a perspectiva da entrevistada, por outro lado, para que o Fórum consiga atingir seus objetivos, descritos nas narrativas como a busca de garantia dos migrantes independente de onde quer que estejam, é necessário criar táticas para conseguir reunir pessoas que estão em diferentes continentes de modo a definir uma agenda. Por mais que o lema do FSMM, *Povos em movimento por uma cidadania universal*, pareça bastante amplo e, por isso, convergente para todas as organizações que atuam com migrações, este consenso não é exatamente fácil. Muitas das organizações que fazem parte do Comitê Internacional não atuam exclusivamente com migrações, envolvendo-se também com outros temas sociais. Cada uma delas tem sua agenda específica e o que se tenta construir no comitê é uma agenda comum para o Fórum. Um dos temas em que há consenso, de acordo com Bassegio, é a necessidade de construir um outro modelo de sociedade. A questão, contudo, não é consensual quando se propõe a definição deste novo modelo.

Esta questão em aberto é a mesma apontada por Sousa Santos (2005) quando fala sobre o Fórum Social Mundial, cuja principal proposição é pautar a utopia em um mundo que já não acredita nela. Mas esta utopia não está clara no âmbito do FSM, pois, como explica Sousa Santos, se trata mais de uma aposta em um mundo que permita as utopias, do que a proposição de algo pontual. No âmbito do Fórum Social Mundial das Migrações, igualmente, os relatos dos entrevistados dão conta das dificuldades para a construção de uma agenda ou de pautas comuns.

A lógica do Fórum Social Mundial [das Migrações] está organizada e coordenada pelo Comitê Internacional, mas o comitê responde às grandes redes de temas migratórios em nível global, ou seja, teoricamente não poderia ter três agendas diferentes (...). O que há é uma grande luta entre umas organizações e outras pela imposição de temas. Os grupos ligados à igreja propõem alguns temas que provavelmente os movimentos sociais propõem outros e, por sua vez, os movimentos da Ásia têm prioridades que não são as mesmas dos movimentos da América Latina³⁸ (P.G.).

³⁸ A ver que la lógica de agenda del Foro Social Mundial está organizada y coordinada pelo comité internacional del foro social mundial, pero el comité internacional responde a las grandes redes de temas migratorios en nivel global, o sea, teóricamente no podría tener tres agendas diferentes (...) Lo que hay es una gran lucha entre algunas organizaciones y otras, por la imposición de temas, cierto que sí, porque los temas relacionados a la iglesia... los grupos relacionados a la iglesia plantean algunos temas que probablemente los movimientos sociales plantean otros, y a su vez los movimientos sociales de Asia tienen las prioridades que capaz que non son las prioridades de los movimientos sociales de Latinoamerica, esto también se pueda.

O Fórum é uma espaço de convergência, não dá aqui pra gente separar quem pensa tão diferente, porque o movimento do migrante é muito polivalente, é muito diversificado. Porque você tem um migrante que tá excluído, mas que ele tá migrando porque, talvez ele seja perseguido pelo governo do país onde ele tava. Mas tem o migrante que também é excluído aqui que provavelmente ele tá aqui porque tá fugindo de quem era contra o governo de lá daquele país. Então você tem essa especificidade do movimento de migração que é fantástica né, então, por isso que a gente chega dentro do Comitê Internacional a definir os eixos temáticos (P. I.).

O grande eixo do FSMM assim, a exemplo do FSM, é amplo: trata-se da reivindicação da cidadania universal, compreendida pelos integrantes do Comitê Internacional entrevistados (e também conforme consta nos livros de memória do Fórum) como a garantia de direitos humanos independente do local de nascimento; o direito a ser cidadão e ter seus direitos assegurados em qualquer parte do mundo. A pauta é levantada frente à situação de vulnerabilidade vivida por migrantes de diferentes países e *em* diferentes países e é considerada pelos próprios integrantes das organizações proponentes do Fórum como utópica, pois em termos práticos, implicaria mudanças na legislação de todos os países. Por isso a principal bandeira do Fórum é tida, assim como no FSM, como um conceito em construção, a se definir.

É um conceito a se definir, é um conceito em construção, mas o principal ponto da cidadania universal é o significado, que o migrante tem o direito de sobreviver em qualquer parte do planeta. Se você migrou então você precisa ter cidadania, você precisa ter dignidade. Se você não migrou, o mesmo. Ou seja, a gente não tá defendendo a migração. Então fala não: os caras agora querem que abra as fronteiras e que entre todo mundo aqui né. Não, não é isso. O que a gente tá defendendo é a justiça. Não é combate à pobreza. É distribuição das riquezas (P.I.)³⁹.

Tendo este tema central, os eixos temáticos de cada encontro, bem como o lema de cada um deles é definido no Comitê Internacional. Para que possam ser discutidos os pontos convergentes e chegar ao acordo que nem sempre é fácil, as organizações lançam mão de ferramentas disponibilizadas na internet, como o Skype, para realizar reuniões que possam reunir integrantes de cada uma das grandes redes que fazem parte do comitê, independente da localização geográfica. “Há várias reuniões, seja por internet, do tipo que seja, onde são discutidas quais

são as prioridades de todas as organizações. A lógica é que a agenda seja a mesma. A agenda dos movimentos sociais tem que ser a mesma do comitê”, explica Patrícia Gainza.

Se a principal articulação entre as redes se dá pela internet, como relatam alguns dos entrevistados, as reuniões presenciais não perdem a importância. De acordo com Bassegio são nas reuniões presenciais que são realmente definidas as políticas. E podemos compreender a prioridade de importância das reuniões presenciais dadas as dificuldades enfrentadas no contato mediado pela internet. Mesmo que a maior parte dos entrevistados reafirme que só é possível fazer uma agenda global com a internet, as dificuldades são as mais variadas, desde fuso horário a questões relacionadas à língua, como fica ilustrado nos depoimentos a seguir.

A reunião virtual é uma reunião um pouco complicada, porque tem gente com sono né, tem dia que tem cachorro latindo, porque a diferença de horário é enorme (P.I.).

Já encontramos no Comitê Internacional outros espaços que funcionaram melhor, mas me atreveria a dizer que ainda falta muito para construir algo neste sentido, porque sempre alguém não pode se conectar, não pode se acomodar. (...) Na última reunião, por exemplo, não consegui me conectar, varia muito de nação do mundo, do tipo de conexão que temos e a verdade é que acabamos não tendo uma comunicação exitosa, digamos (P.G.)⁴⁰.

Se há esta visão pessimista – e o depoimento de Patrícia Gainza contrasta com o otimismo de outros entrevistados – há também pontos favoráveis ao uso das tecnologias ressaltados pela mesma entrevistada, como a rapidez da comunicação permitida pelas listas de e-mail entre as redes de migrantes e a possibilidade de lançar manifestos unificados entre diversas organizações em um tempo impensável antes da internet. Os manifestos são destacados também por outros entrevistados como um dos grandes ganhos do Fórum na busca por convergência. Manifestos com o peso da assinatura de várias redes continentais são considerados mais influentes na defesa da cidadania dos migrantes. Esses manifestos não são construídos apenas nos encontros do Fórum; há um fluxo de troca de informações

⁴⁰ “Capaz que somos nosotros en el comité internacional, encontrado otros que, otros espacios donde ha funcionado mejor, pero bueno, me atrevería a decir que todavía queda mucho para construir en este sentido, porque siempre alguno de nos se puede prender, que no puede acomodar. (...) La última reunión, por ejemplo, no me pude, no me pude conectar, aí varia mucho de nación del mundo, del tipo de conexión que tengamos y todavía la verdad es que terminamos no teniendo una comunicación exitosa, digamos”.

sobre questões relacionadas às migrações. Um exemplo recente de manifesto (Anexo B) envolvendo várias redes foi em defesa dos direitos humanos de imigrantes haitianos, frente à decisão do governo brasileiro de limitar as migrações vindas deste país. Mais de 20 organizações, entre redes de migrantes, grupos de pesquisa, entidades ligadas à igreja, do Brasil e de vários países, assinaram o manifesto, disponibilizado na internet três dias após o anúncio do governo, em português e em espanhol.

A lista de e-mails utilizada pelo Comitê Internacional, com a participação de todas as redes integrantes do comitê, de acordo com os relatos, é um espaço de discussão permanente. Os relatórios de todas as reuniões realizadas – mesmo as virtuais – são enviados para esta lista, e nela são discutidos, de acordo com os relatos dos entrevistados, pronunciamentos sobre o Fórum e questões relacionadas às migrações, desde que tenham caráter global.

Tanto na lista, quanto nas reuniões mediadas e também naquelas presenciais, há uma dificuldade evidente: a diferença de idiomas. Todos os entrevistados desta pesquisa falam mais de uma língua, entre as quais figuram sempre o português e o espanhol, e eventualmente inglês, italiano e francês. A língua predominante do Fórum é o espanhol, e entre brasileiros e representantes dos outros países da América Latina, a comunicação se dá na mistura entre as duas línguas. Já a participação de falantes de inglês é descrita como um fator que eventualmente dificulta a dinâmica das reuniões. As narrativas dão conta que um representante de países árabes é acompanhado, tanto nas reuniões on-line como nas presenciais, por um tradutor, o que gera algumas dificuldades, como um aumento de tempo nas discussões, ou a não compreensão, na totalidade, do que se diz. O que se percebe é que todos os entrevistados estão sempre dispostos a contornar estas dificuldades e até mesmo aptos a aprender novas línguas. Há uma compreensão da importância da tradução de documentos para que possam estar acessíveis ao maior número de pessoas possível, numa das evidências de que buscam construir referenciais de identificação para além das fronteiras.

Com alguns entrevistados considerando como decisivos os espaços de discussão que acontecem off-line para a definição das agendas do Fórum, percebemos o entrelaçamento entre o on-line e o off-line, e a compreensão da internet como um artefato cultural (FRAGOSO et. al., 2011), em que há inserção da tecnologia na vida cotidiana, com a internet sendo percebido como um elemento da

cultura e não algo à parte. A importância da internet é vista de diferentes formas pelos entrevistados, alguns considerando que ela praticamente não modifica o que se fazia até então para a articulação entre os movimentos, e outros com uma visão bastante otimista e a adoção de uma posição de quem quer se apropriar mais dos recursos permitidos. Entre estas diferenças, o que se percebe é que a internet imprime – e sobre isso todos os entrevistados estão de acordo – rapidez à hora de organizar-se para questões que demandam uma resposta rápida, como foi o caso do manifesto em defesa dos migrantes haitianos, e ajuda a romper as fronteiras geográficas para a atuação solidária. Para além disso, percebemos que a possibilidade de realização de reuniões on-line possibilita que haja mais interações entre representantes de redes localizadas em diferentes continentes do que seria possível se os contatos fossem apenas presenciais. Ferramentas como o Skype, de uso gratuito, que permitem um maior número de reuniões, tornam possível uma discussão de caráter mais permanente no âmbito do Fórum. Mas, novamente, estes usos da internet não superam questões anteriores que permanecem como desafios para a atuação dos migrantes, como a diferença entre os fusos horários e línguas, o que leva a dificuldades na hora de reunir representantes de todas as redes.

Assim como se percebeu na realização das entrevistas para este estudo que a materialidade da internet influencia de maneira significativa no desenvolvimento de uma entrevista, tornando a relação entre os interlocutores mais frágil, por ser mais fácil de ser rompida, não podemos imaginar que no contexto das discussões para o Fórum seja diferente. Um meio técnico, como lembra Ardévol et. al. (2003), nunca é transparente. Não partimos deste pressuposto, mas compreendemos que, ao se buscar a construção de consenso entre diferentes organizações para uma pauta ainda não bem definida, que é a cidadania universal, as ferramentas da internet favorecem na articulação de organizações que se situam em diferentes continentes e, ainda que com limitações, pode-se postular a criação de um “espaço” de interação a partir de uma base multiterritorial. Se o fuso horário é um problema, o espaço já não é mais, pois a partir de uma conexão rápida, é possível que todos os integrantes da rede possam conversar para definir questões, num espaço “virtual” e que, não deixa de ser uma transgressão quando se fala, mesmo no âmbito das migrações, da dificuldade de mobilidade, condicionada a altos custos. Neste espaço virtual, todos podem se encontrar.

Sabemos, contudo, que as condições de acesso à internet são diferentes – com custos também diferentes – em cada país. Se a perspectiva de uma conexão rápida ainda não é igual, também os usos da internet diferem a partir dos diferentes contextos de acesso e de habilidades para o uso das ferramentas da internet.

6.2.2 Na busca pela visibilidade do tema, a construção de espaços de comunicação

A utilização de recursos de comunicação tem objetivos e funções variados no contexto do Fórum e das redes que o compõem. Na narrativa dos entrevistados, quando solicitados para mencionar seus usos da internet no âmbito do FSMM, aparecem atividades como “apresentação institucional” a partir de páginas na internet, a “formação de opinião” sobre os temas relativos às migrações, passível de ser acessada por indivíduos e organizações, de forma a trazer visibilidade para a organização e divulgar suas atividades. Todos estes usos baseiam-se em sites como interface para as ações mencionadas e, portanto, não dizem respeito necessariamente ao FSMM, cujo site fica disponível apenas em alguns momentos. Falar especificamente sobre o Fórum pareceu difícil para os entrevistados em alguns momentos. Muitas vezes, na oralidade, eram confundidas as dinâmicas do FSMM com aquelas da organização de que o entrevistado fazia parte. Podemos compreender isto como reflexo da própria dinâmica de funcionamento do FSMM, que não se trata de uma entidade com uma organização própria, mas de um emaranhado de redes.

Ainda que o Fórum seja recente, instituído em 2005, as redes que o conformam apresentam uma longa tradição de atuação com a temática das migrações⁴¹, nas quais a comunicação parece ser uma preocupação constante, tanto direcionada aos migrantes, quanto a outras organizações. Essas redes, que já atuavam muito antes da internet, agora parecem encontrar novos recursos, que lhes permitem maior protagonismo. O depoimento de uma das entrevistadas, Luciane Udovic, ilustra uma preocupação visível em outras organizações: apropriar-se da internet como meio de comunicação alternativo:

⁴¹ Há redes recentes, como o Espacio Sin Fronteras, mas que é constituído por muitas organizações, movimentos e atores sociais com uma longa trajetória de mobilização em defesa dos migrantes.

Até um tempo atrás a gente falava: temos que criar um meio de comunicação nosso, porque a Globo é da direita, e o pessoal ficava tentando disputar espaço onde não tem espaço né. Quer dizer, hoje você tem ferramentas que você pode se apoderar e não tá se apoderando né. A gente tem que quebrar esse discurso que temos que disputar espaço lá: não temos, nós temos que criar o nosso espaço (L.U.).

Mesmo que no trecho destacado Luciane afirme que os movimentos não estão se apoderando de determinadas ferramentas, percebemos, na prática das organizações, que há indícios uma produção significativa de conteúdo contra-hegemônico, que colocam essas redes na posição de emissores⁴². No caso do Grito dos Excluídos isto fica evidente com a participação dos integrantes da rede como produtores de conteúdo como coberturas jornalísticas para redes alternativas de comunicação, como a Agencia Latinoamericana de Información (ALAI)⁴³. A página do Grito na internet também tem atualização frequente de conteúdos, produzidos por integrantes da rede, como acontece também com o CDHIC, organização da qual participa Paulo Illes.

Estes exemplos demonstram que os integrantes das redes que atuam na temática das migrações estão começando a apropriar-se das possibilidades da internet para publicação de conteúdo, de modo a reforçar o trabalho de comunicação alternativa que já tinham há muitos anos, como a produção de jornais e rádios comunitárias, por exemplo. Estes novos usos não excluem os antigos. O CDHIC, por exemplo, segue editando um jornal impresso, o Conexión Migrante, que é também disponibilizado na internet e que dialoga diretamente com os migrantes.

A utilização da internet como recurso de comunicação alternativa, em alguns casos, tem servido mais para comunicar a um outro público, que não o migrante, sobre o trabalho destas redes. Na comunicação direta das redes com os migrantes, apesar do uso de listas de e-mails, nota-se a forte de utilização, com eficácia, de outros meios que não a internet. Muitas redes não atuam diretamente com os migrantes, e quando precisam comunicar-se com este público, acionam redes e

⁴² Salientamos que isto não significa que este conteúdo esteja relacionado com o Fórum Social Mundial das Migrações.

⁴³ Em sua página na internet, a ALAI define-se como um organismo de comunicação comprometido com os direitos humanos, a igualdade de gênero e a participação cidadã no desenvolvimento da América Latina. Luta pela democratização da comunicação e tem como missão formular propostas aos desafios que a comunicação coloca para a ação social. As atividades centrais são a difusão de informações sistematizadas e o desenvolvimento de capacidades comunicacionais em organizações sociais.

organizações que fazem trabalho de base. O contato é feito rapidamente, a partir de alguns telefonemas para as lideranças dos grupos de migrantes, formando uma rede informal de comunicação por celular.

A internet, portanto, parece ser mais usada para a articulação entre as diferentes redes. Os entrevistados avaliam que esta articulação dá mais força às questões ligadas às migrações por permitir que as pautas de âmbito local passem a ser vistas como uma questão relativa a todos os que lidam com o tema das migrações. “Um problema que acontece com os mexicanos nos Estados Unidos deixe de ser um problema do México e dos Estados Unidos e passa a ser um problema de todo mundo, dos migrantes”, explica Paulo Illes, em um exemplo de como os usos da internet permitem maior integração e participação dos migrantes e das organizações nos assuntos comuns. Ele avalia, contudo, que é necessário que as redes se adaptem a estas novas ferramentas.

A comunicação é vista por todos os entrevistados como uma área estratégica, em que devem investir para se fortalecer. Estes atores, que hoje apostam na internet, são os mesmos que já fizeram usos de ferramentas alternativas como o mimeógrafo, por exemplo, para reproduzir materiais impressos. Há, portanto, uma série de habilidades e competências a serem adquiridas para a utilização dos novos recursos tecnológicos, que estão em constante transformação. Ao mesmo tempo em que buscam adaptar-se, já fazem uso de diversas novas ferramentas, como o uso do Skype nas reuniões, de listas de e-mails, publicação em sites, disponibilização de materiais antes impressos agora em meio digital. Mas não se pode falar que há este uso e este empoderamento por parte do Fórum como um todo, pois o Fórum é um conglomerado de redes, e estas apresentam visões muito diferentes com relação à comunicação, bem como fazem diferentes usos da internet (há inclusive redes que não possuem, ou que não localizamos, sites na internet, como descrito na tabela 1). Esta diversidade pode ser resultado das diferentes possibilidades de acesso às tecnologias de informação e comunicação de acordo com o lugar em que se está. Para todos os atores entrevistados, na América Latina a internet serve para o empoderamento dos atores que a utilizam, pois gera uma troca de informação e comunicação muito mais rápida que em outras épocas; permite o acesso – e a produção – de conhecimento sobre as situações de determinados países de maneira mais rápida, possibilitando que se produzam respostas também mais rápidas para as reações, como acontece com a proposição

de manifestos conjuntos. Ao mesmo tempo, como pontuou uma das entrevistadas, há também um aspecto negativo, que são as reações hegemônicas a este uso, com um controle hoje maior sobre as migrações do que em outros períodos.

Percebe-se que uma das principais preocupações das redes de migrantes do FSMM com o uso da internet é comunicar-se com organizações de migrantes ou com outros públicos e não diretamente com o migrante. Esta tendência reflete a tensão abordada entre a defesa da participação de migrantes ou de organizações que falam em nome destes no próprio âmbito do Fórum.

Certamente, as iniciativas de comunicação que levam à criação de espaços de emissão contra-hegemônicos para se opor aos discursos dos meios de comunicação tradicionais sobre as migrações são válidas, pois permitem que se tenha acesso à voz das organizações ligadas às migrações. Além disso, os recursos utilizados pelas redes para atuação conjunta, como a elaboração de manifestos unificados, amplifica as proposições voltadas às migrações. Mas há ainda a necessidade de se pensar em estratégias de comunicação diretas para o público destas redes, os migrantes.

Depoimentos (Anexo C) de migrantes que participaram da primeira edição do Fórum, em Porto Alegre, registrados pelo CIBAI, destacam a boa experiência do encontro, a maneira democrática como foi conduzido, a importância para a tomada de consciência sobre a realidade migratória, entre outros aspectos. Este retorno positivo sobre o Fórum sugere que a criação de um canal contínuo de comunicação aberto ao público em geral poderia aproximar os migrantes das discussões sobre o Fórum, por enquanto restritas às redes de migrantes e contribuir efetivamente para a construção de identidades coletivas a partir da identificação e da ação no âmbito no FSMM.

O site do V encontro do Fórum foi disponibilizado na internet em fevereiro de 2012, depois de um período de mais de um ano sem que o FSMM tivesse uma página oficial na internet⁴⁴. Com as edições anteriores realizadas no Brasil, na Espanha e no Equador, será a primeira vez que o Fórum não será realizado em um país com língua de origem latina. Para o encontro que será nas Filipinas, o site está disponibilizado em língua inglesa na internet e, em seus primeiros dias no ar, não há a possibilidade de acesso em outras línguas, o que compreendemos que se trata de

⁴⁴ O site relativo ao encontro em Quito, no Equador, foi retirado do ar logo depois da realização do evento.

uma ruptura, já que, conforme os relatos dos entrevistados, o principal idioma no âmbito do Fórum é o espanhol.

Figura 1 – Site do Fórum Social Mundial das Migrações 2012

The image shows the website for the 4th World Social Forum on Migrations, held in Manila, Philippines, from November 26-30, 2012. The site features a prominent header with the FSM logo and multilingual text. A navigation menu is located below the header. The main content area includes a section for the 4th forum, a sidebar with registration and program links, and a news section with an announcement about an international committee meeting and a news update about a Philippine working group meeting.

Com uma plataforma simples e intuitiva, o site traz em destaque, na página inicial, memórias da terceira e a quarta realização dos encontros. Abaixo, traz o “anúncio” de que ocorrerá uma reunião do Comitê Internacional nas Filipinas, em abril. Já as notícias são sobre as definições das reuniões do grupo de trabalho de entidades filipinas sobre o Fórum. No anúncio da reunião do comitê para abril, o

texto afirma que “o Comitê Internacional, que define a direção política, as linhas de atuação e o desenvolvimento de temas para o Fórum vai se encontrar em Filipinas (...)”. O texto segue explicando que “será a primeira reunião do comitê e do grupo de trabalho das Filipinas para preparar o programa do Fórum de novembro de 2012”. No relato dos participantes das redes entrevistados, contudo, houve informes de reuniões on-line, que parecem não ser consideradas quando a reunião presencial programada para abril é citada como a primeira.

Nas seções de conteúdo presentes no menu, o site traz a apresentação do Fórum, uma programação provisória, espaço para a inscrição de voluntários, e um campo, ainda inativo, para a inscrição de participantes e de organizações. Há uma seção para imprensa e publicação de notícias, também inativa; informações logísticas referentes a hospedagem, localização, língua nativa, clima e demais informações sobre Manila e um último campo no menu para contatos. Na página inicial há link para páginas no Twitter, Facebook e um canal de vídeos no Youtube, o que demonstra a apropriação de ferramentas populares na internet. Se nas “redes sociais na internet” busca-se a interação, por outro lado, na página do Fórum não há a possibilidade de interação por aqueles que acessam seu conteúdo. O recurso para comentar notícias, por exemplo, ou a disponibilização de um blog, poderiam transformar o site, de modelo informativo, em um espaço de diálogo – e por que não, de emissão – para os receptores, entre os quais muitos migrantes, que buscam informações sobre o FSMM. Para além desta observação carregada de sugestão, nossa análise é limitada, por tratar-se de um site recém publicado, ainda em construção e com uma distância de tempo significativa com relação à realização do evento que pretende divulgar. Isso explica tanto os campos inativos como nossa dificuldade em analisar o que está por vir.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconstruir os caminhos e as práticas de utilização da internet para a proposição de um evento global, como o Fórum Social Mundial das Migrações requer olhar para a temática das migrações como um tema complexo, imbricado num contexto de globalização, de reordenação das lógicas da comunicação, das migrações e da atuação dos movimentos sociais tradicionais.

O comunicacional perpassa este trabalho de variadas formas, desde uma dimensão mais técnica, sobre as possibilidades de comunicação em rede, quando consideramos as redes interconectadas de computadores, mas que se confundem, no seu operar, às redes de movimentos sociais. A comunicação alternativa e cidadã, há anos experimentada pelos movimentos de migrantes, ganha possibilidades de amplificação com os usos da internet. Mais do que isso, permite a articulação mais rápida entre redes que atuam com a mesma temática para a proposição de agendas globais.

Isso não quer dizer que a relação entre as redes não existia em um contexto anterior ao da difusão da internet. A própria lógica das migrações indica que os indivíduos que partem para diferentes locais conseguem manter-se em contato com suas comunidades de origem, compartilhando desde relatos e contatos até recursos financeiros. Mas a internet torna este processo mais rápido e imprime às práticas das redes de migrantes uma agilidade muito maior na hora de propor manifestos, por exemplo, como destacam os atores sociais entrevistados nesta pesquisa. É justamente a proposição de manifestos conjuntos que Boaventura de Sousa Santos (2008) define como uma das grandes possibilidades do “novo ativismo transfronteiriço”. Esse novo ativismo, descreve como constituinte de um paradigma emergente, que é o paradigma da globalização contra-hegemônica, e que compreendemos que é uma das possibilidades de interpretação acerca do FSMM. Porém, em se tratando de um processo novo, não está claro, como pontua Sousa Santos, sua credibilidade e sustentabilidade.

O que observamos no contexto do Fórum é um grande esforço para a articulação de redes que atuam na temática das migrações. Este esforço não é apenas o de superar as distâncias com o uso das tecnologias de comunicação em reuniões on-line, por exemplo. É um esforço maior por encontrar pontos de

convergência, compreender as diferenças, lidar com os tensionamentos e ainda assim atuar conjuntamente em torno de pautas comuns. Trata-se de uma disputa contínua entre as diferentes formas de conceber as migrações e entre as diferentes prioridades que cada rede enxerga como necessária para os migrantes. Essas prioridades são atravessadas por diversos outros elementos, como a religiosidade, o histórico de atuação em movimentos sociais tradicionais, a busca por espaços de interlocução com os governos e as distintas referências culturais e identitárias dos atores.

Os usos da internet favorecem esta busca para o consenso, ao possibilitarem a realizações de discussões por e-mail e também de videoconferências, apesar das diferenças linguísticas e de fuso horário entre os atores ligados a diferentes territorialidades. E propiciam a criação de um ambiente de diálogo possível entre diferentes espaços e lugares. Esse “lugar” da internet consegue colocar em contato diferentes espacialidades, no que âmbito das multiterritorialidades. A multiterritorialidade não é compreendida apenas como a possibilidade de se reunir com outras pessoas pela internet, mas como as relações estabelecidas entre as pessoas, que conduzem à territorialidade. O sentimento de pertença deixa de ser apenas aquele vivenciado pelos espaços físicos.

Desta forma, não é um mero acaso que estejamos diante de um movimento de migrantes organizando-se a partir de um contexto multiterritorial. O movimento migratório por si só leva à criação de novas modalidades de conceber o território, com identificações ligadas a um lugar de origem, e a muitos outros locais possíveis, que se conhece e vivencia no processo de migração. Mas a globalização, quando tem como principal efeito a superação dos planos espaciais, nos coloca diante de novos elementos: ainda para os que não migram há a possibilidade de se estabelecer outras relações de pertencimento, o que leva ao surgimento de modalidades culturais e referenciais identitários com extensões transnacionais (ELHAJJI, 2010).

A partir destes elementos, compreendemos que há mais fatores envolvidos nos referenciais identitários dos migrantes do que aqueles relacionados aos lugares de origem e dos espaços para os quais se migra: há um componente mais amplo, que é a possibilidade de uma cidadania cosmopolita, não atrelada a nenhum lugar em específico, mas ao mesmo tempo, a todos os locais.

Esta cidadania cosmopolita, entretanto, é enfraquecida diante dos muros que separam física e agressivamente as fronteiras entre diferentes estados-nação. É incompatível também com a negação de direitos humanos a pessoas que não nasceram no local onde estão e optaram ou foram levadas a deixar seu país de pertencimento, por já não se sentirem pertencentes apenas a um lugar. A cidadania cosmopolita é incompatível, ainda, com a privação de direitos essenciais aos que não migraram, mas não gozam de condições mínimas para sobreviver dignamente no local em que vivem, mesmo que este seja o seu local de nascimento.

A construção da pauta da cidadania universal, no tensionamento entre as diferentes formas de perceber os migrantes e as migrações, tem um denominador comum: o consenso de que as pessoas precisam ter seus direitos humanos respeitados onde quer que estejam, pela simples condição de que são seres humanos. Mas compreende-se também, no âmbito do próprio FSMM que este é um conceito em construção, pois esbarra na legislação dos diferentes países. Não se trata de uma reivindicação que tenha um destinatário determinado: a pauta da cidadania global é construída de forma utópica global, e precisa ser abordada em cada um dos países com políticas migratórias restritivas.

Se os usos da internet são bem sucedidos na construção desta agenda comum da cidadania universal e na proposição de manifestos, são ainda incipientes com relação ao poder de emissão possibilitado pelas redes. Embora boa parte dos entrevistados veja as ferramentas de publicação da internet como algo a ser apropriado, este uso é feito por poucas das redes, como fica claro na observação da tabela 1, com a descrição de cada um dos sites das redes integrantes do Comitê Internacional do FSMM. Para além disso, a ausência de um site permanente do Fórum permite que apenas mantenham-se em contato constante as redes integrantes do comitê, que trocam informações nas reuniões e lista de e-mails do FSMM. Mas estas instâncias são restritas aos integrantes das redes do comitê.

Já quando é disponibilizado o site acerca da realização de um dos encontros do Fórum, conforme foi possível observarmos na página do V FSMM, percebemos que, por privilegiar um modelo de difusão de informações, em detrimento de um modelo comunicacional, a organização do Fórum restringe neste espaço a participação de migrantes e de outros atores que não aqueles que participam das redes e organizações institucionalizadas.

Um site permanente do Fórum, a partir de um modelo comunicacional, poderia possibilitar um contato permanente com migrantes e com atores que, ainda que não estejam na condição de migrante, possam, a partir do diálogo com a pauta da cidadania universal, constituir referenciais identitários cosmopolitas. A bandeira da cidadania universal não é apenas dos migrantes, pois, para ter efetividade, ainda que se trate de uma pauta utópica, precisa ser abraçada por toda a sociedade civil e uma página constante na internet e com recursos de interatividade poderia ser uma alternativa de criação de um espaço de emissão mais potente para este diálogo.

Assim, percebemos que há um empoderamento dos atores sociais quando fazem uso das tecnologias da comunicação de uma maneira contra-hegemônica, construindo a pauta da cidadania global em sociedades neoliberais, que cada vez mais se mobilizam para acirrar as situações de exclusão vividas pelos migrantes. Mas há muitas outras possibilidades abertas, principalmente no que diz respeito ao poder de emissão, ainda pouco aproveitadas pelas redes de migrantes no contexto do FSMM. Há que se considerar que é necessário o desenvolvimento de habilidades e competências para a utilização destes recursos da internet, sem perder de vista que as condições de acesso são desiguais.

Contudo, lembramos o que afirma Castells (1999), que de as tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas, mas processos a serem desenvolvidos, o que possibilita que os usuários possam assumir o controle delas. No mesmo sentido, García Canclini (2008) diz que os sentidos das tecnologias se constroem conforme os modos pelos quais se institucionalizam e se socializam. Por isso entendemos que na experiência recente do Fórum Social Mundial das Migrações, que desde 2005 articula diversas redes voltadas à temática das migrações e dos migrantes, os usos da internet estão por se construir. Os depoimentos nas entrevistas que afirmam que é necessário se apropriar destas tecnologias demonstram que o movimento já caminha nesta direção. Os rumos que tomarão desafiam a pesquisa acadêmica.

Usos recentes da internet por movimentos sociais, desencadeados durante a produção deste texto, demonstram que as apropriações das tecnologias são cada vez mais diversas, não apenas no contexto da pauta específica da cidadania universal, mas unindo atores sociais de diferentes lugares em torno de pautas comuns, em ações solidarísticas. As manifestações contra as ditaduras nos países árabes, os movimentos que chamaram à ocupação de Wall Street, os indignados

espanhois, os estudantes chilenos e gregos, trazem indicativos para pensarmos que, ainda que as tecnologias sejam utilizadas para manter o *status quo*, seu uso, a partir de lógicas contra-hegemônicas, na contramão da globalização neoliberal, pode unir povos em torno de pautas comuns e amplificá-las, passando estas a tomarem proporções transcontinentais, com a possibilidade de maior – e mais rápida – visibilidade e adesão. Resta saber, como lembra Sousa Santos, o quão bem sucedidos serão.

Esperamos, com este estudo, contribuir para a compreensão sobre os usos da internet para a proposição do Fórum Social Mundial das Migrações e para outras iniciativas que sigam o modelo de fórum ou de convergência entre redes, e até mesmo de novos movimentos e formas de ação social que ganham fôlego na luta contra o neoliberalismo. Estas redes, em sua atuação, desafiam a compreensão das lógicas de mobilidade, de território, e de articulação em meio a diferenças culturais e linguísticas e provam que, em meio a tantas diferenças, é possível encontrar pontos convergentes e se organizar de maneira transcontinental.

Sabemos que, ao falarmos em “apropriações” da internet, estamos falando de um uso que rompe com as lógicas estabelecidas. Por isso, lançamos estas reflexões sabendo que, em pouco tempo, estes usos podem tomar rumos, completamente novos e demandarão novos estudos. Como lembra Cogo (2010) o processo de mudança social está relacionado às possibilidades de experimentação abertas pelo desenvolvimento das tecnologias da comunicação, e é esse processo de experimentar, testar e construir por que passam as redes que conseguem articular pautas de maneira transnacional.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. 2a ed. New York, 1991 (1983).

APPADURAI, Arjun. **Modernity at large: cultural dimensions of globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

ARDÉVOL, Elisenda et al. Etnografia virtualizada: la observación participante y La entrevista semiestructurada em línea. **Athenea Digital**, n.3, p.72-92, 2003. Disponível em: < <http://antalya.uab.es/athenea/num3/ardevol.pdf>>. Acesso em: 4 mai. 2010.

BAUBÖCK, Rainer. Cómo transforma la inmigración a la ciudadanía: perspectivas internacionales, multinacionales, transnacionales. In: AUBARELL, Gemma; ZAPATA, Ricard (org). **Inmigración y procesos de cambio**: Europa y el Mediterráneo en el contexto global. Barcelona: Icaria Antrazyt. 2002 p. 177 -214

BRIGNOL, Liliane. **Migrações transnacionais e usos sociais da internet: identidades e cidadania na diáspora latino-americana**. Tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. 2010

CABO, Ana Isabel. **Os novos movimentos sociais e os media**: os movimentos antiglobalização nas páginas do público. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

CASTELLS, Manuel. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. **A Sociedade em Rede**. Vol. 1. 5ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTLES, Stephen. Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais. Lisboa: Fim de Século, 2005

_____. Globalización y inmigración. In: AUBARELL, Gemma; ZAPATA, Ricard (org). **Inmigración y procesos de cambio**: Europa y el Mediterráneo en el contexto global. Barcelona: Icaria Antrazyt. 2002 p. 33 – 56

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 3ª edição.

COGO, Denise. A Comunicação cidadã sob o enfoque do transnacional. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 33, n. 1. 2010 Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/ojs-2.3.1-2/index.php/revistaintercom/article/view/148/0>> Acesso em: out. 2010

_____. **Mídia, interculturalidade e migrações contemporâneas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

_____. Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In: PERUZZO, Círcia M. Krohling.

Vozes cidadãos: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina. São Paulo: Angellara Editora, 2004

_____. O Outro migrante: das estratégias de midiaticização das migrações contemporâneas na mídia impressa brasileira. **Ciberlegenda**, n. 10, 2002.

COGO, Denise; BRIGNOL, Liliane. Redes sociais, usos da internet e cidadania das migrações transnacionais. In: OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de; NUNES, Márcia Vidal (org). **Cidadania e cultura digital:** apropriações populares da internet. Rio de Janeiro: E-papers, 2011. p. 185-216

_____. Redes sociais e os estudos de recepção na internet. In: **Matrizes**, São Paulo, ano 4, n. 2, jan/jun 2011. P. 75-92

COGO, Denise; GUTIÉRREZ, María; HUERTAS, Amparo. **Migraciones transnacionales y medios de comunicación:** relatos desde Barcelona y Porto Alegre. Madrid: Catarata, 2008.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo:** para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005 (p.17-30;139-168)

DAGNINO, Evelina. Concepciones de la ciudadanía em Brasil: proyectos políticos em disputa. In: FERRY, Jean-Marc, WOLTON, Dominique y otros. **El nuevo espacio público.** Barcelona: Gedisa, 1992. p.13-27

DE LA TORRES, Veronica. Activismo Global: Albores de una Ciudadanía Trans-estatal. **Latin American Journal of International Affairs**, Chile, v. 2 n.1, maio de 2010. Disponível em:
<http://www.democraciaenmexico.org/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=61&tmpl=component&format=raw&Itemid=>. Acesso em: 4 fev. 2011

DUARTE, Pedro Russi. **Meios de comunicação na migração.** Uruguaios no sul do Brasil. Porto Alegre: Entremeios, 2009.

ELHAJJI, Mohamed. **Mapas subjetivos de um mundo em movimento:** Migrações, mídia étnica e identidades transnacionais. 2010.

ESTALELLA, Adolfo; ARDÉVOL, Elisenda. Internet: instrumento de investigación y campo de estudio para la antropología visual. **Revista Chilena de Antropología Visual.** Santiago. n. 15. Ago 2010. p. 1-21

FRAGOSO, Suely; REBS, Rebeca Recuero; BARTH, Daiani. **Territorialidades virtuais:** identidade, posse e pertencimento em ambientes multiusuário online. Anais da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2010.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

GADEA, Carlos A. **Acciones colectivas y modernidad global: el movimiento neozapatista**. Toluca, Estado de México: Universidad Autónoma del Estado de México, 2004. 276p.

GALLOWAY, Alexander R.; THACKER, Eugene. **The exploit: a theory of networks**. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 2007.

GAMBOA, Abelardo Morales. Centroamérica: los territorios de la migración y la exclusión en el nuevo siglo. **Foreign Affairs Latinoamérica**, v. 8, n. 2, abr-jun 2008 p. 27-36

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008

_____. Notícias recientes sobre la hibridación. **Revista Transcultural de Música** Iztapalapa, México, 2003. Disponível em: <http://www.sibetrans.com/trans/trans7/canclini.htm#_ftn1>. Acesso em 5 set. 2010

GRIMSON, Alejandro; PEREYRA, Sebastián. **Conflictos globales, voces locales: movilización y activismo en clave transnacional**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios à multiterritorialidade**. 5a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALL, Stuart. **A indentidade cultural na pós-modernidade**. 6a. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009 (p. 49-120)

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre n.18, p. 248-285, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222007000200012&script=sci_arttext>.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Políticas de la comunicación y la cultura: claves de la investigación. Documentos CIDOB. **Dinámicas Interculturales**, 11. Barcelona: Fundación CIDOB/Cátedra UNESCO de Comunicación (InCom-UAB), 2008.

MATA, Maria Cristina. Comunicación, ciudadanía, poder: pistas para pensar su articulación. **Diálogos de la Comunicación**. Lima, n. 64, p.65-76, 2002

MATTELART, Armand. **Un mundo vigilado**. Barcelona: Paidós, 2009 (p.231-255)

MILESI, Rosita; BONASSI, Margherita; SHIMANO, Maria Luiza. **Migrações internacionais e a sociedade civil organizada: entidades confessionais que atuam com estrangeiros no Brasil e com brasileiros no exterior**. Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2001.

MORAES, Dênis de. **O Ativismo digital**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, Lisboa, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>>. Acesso em: 18 jul. 2010

NEVEU, Érik. **Sociología de los movimientos sociales**. Barcelona: Hacer, 2002.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis de. (org.) **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 81-98.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996

PIMENTA, Francisco J. Paoliello; RIVELLO, Ana Paula Avellar. Zapatismo e ciberativismo: a busca de uma conexão perdida. In: **Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2008.

PLAN MIGRACIÓN COMUNICACIÓN Y DESARROLLO. **Pueblos en movimiento por una ciudadanía universal**: memorias del IV Foro Social Mundial de las Migraciones. Quito, Ecuador: Plan Migración, Comunicación y Desarrollo, 2010.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade, 2008.

SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES (org). **Travessias na de\$ordem global**: Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999. 95p.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, vol.21, n.1, p. 109-130, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=en&nrm=iso%22>. Acesso em: 2 fev. 2011

_____. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais**. 2009b

Disponível em:

<<http://xa.yimg.com/kq/groups/25175575/653286761/name/Das+A%C3%A7%C3%B5es+Coletivas+%C3%A0s+Redes+de+Movimentos+Sociais.pdf>> Acesso em 15 jun. 2011

_____. **Movimentos sociais na América Latina**: revisitando as teorias. Palestra proferida na Mesa Redonda “Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade” no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado de 28 a 31 de junho de 2009. Disponível em <<http://www.npms.ufsc.br/wpapers/Ilse%20-%20Texto%20SBS.doc>> Acesso em 15 jun. 2011

_____. **Redes Enquanto Conceito Propositivo dos Movimentos Sociais.**

Disponível em :

<<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/Conteudold/2c97aa7f-5c62-4343-8f8b-072f21081f3f/Default.aspx>>. Acesso em: 10 jul 2011.

_____. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. **Nueva Sociedad**, n. 196, mar./abr. 2005. Disponível em:

<<http://www.nuso.org/revista.php?n=196>>. Acesso em: 15 jul. 2010

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008 (p. 121-226)

_____. **Nuestra América:** reinventar um paradigma subalterno de reconhecimento e redistribuição. In: _____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Fórum Social Mundial:** manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (org). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009. P 23-72

SOUSA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (org). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Almedina, 2009.

TAIBO, Carlos. **Movimientos antiglobalización: ¿Qué son? ¿Qué quieren? ¿Qué hacen?** Madrid: Catarata, 2007

TOURAINÉ, Alan. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes.** Tradução Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 386p.

UGARTE, David. **El poder de las redes:** manual ilustrado para personas, colectivos y empresas abocados al ciberactivismo, 2007. Disponível em: <http://www.deugarte.com/gomi/el_poder_de_las_redes.pdf> Acesso em 25 mai 2010

ZAMBERLAM, Luciano; CORSO, Giovani; FILIPPIN, Joaquim R.; BOCCHI, Lauro. **50 anos com os migrantes:** Paróquia da Pompéia, missão scalabriniana. Porto Alegre: Sólidos, 2010, 126p.

ZANFORLIN, Sofia. **Etnicidade, migração e comunicação:** etnopaisagens transculturais e negociação de pertencimentos. Tese de Doutorado -- Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ZAPATA-BARRERO, Ricard. La década de la inmigración. In: AUBARELL, Gemma; ZAPATA, Ricard (org). **Inmigración y procesos de cambio:** Europa y el Mediterráneo en el contexto global. Barcelona: Icaria Antrazyt. 2002 p. 21 – 32

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo A – Ata 1/2005 do Setor de Migrações da Regional Sul 3 da CNBB

Anexo B – Manifesto em defesa dos direitos humanos de imigrantes haitianos

Anexo C – Informativo do CIBAI-Migrações n. 325 – Janeiro/Fevereiro - 2005

caj

Ata 1/2005 – SETOR DE MIGRAÇÕES DO REGIONAL SUL 3 DA CNBB

Aos três dias do mês de abril reuniu-se a Equipe Central do Setor de Migrações do Regional Sul III da CNBB-RS, na sede do Cibai, à rua Barros Cassal, 220. Presentes: Pe. Giovanni Corso, Pe. Joaquim Filippin, Joana Paloschi, Claudionei Cella Pauli, Edilio Del Ré, Jurandir Zamberlan, Ir. Thereza Benedetto, Ir. Edurne (todos de Porto Alegre) Ir. Simone Zanetti, (Passo Fundo), Ir. Mafalda Seganfredo (Caxias) e Maria Elisabaete de Araújo Antunes (Osório). Pe. Giovanni deu as boas vindas a todos e informou que as representantes da Diocese de Rio Grande e do Mãe de Deus, de Porto Alegre, não puderam em razão de estarem realizando votos na Congregação. Pontos abordados:

1. Momento de espiritualidade tendo como foco a eucaristia, mística de João Paulo II. Os presentes destacaram atitudes/idéias que perceberam no migrante Pontífice:

- *Encarnou o migrante e o refugiado*
- *A solidariedade guia dos migrantes*
- *Ele afirmou: "A migração é da Igreja: ela precisa despertar! Os scalabrinianos devem ser os que dão a mística à caminhada"*
- *"O jovem que está dentro de ti se afirme" (casca de velho, mas coração de jovem)*
- *Órfão quando criança, mas acolhido pela comunidade paroquial*
- *"Escutou e pediu para que todos os cristãos escutassem o grito de ajuda proveniente da parte de muitos migrantes e refugiados".*
- *Soube situar-se na ecologia/plenitude total com a atitude de fé: encontrou-se com a natureza, com as pessoas e com Deus. Porque teve atitude de fé chegou à totalidade da relação(...)*

2. Semana do Migrante – Dia 11 a Coordenação receberá material. Pe. Giovanni fará uma carta para as Diocese motivando-as a pedir material.

3. Avaliação de 2004. Foi feita a leitura do Relatório encaminhado ao Sulão, das Conclusões indicativas da Pesquisa. Destacou-se:

- que sem um trabalho de corpo a corpo a pastoral migratória pouco avançará;
- Necessidade de conquistar voluntários leigos nas Dioceses, pois padres e irmãos são rotativos.
- Importância de oficializar a presença do CAM, CIMCREI na Equipe Central e Ampliada
- Solicitar que nas reuniões da Equipe Central cada diocese arque com as despesas de deslocamento.
- Positivo o avanço da Pastoral Migratória na Diocese de Passo Fundo, Rio Grande e Osório (...)

4. Avaliação do Fórum social das Migrações. Seguindo um roteiro encaminhado pelo SPM:

a) Destaque impressões gerais do Fórum:

- Conseguiu reunir a "nata" do pensamento latino-americano (com significativa presença de europeus - Espanha e Alemanha) sobre migrações.
- Apareceram estudos comparativos extremamente válidos, em que a migração é vista sob enfoque multifacetário.
- Princípios claros da universalidade do fenômeno
- Foi mexido no imaginário dos participantes, favorecido pelo ambiente, com pequena ressalva no material de suporte – papel, canetas...

- A decoração do ambiente destacou mais o tema dos excluídos, relegando outras dimensões
- Pouco destaque da imprensa local.
- Faltou uma maior capacitação operativa ao evento (amarrar questões concretas)
- b) Quanto ao conteúdo:**
- Das Palestras:**
- Palestras com conteúdo, dando uma panorâmica geral do Fenômeno Migratório
- Deram critérios para uma ação inteligente na realidade migratória
- Dos seminários**
- Foram bem organizados e concretos
- Aprofundaram a abordagem das conferências
- Situar os migrantes no contexto de classe excluída que busca dignidade, direitos básicos de minorias, defesa dos ecossistemas, direito à segurança alimentar (...)
- Marcados por testemunhos
- C) Quanto à metodologia usada**
- Foi muito adequada tanto nas conferências e debates nos seminários
- Na palestra em alemão não houve tradução para o espanhol
- d) Quanto ao ambiente**
- O espaço físico possibilitou adequadas respostas às demandas dos participantes
- Os setores bem identificados e localizados com bom serviço
- A alimentação: variada, porém: a) Críticas quanto ao preço da água. Parece que deveria ter sido concretizada a colocação de bebedouros públicos no acesso de entrada; b) Reclamações quanto ao preço da água mineral; c) Temores em consumir os alimentos na praça de alimentação em razão de estar sem cobertura de proteção do sol escaldante.
- E) Quanto a participação das pessoas**
- Expressivo número de participantes
- Em algumas conferências percebeu-se pouca seriedade por parte de grupos
- Em contrapartida, os seminários despertaram maior interesse e participação
- F) Quanto a realização do II Fórum Social das Migrações**
- Cada país realizar o seu Fórum, a partir das teses e dos temas levantados no I, tentando operacionalizar dentro da sua realidade nacional e regional.
- Manter site de intercâmbio e alimentação de informações e de pesquisas

5. Planejamento para 2005 – Tomando como base o Planejamento 2004, As conclusões da pesquisa “Percepção do Fenômeno Migratório em cidades das dioceses do RS” e o Planejamento do Sulão, elaborou-se o Plano de Ação para 2005, em anexo.

6. Próxima reunião: dia 25/6/2005, 9 às 17 horas. Temas sugeridos: a) Avaliação da Semana do Migrante; b) Estudo: “Como trabalhar com migrantes”; c) Elaboração de instrumento de re-leitura das migrações nas dioceses; d) Ante-projeto Lei dos estrangeiros. Nada mais havendo encerro o presente registro que será remetido, via e-mail, para todos os participantes. Jurandir, secretário ad-hoc.

MANIFESTO EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE IMIGRANTES HAITIANOS

São Paulo, 16 de janeiro de 2012

As organizações nacionais e internacionais de apoio às migrações e grupos de pesquisa e estudo sobre as migrações sediados em diferentes universidades brasileiras têm acompanhado com apreensão a realidade enfrentada pelos imigrantes haitianos na fronteira da região norte do Brasil assim como a cobertura dada a essa realidade pela mídia brasileira e internacional. Alinhados com a necessidade de um tratamento dessa nova realidade como uma questão de direitos humanos, assim como de todos os novos fluxos migratórios que começam a se intensificar na região e no Brasil, sugerimos ao governo brasileiro que veja nesse momento a oportunidade de tornar concreta para o país e para o mundo a postura humanitária que vem demarcando o discurso e as ações governamentais no exterior em questões que envolvem relações internacionais e que tem contribuído para outorgar ao Brasil reconhecimento político e econômico no contexto internacional.

Nesse sentido, sugerimos os seguintes encaminhamentos:

1. Informar e esclarecer adequadamente a opinião pública sobre o conjunto de fatores que estão gerando a migração de haitianos, dentre os quais, de que esses fluxos migratórios não decorrem apenas dos terremotos, mas de um contexto de crise interna, tanto econômica como política, do Haiti; de que os haitianos estão deixando seu país e imigrando ao Brasil pela urgência de sobreviver; dos motivos pelos quais o governo brasileiro está concedendo vistos humanitários e não a condição de refugiados aos haitianos, etc.
2. Estimular a sociedade brasileira, através de campanhas públicas, a se engajar em ações solidárias com os imigrantes haitianos em território brasileiro, a exemplo do que já se evidenciou no amplo apoio dado pelos brasileiros ao povo haitiano após o último terremoto ou em outras tragédias e catástrofes que atingiram populações de outros países. Essas ações poderiam ser articuladas pelo governo em parceria com organizações de apoio às migrações e abranger as demandas dos imigrantes haitianos relacionadas à alimentação, emprego, moradia, atendimento médico, psicológico, jurídico, educativo, etc.
3. Sensibilizar profissionais da mídia brasileira para evitar a criação de um clima de alarme e criminalização da migração de haitianos, evitando o uso de imagens sensacionalistas e de termos como “invasão”, “ilegalidade”, etc., conforme vem se observando em muitos materiais informativos e reportagens veiculadas sobre o assunto.
4. Rechaçar políticas restritivas e xenofóbicas que proíbam ou limitem fortemente a entrada de migrantes haitianos e gerem um clima propício à violência, à proliferação das máfias e à exploração dos trabalhadores. Analisando detidamente o exemplo de outros países que adotaram este tipo de políticas, percebe-se que não apenas o fluxo de migrantes persistiu (e em alguns casos aumentou, porque as causas da migração não são enfrentadas), como a restrição ocasionou fenômenos lamentáveis como a formação de campos de migrantes próximos às fronteiras em condições de vida indigna; a conversão do tema da migração em tema securitário e objeto de política interna suscetível à exploração assistencialista ou populista. Essas restrições provocaram a criminalização dos movimentos migratórios, colaborando, ainda, para tipificar o “delito de solidariedade”, ou seja, tornar crime a ajuda ao migrante sem documentos.

5. Trabalhar em parceria com governo de países sul-americanos, com governos dos estados brasileiros e com organizações de apoio às migrações para o planejamento e efetivação de programas de acolhida e inserção dos novos imigrantes haitianos em diferentes estados e cidades sul-americanas e brasileiras.
6. Construir junto aos países de trânsito um projeto de atuação conjunta envolvendo os diferentes atores governamentais e não governamentais de modo a garantir uma migração segura. A negligência frente à repressão e à violência devem ser denunciadas e veementes rechaçadas.
7. Trabalhar em conjunto com o governo do Haiti e com organismos internacionais orientados à migração para coibir a atuação de “coiotes” nos movimentos migratórios de haitianos no Brasil e a propaganda sobre as vantagens econômicas e oportunidades de trabalho no país, especialmente relacionadas à realização da Copa do Mundo.
8. Pautar a política externa do governo brasileiro em relação ao Haiti pelo direito fundamental de respeito à soberania e autodeterminação do povo haitiano, reconhecendo a sua capacidade e defendendo a restituição da dívida histórica, social, ecológica e financeira necessária para a vida e dignidade da população do Haiti. Considerar, nesse sentido, as referências históricas do Haiti como uma nação precursora e benfeitora das lutas antiescravistas e anticoloniais em toda a região, renomado pela criatividade de seus artistas e pela força organizativa de seu povo, que, ao longo da história, vem suportando enormes depredações e calamidades e ao mesmo tempo demonstrando disposição para uma luta permanente e solidária na construção de alternativas frente às injustiças e adversidades.
9. Desenvolver estudos emergenciais para ouvir e conhecer as histórias de vida, realidades enfrentadas no processo migratório e na chegada ao Brasil, expectativas, formação, experiências e possibilidades de inserção dos haitianos em atividades produtivas na sociedade brasileira. Esses estudos podem ser desenvolvidos em parceria com pesquisadores de universidades que trabalham diretamente com o tema, alguns dos quais já estão atuando diretamente junto aos imigrantes haitianos na região norte do país, como é o caso do GEMA (Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia ([www.http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp? grupo=0082703W6Z9GQ1](http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0082703W6Z9GQ1)))
10. Avaliar continuamente o impacto da migração de haitianos em suas relações sociais e comunitárias, de modo a produzir instâncias de mediação com a sociedade brasileira que colaborem para a promoção de relações interculturais positivas entre as culturas e para a prevenção e combate a reações de cunho xenofóbico, racista, sexista, elitista, ou qualquer outra forma de discriminação negativa e exploração indevida que possam ser dirigidas a esta população.
11. Retomar, a partir desse fluxo migratório de haitianos, o processo de formulação e aprovação de políticas migratórias com foco na inclusão e que contenham diretrizes para o efetivo enfrentamento do crescimento das migrações para o Brasil do ponto de vista dos direitos humanos. É fundamental que essa formulação conte com a participação dos migrantes, de organizações de apoio às migrações e de pesquisadores de universidades que se dedicam ao estudo do tema e sejam parte do processo de integração regional liderado pelo Brasil na América do Sul e no âmbito de iniciativas como a União das Nações Sul-americanas – UNASUL e Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos – CELAC.

Signatários:

Articulação Sul-Americana Espaço Sem Fronteiras^[i]

Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas

*Laboratório de Comunicação Social Aplicada do Programa de Pós-Graduação em
Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ*

*Grupo de Pesquisa Mídia, Cultura e Cidadania do Programa de Pós-Graduação da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – RS.*

*Núcleo de Antropologia e Cidadania do Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Grito dos Excluídos Continental

Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA

*Núcleo de Pesquisa em Migrações e Fronteiras da Universidade Federal de São
Paulo*

Servicio Jesuita a Refugiados Latinoamérica y el Caribe – SJR LAC

Associação Brasileira de Antropologia – ABA

*Coordenadora do Grupo de Trabalho Migrações Internacionais da Associação
Brasileira de Antropologia – ABA*

Servicio Ecuménico de Apoyo y Orientación a Migrantes y Refugiados – CAREF – Argentina

Movimento Negro Unificado – MNU

*Grupo de Trabalho Gênero e Sexualidade da Associação Brasileira de Antropologia
– ABA*

*Associação Latino Americana de Micro, Pequenas e Médias Empresas, Capítulo
Brasil – Alampyme BR*

Movimento Nacional Nação Bantu/MG – O MONABANTU/MG

*Grupo de Trabalho Mídia, Migração e Interculturalidade – discursos e imaginários
CNPq/ Universidade Católica de Brasília*

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH

Instituto Búzios/BA

ONG de Desarrollo en África – AFRICANDO de Gran Canaria, España

Agencia de Notícias Impressor Braziliense

Coordenação Nacional de Entidades Negras – CONEN

*Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade
Federal do Paraná – CESDPH*

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Campos dos Goitacazes

Comissão de Diversidade Sexual da OAB Campos dos Goitacazes e do IBDFAM
Instituto de Direito de Família

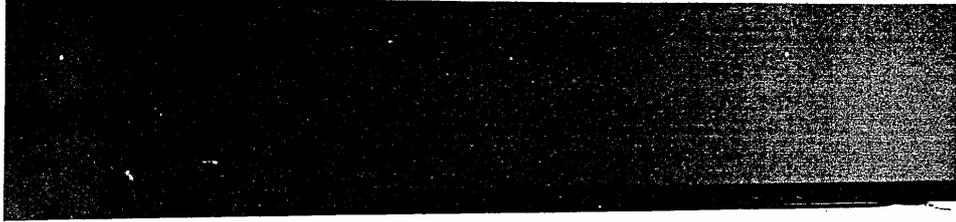
Programa Andino para la Dignidad Humana – PROANDES (Chile)

CSA – Confederación Sindical de Trabajadores y Trabajadoras de las Américas

Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios, NIEM

Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)

[i] Rede formada por organizações de 09 países do Continente: Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante – CDHIC, ONG Presença da América Latina – PAL, Só Direitos, Agencia Frei Tito de Comunicação – ADITAL, Associação de Arte e Cultura Andina – ALAC, Clínica Migración y DDHH Equipo Pastoral de Neuquén, Instituto Internacional de Estudios y Capacitación del Sur – INCASUR, Foro Ciudadano de Participación por la Justicia y los Derechos Humanos – FOCO, Casa Cesar Vallejo de Apoyo al Inmigrante – ACCICEV, AGORA – Paraguay, PROANDES, Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento – CODHES, Asociación Rumiñahui, Fundación Instituto de la Mujer, Consejo Integral de Defensa de Inmigrantes Latinoamericanos – CIDIL, Centro de Derechos y Desarrollo – CEDAL, Asamblea de ciudadanos del Cono Sur – Perú, Red de Migraciones del Foro Ética & Responsabilidades (FER).



A Família da Pompéia

Informativo do CIBAI - Migrações No. 325 - Janeiro/Fevereiro - 2005
 Rua Dr. Barros Cassal, 220 - 90035-030 - Porto Alegre / RS - Fone/fax: (51) 3226-8800 e 3286-6028
 e-mail: cibai@ibest.com.br Home page: www.paroquiapompéia.com.br

CIBAI, FÓRUM DAS MIGRAÇÕES E FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O espaço do CIBAI, fruto do sacrifício de tantas pessoas votadas à causa do migrante, de 23 a 25 de janeiro, se tornou o lugar do debate dos sofrimentos e das esperanças do migrante no mundo globalizado. Lembramos na abertura que **“o nível da civilização de um povo se mede pela qualidade de acolhida do migrante”**. Escutamos 6 palestras, participamos de 11 seminários, elaboramos propostas, que foram encaminhadas para o Fórum Social Mundial. Inscreveram-se mais de 600 pessoas. Nós queremos agradecer ao SPM por ter escolhido o CIBAI como espaço do Fórum e a todas as pessoas que cooperaram com tanta agilidade e generosidade. Um agradecimento especial a quem preparou o ambiente e cuidou diligentemente da limpeza.

No **Fórum Social Mundial** o CIBAI esteve presente no stand do ACNUR, onde apresentou **ROSTOS** (o curta-metragem sobre a acolhida do migrante) e foi hóspede da Equi-

pe de Comunicação da UNISINOS sobre **“Mídia e Migrações”**.

A **MISSA DO MIGRANTE** na Catedral do dia 30 de janeiro, com a presença de muito povo e presidida por 2 bispos uruguaios e dois sacerdotes do mesmo país (um dos quais diretor da Cáritas) foi definida como o **“broche de ouro”** do Fórum Mundial: bandeiras de 50 países nos bancos, 11 idiomas na oração dos fiéis, sermão di-

logado em espanhol e português.... **UM MUNDO NOVO É POSSÍVEL**



SOMENTE FAZENDO COM QUE TODAS AS CULTURAS SEJAM RECONHECIDAS COMO EXPRESSÃO DA MESMA HUMANIDADE E QUE AS PESSOAS POSSAM ENCONTRAR ESPAÇO DE VIDA EM TODOS OS PAÍSES DO MUNDO PELA REALIZAÇÃO DA CIDADANIA UNIVERSAL

INFORME LATINO

20042005 SEGUIMOS CAMINANDO....

El día 14/12/04 reunimos el Consejo Parroquial de Pastoral (integrado por los representantes de los distintos sectores pastorales y de las niñas) para evaluar y programar.

Nos hemos dado cuenta que a lo largo del 2004 la Familia de la Pompeya realizó numerosas e importantes actividades con admirable empeño de muchas personas que brindaron a la causa del migrante su tiempo y compartieron sus dones y capacidades. ¡Qué Dios los bendiga!

Creemos haber logrado alcanzar nuestro objetivo mayor: *"Vivir el Evangelio con los migrantes como levadura de una sociedad justa y fraterna en vista del Reino"*.

Analizamos nuestro desempeño en los distintos proyectos: Formación Humana; Promoción Humana; Formas Cooperativas de Acción; Pesquisas e información y los Servicios Parroquiales.

Esbozamos también las actividades previstas para el 2005 que serán definidas en la próxima reunión del Consejo Parroquial de Pastoral el día 03/03/2005.

Hay mucha cosa linda por delante. Lo más importante es que **sigamos caminando juntos** aportando cada uno nuestro **granito de arena** para **construir un mundo de PAZ**.



FORO SOCIAL DE LAS MIGRACIONES - TESTIMONIOS:

"¡Felicitaciones! Pe. João, Pe. Joaquim y a todo su equipo colaborador. Nota 10 para todas las personas que hicieron posible este evento, por primera vez en nuestra Iglesia; organizado por SPM de San Pablo.

Como expectadora me siento feliz de haber adquirido una buena experiencia.

En cuanto a las palestras efectuadas mi opinión es muy precaria, ya que fueron muy pocas las palestras que logre asistir, pero sí puedo comentar que los trabajos fueron desarrollados en un clima muy democrático, a un alto nivel cultural y sin sectarismo.

En forma especial deseo felicitar a la migrante Olga (Uruguay) y su colega de trabajo Marta, fueron demasiado eficientes. Mil gracias."

Ester Alvarado - CHILE



"El Foro Social de las Migraciones, según mi opinión, ayudó a tomar conciencia de la compleja problemática de la realidad migratoria. Para mí fué animador poder ver la numerosa participación de personas extranjeras de muchos países, como también de brasileños y brasileñas de las más diferentes partes de Brasil.

Desde mi función de colaborador del Foro pude enriquecerme muchísimo con el contacto directo con los participantes y con los demás colaboradores(as)."

**Roberto Figueroa
URUGUAI**



"Haciendo una revisión de lo vivido, ya pasado casi un mes de la realización del FORO; el mismo significó la vivencia clara de que existe una conciencia de la problemática mundial de las migraciones.

Evidenciándose los flujos humanos de las regiones menos desarrolladas hacia las de mayor desarrollo en busca de nuevas oportunidades.

Lo que resta y solo con el paso del tiempo es que la solución se hará realidad de forma espontánea, orgánicamente; ya que la sociedad mundial es un organismo vivo, latiendo al ritmo de políticas globales y de tendencias extremas que no ofrecen soluciones a los problemas globales, y sí generan más conflictos..."

**Alejandro Olivero
ARGENTINA.**

"El Foro Social de las Migraciones fue una excelente iniciativa para reflexionar sobre la actualidad del fenómeno migratorio, los desafíos que pone a la acción de la Iglesia y de la sociedad en general. Un aspecto muy positivo fue encontrar a personas de diferentes partes de América que trabajan desde diversos ámbitos en favor de los migrantes y poder intercambiar experiencias. Algunos de los talleres fueron excelentes, el taller acerca de "migración y los medios de comunicación social" me pareció muy bueno. Quizá las conferencias magistrales no fueron tan ilustradoras como yo había imaginado, este es un aspecto que puede mejorarse para la próxima ocasión.

Ojalá esta experiencia pueda ser repetida y llevada a otros rincones de América Latina. Felicitaciones a todo el equipo del CIBAI por su esfuerzo por hacernos sentir en casa y ofrecer su espacio como un lugar de encuentro para quienes trabajamos en el campo de las migraciones."

**Pe. José Juan Cervantes, c.s.
MÉXICO**

COLABORADORES: Adelfina Donadio Gallo, Amelia Sanzi, Angelina Anele, Angelo Gerace, Annunziato Di Lorenzo, Antonio e Rosina Bianchimano, Carmine e Zelia Gugliotta, Daniela Valencic, Domenica Scorza, Domenico Schifini, Fedele Aronna, Fedele Aronna, Giovanni Aronna, Helena Kang, Leonardo Scorza, Lilla Ferraro, Mario Mainieri, Mónica Kim, Pasqualino Morelli, Rosina Bruno, Santa Marrone, Zelmara Leonardelli, Mercedes Bolognesi